

Universidade Federal de Ouro Preto

Núcleo de Pesquisa em História

Programa de Pós-Graduação em História
PPGHIS

Dissertação

**A INSERÇÃO DE ARTHUR
BERNARDES NA POLÍTICA
VIÇOSENSE NO INÍCIO DO
SÉCULO XX: GRUPOS SOCIAIS,
DISPUTAS POLÍTICAS E
IMPREENSA**

Natália Fraga de Oliveira

Ouro Preto
2019



UFOP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Natália Fraga de Oliveira

**A INSERÇÃO DE ARTHUR BERNARDES NA POLÍTICA VIÇOSENSE NO
INÍCIO DO SÉCULO XX: GRUPOS SOCIAIS, DISPUTAS POLÍTICAS E
IMPrensa**

Ouro Preto

2019

NATÁLIA FRAGA DE OLIVEIRA

**A INSERÇÃO DE ARTHUR BERNARDES NA POLÍTICA VIÇOSENSE NO
INÍCIO DO SÉCULO XX: GRUPOS SOCIAIS, DISPUTAS POLÍTICAS E
IMPREENSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

OURO PRETO
MINAS GERAIS – BRASIL
2019

O843i Oliveira, Natália Fraga de.
A inserção de Arthur Bernardes na política viçosense no início do século XX
[manuscrito]: grupos sociais, disputas políticas e imprensa / Natália Fraga de
Oliveira. - 2019.
106f.: il.: mapas; Imagem de jornal.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Queler.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-
Graduação em História.
Área de Concentração: História.

1. Bernardes, Artur da Silva, 1875-1955. 2. Grupos sociais. 3. Imprensa -
Viçosa (MG). 4. Administração pública - Viçosa (MG). I. Queler, Jefferson. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(815.1)(043.3)

Catálogo: www.sisbin.ufop.br



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

Natália Fraga de Oliveira

"A INSERÇÃO DE ARTHUR BERNARDES NA POLÍTICA VIÇOSENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX: REDES DE CONTATOS, DISPUTAS POLÍTICAS E IMPRENSA"

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Mariana, 09 de maio de 2019.

Prof. Dr. Jefferson José Queler

Departamento de História / Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Luciano Magela Roza

Departamento de História / Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Felipe Santos Magalhães

Departamento de História / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ao meu querido vovô Zeno, que nos deixou há pouco tempo, mas fez tanto por mim ao longo da sua vida Saudades eternas!

*Caminante, son tus huellas/
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar.*

(AntônioMachado)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado até aqui, por ser a minha fortaleza e luz nos momentos cruciais da minha vida.

Aos meus pais, pelo amor incondicional, pelo apoio e pela força de sempre.

Aos meus amigos, sem os quais os dias não seriam tão leves.

Ao meu orientador Jefferson José Queller, pelos ensinamentos, respeito e disponibilidade em ajudar a esclarecer dúvidas a respeito deste trabalho, sempre que necessário.

À banca examinadora, composta pelos professores, Felipe Santos Magalhães e Luciano Magela Roza pelas contribuições e diálogo.

À Capes, pela concessão da bolsa de mestrado.

Ao Arquivo Central e Histórico da UFV, Universidade Federal de Viçosa, por ter cedido os jornais, sem os quais seria impossível realizar esta pesquisa.

Ao Museu Municipal Visconde do Rio Branco, pelas fontes concedidas, essenciais na elaboração deste trabalho.

Ao Instituto Amílcar Martins, pelas fontes concedidas e por toda a gentileza de diálogo com a pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para esse trabalho bem como para a minha formação acadêmica até aqui.

SUMÁRIO

RESUMO.....	09
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - ARTHUR BERNARDES: O SURGIMENTO DE UM NOVO CHEFE LOCAL NA POLÍTICA MUNICIPAL VIÇOSENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	14
1.1. Primeiros tempos: introdução à vida política.....	14
1.2. O início do posicionamento de Arthur Bernardes através da imprensa e a influência do Direito.....	21
1.3. Primeira República: memória e formação de contatos com grupos sociais	24
1.4.1. A candidatura de Arthur Bernardes e o Partido Republicano Mineiro.....	34
1.4.2. Arthur Bernardes: político e redator-chefe.....	38
CAPÍTULO 2 - A CONTRIBUIÇÃO DO JORNAL <i>CIDADE DA VIÇOSA</i> NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE VIÇOSA COM A PRESENÇA DE FORTES CHEFES LOCAIS.....	39
2.1. Zona da Mata Mineira: cooperação do jornal <i>Cidade da Viçosa</i> na divulgação de notícias econômicas	42
2.2. O jornal <i>Cidade da Viçosa</i> : Zona da Mata e dinâmica regional.....	46
2.3. O <i>Cidade da Viçosa</i> : a administração pública de Viçosa nas origens do regime republicano.....	49

2.4. Grupos sociais: antigos chefes locais de Viçosa e a linguagem "moderna" do <i>Cidade da Viçosa</i>	54
CAPÍTULO 3 - O JORNAL CIDADE DA VIÇOSA COMO UMA ALTERNATIVA NA CONSTRUÇÃO DOS “INIMIGOS POLÍTICOS”, “DOS HERÓIS” OU ALIADOS REPUBLICANOS E A EXALTAÇÃO DOS CHEFES LOCAIS VIÇOSENSES ATRAVÉS DA IMPRENSA.....	65
3.1. A estrutura física e política do jornal <i>Cidade da Viçosa</i> entre os anos de 1892 a 1907.....	68
3.2. A imprensa nas origens da Primeira República.....	75
3.3. O <i>Cidade da Viçosa</i> e o processo eleitoral na Primeira República: abertura para disputas eleitorais entre os chefes locais.....	78
3.4. O jornal <i>Cidade da Viçosa</i> e a construção dos “inimigos políticos” e “heróis” ou aliados na política local.....	85
CONCLUSÕES.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
ANEXOS	105

Resumo: A inserção política do jovem mineiro Arthur da Silva Bernardes no município de Viçosa, Minas Gerais, possibilitou um estudo dos grupos sociais que mantinham contatos com o mesmo, tendo como consequência a identificação de facções políticas que disputavam pelo poder local. Para isso, foi utilizado, como base essencial, o jornal *Cidade da Viçosa*, em diálogo com outras fontes, o que possibilitou um estudo regional voltado para as origens da formação administrativa do município de Viçosa. Este trabalho necessitou de uma extensa base teórica, encontrada em estudiosos como Carrara (1993), Viscardi (2001; 2012; 2016...), Bourdieu (2006), Rémond (2010), Rosanvallon (2010), dentre muitos outros que foram surgindo à medida que o trabalho ia sendo desenvolvido. Além disso, recorreremos à leitura e interpretação de diversos documentos que reforçaram o nosso aporte teórico. Concomitante a isso, apresentamos como se deu o surgimento de Arthur Bernardes na vida pública e algumas condições que contribuíram para a sua ascensão como novo chefe local de Viçosa. Depois discorreremos acerca das contribuições do jornal *Cidade da Viçosa* na administração pública local com indícios de disputas políticas. E, na sequência, apresentamos, de forma mais sistematizada, o jornal *Cidade da Viçosa*, atrelado ao papel que a imprensa exercia na Primeira República e à utilização do jornal nas disputas políticas locais, o que facilitou a construção dos “inimigos políticos” do grupo de oposição ao semanário *Cidade da Viçosa* e, ao mesmo tempo, a construção da narrativa dos “heróis” ou aliados republicanos dos políticos ligados ao Partido Republicano Mineiro. Concluímos, portanto, que Arthur Bernardes e o seu grupo político saíram em vantagem de liderança por possuírem muitos grupos sociais, que contribuíam para que os seus objetivos políticos fossem alcançados, passando a frente dos seus “inimigos políticos” e também por estar sempre um passo à frente da oposição, usando a imprensa como principal meio de disseminação dos conteúdos, alegando compromisso com a “verdade” e a “ética”, termos de grande impacto no contexto ao qual nos debruçamos como visto no decorrer de nossa pesquisa.

Palavras-chave: Arthur Bernardes. Grupos Sociais. Disputas Políticas. Imprensa. *Cidade da Viçosa*

ABSTRACT: The political entrance of young Arthur da Silva Bernardes, from the state of Minas Gerais, in the municipality of Viçosa, in Minas Gerais, made possible a study of the social groups that had contacts with him, presenting as a consequence the identification of political factions that disputed for the local power. Thereunto, the newspaper *Cidade da Viçosa* was used as an essential basis in dialogue with other sources, which made possible a regional study focused on the origins of the administrative formation in the municipality of Viçosa. This work needed an extensive theoretical basis, which was found in scholars as Carrara (1993), Viscardi (2001; 2012; 2016...), Bourdieu (2006), Rémond (2010), Rosanvallon (2010), among many others that emerged as the work was being developed. In addition, we resorted to the reading and interpretation of several documents that reinforced our theoretical contribution. Concomitant to this, we present how the emergence of Arthur Bernardes in public life and some conditions that contributed to his rise as new local leader in Viçosa. Then we discussed the contributions of the newspaper *Cidade da Viçosa* in the local public administration with indications of political disputes. Afterwards, in a more systematic way, we presented the newspaper *Cidade da Viçosa*, linked to the role played by the press in the First Republic and the use of the newspaper in local political disputes, which facilitated the construction of "political enemies" as being the group opposed to the weekly *Cidade da Viçosa* and, at the same time, the construction of the narrative of the "heroes" or republican allies as being the politicians linked to the Republican Party of Minas Gerais. We conclude, therefore, that Arthur Bernardes and his political group got leadership advantage because they had many social groups that contributed to the achievement of their political objectives, passing their "political enemies", and also because they were always one step ahead of the opposition, using the press as the main means of disseminating content, claiming commitment to "truth" and "ethics", terms that possessed great impact in the context we are considering in our research.

Key words: Arthur Bernardes. Social Groups. Political Disputes. The Press. *Cidade da Viçosa*.

INTRODUÇÃO

Nada melhor que trazer as palavras do poeta mineiro, Murilo Monteiro Mendes, para descrever o viçosense Arthur da Silva Bernardes, a respeito do qual buscaremos compreender a inserção política no município de Viçosa. O poema referente ao Presidente da República, oriundo das Minas Gerais, foi publicado na obra *História do Brasil*, em 1932, fruto da segunda fase do modernismo brasileiro.

O iluminado

Os inimigos diziam / “– Ninguém até hoje viu, / Ninguém não viu esse homem. / Além disto ele é malvado, / É rancoroso, tirano. / Joga gente pela janela; / No palácio do governo / Tem `squemas de suplícios, Tem alcapões complicados. / Mata homem que nem formiga. / Mandou para Clevelândia / Seiscentos bons cidadãos / Num navio envenenado. / Este homem não é homem, / É um punhal de pince-nez” (MENDES, 1991, p.77).

Através do texto supracitado, é possível começar a refletir acerca da identidade nacional em vista das transformações ocorridas no Brasil. Segundo Martins (2007), mesmo Murilo Mendes tendo nascido no início do século XX, já constava em sua biografia alguns poemas referentes ao turbilhão de acontecimentos contemporâneos, dentre eles destaca-se *O Iluminado*, cujo título satírico faz referência indireta à pessoa de Arthur Bernardes. Tal referência, segundo Martins (2007), pode ser identificada quando é mencionado o envio de pessoas a Clevelândia, uma colônia penal, localizada no Amapá, muito mencionada nas suas mensagens presidenciais. Outra referência a Bernardes é através da palavra “pince-nez”, uma espécie de óculos fixo no nariz, do qual o presidente fazia uso.

Ao partirmos do poema criado por Murilo Mendes, é perceptível que o governo presidencial de Arthur Bernardes não era visto ou percebido por artistas e intelectuais como um exemplo de gestão. Pelo contrário, a memória aqui preservada é de um homem que buscou governar o Brasil com mãos de ferro. Segundo Martins (2007), ao remeter às ações violentas de Arthur Bernardes enquanto presidente, o poeta buscou dar destaque à voz dos seus inimigos políticos como forma de sustentação dos argumentos que seriam construídos no decorrer do poema de um Bernardes tirano. Neste sentido, o poema retrata a imagem de um presidente que ficou conhecido por governar o Brasil através do uso da violência e da opressão.

Desta forma, o nosso estudo aborda a criação dos “inimigos políticos” e dos “heróis” ou aliados republicanos, através do jornal *Cidade da Viçosa*, durante a inserção

política do jovem Arthur Bernardes, no município de Viçosa, no início do século XX. Para isso, será utilizado como fonte principal o jornal *Cidade da Viçosa*, no formato digital, localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa, bem como memoriais, cartas, anuários, censos, relatórios e outros jornais, além de fontes diversas, que permitirão um diálogo com o jornal mencionado.

Em vista disso, a construção dos “inimigos políticos” dos grupos políticos aliados a Arthur Bernardes foi realizada através de ataques direcionados ao jornal *A Reação* chefiado por José Teotônio Pacheco. Entretanto, não foi possível localizar o referido jornal nas instituições competentes, nem mesmo com parentes e amigos de José Teotônio Pacheco. Por este motivo, que o nosso estudo se voltou para crítica da linguagem e do posicionamento pejorativo da redação do jornal *A Cidade da Viçosa* ao atacar os políticos ligados ao jornal *A Reação*.

Assim sendo, ao direcionarmos o nosso olhar para a linguagem utilizada nas notícias do *Cidade da Viçosa* percebemos a construção dos “inimigos políticos” e dos “heróis” ou aliados republicanos, e que o jornal se tornou mais centrado nesta narrativa após a chefia de Arthur Bernardes. O motivo, muito provavelmente, foi a ruptura das alianças políticas de Arthur Bernardes com um antigo chefe local de Viçosa, o advogado José Teotônio Pacheco. Desse modo, a partir de 1905, o município de Viçosa passou a ser disputado entre estes dois chefes locais e a imprensa demonstrou-se um mecanismo de ataques que os grupos políticos utilizavam para projetarem-se na política de diversos modos, que variavam desde a propaganda eleitoral até a valorização dos candidatos aliados e a desconstrução moral dos “inimigos políticos”. A fim de realizar este trabalho com a maior clareza possível, iremos dividi-lo em três capítulos, sistematicamente organizados.

No capítulo 1, pretendemos apresentar Arthur da Silva Bernardes, destacando a sua alteração de *status* social através do curso de direito, identificar alguns grupos de contato que Bernardes obteve antes da sua vida pública, e analisar o espaço que o jornal *Cidade da Viçosa* teve na sua ascensão política local. Para que possamos compreender os primeiros passos do mineiro Arthur Bernardes na política viçosense, será importante também a reflexão acerca da memória compartilhada da Primeira República com o seu projeto de desqualificação política, realizado pelo Estado Novo. Além disso, teceremos algumas considerações sobre a Guarda Nacional, para o melhor entendimento da chefia local na figura do coronel. Com isso, acreditamos que será possível refletir acerca da

candidatura de Arthur Bernardes ao cargo de vereador especial, em 1904, pelo distrito de Teixeira, pertencente à Viçosa, e também a respeito da organização do Partido Republicano Mineiro.

No capítulo 2, faremos um apanhado acerca do desenvolvimento da Zona da Mata mineira no que diz respeito à cooperação do jornal *Cidade da Viçosa* na divulgação das notícias econômicas. Daremos atenção para o regionalismo mineiro e para a formação das cidades, considerando sua forte ligação com a Igreja Católica e com as famílias ligadas ao mundo rural. Neste sentido, o jornal *Cidade da Viçosa* aparece como um conector de assuntos que envolvem as ferrovias e as tensões regionais. Além disso, será importante compreender o processo de formação das cidades, para que este assunto possa ser melhor relacionado com as notícias acerca da administração pública de Viçosa. Além disso, iremos estudar o Estatuto de Viçosa e verificar a sua ligação com outras leis e decretos estaduais e federais, o que muito contribuirá para o entendimento das origens da administração pública viçosense. Dessa forma, será possível compreendermos a importância e a força dos chefes locais, bem como as suas relações com os diversos grupos econômicos e sociais existentes em Viçosa e com outros contatos políticos maiores.

No capítulo 3 será trabalhado, de forma sistemática, o jornal *Cidade da Viçosa*, para que possa ficar mais clara a linguagem utilizada pelo mesmo. Além disso, será feita a identificação dos patrocinadores, da origem das receitas, do alcance dos impressos na sociedade viçosense e de alguns grupos específicos que o jornal buscava atingir. Na sequência, faremos algumas considerações acerca da atuação da imprensa no período republicano e buscaremos refletir a respeito da participação do semanário viçosense no processo eleitoral. Feito isso, analisaremos a construção dos “inimigos políticos” e dos “heróis” ou aliados republicanos, observando a linguagem de acordo com o enfoque que a redação buscava dar, ora aos republicanos, ora no grupo de oposição. Por fim, faremos algumas considerações finais, apresentando os resultados obtidos ao final desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 - ARTHUR BERNARDES: O SURGIMENTO DE UM NOVO CHEFE LOCAL NA POLÍTICA MUNICIPAL VIÇOSENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

1.1. Primeiros tempos: introdução na vida política

Em dezembro de 1897, o jornal *Cidade da Viçosa* publicou a notícia da visita do jovem acadêmico Arthur da Silva Bernardes à cidade de Viçosa, Minas Gerais. O semanário, marcadamente político, produzido pelas elites locais ligadas ao mundo político, era de propriedade do senador Carlos Vaz de Melo e apresentava-se como *Órgão do Partido Republicano*.

“Dr.” Arthur Bernardes - Chegou a esta cidade, em dias da semana passada o inteligente e distinto acadêmico, Arthur Bernardes, uma das glórias da alta sociedade viçosense e um verdadeiro “gentleman”. Quem, como nós, tiver a felicidade de, pela primeira vez, tratar com tão delicado cavalheiro, se convencerá gratamente de que todos os qualificativos que usamos falando do talentoso Arthur Bernardes estão ainda muito aquém de seus reais merecimentos. Oxalá que todos os moços de Viçosa aprendam neste grandioso livro a ser tudo por si e por seu talento somente (LIMA, 1983, apud Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed. 228. Domingo, 19 de dezembro de 1897. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Parece atípico que tal jornal, com a importância mencionada, noticiasse a passagem do acadêmico pela cidade, entretanto, ao acompanharmos a trajetória estudantil de Bernardes, é possível compreender que esse fato não se originou de um simples acontecimento. E, ao mesmo tempo, foi possível perceber que a redação do jornal buscou associar a Arthur Bernardes alguns valores burgueses, tais como ter uma boa educação e estar inserido na alta sociedade viçosense.

Quando criança, Bernardes estudou em Viçosa e, aos 12 anos, matriculou-se no tradicional Colégio do Caraça, no qual não pôde permanecer por motivos financeiros. Consequentemente, empregou-se na firma Pena e Graça, sediada no distrito de Coimbra – MG, na qual seu cunhado, José da Graça Sousa Pereira, era sócio. A empresa realizava a atividade de intermediação na compra e venda de café, razão pela qual, desde muito cedo, Arthur Bernardes teve contato com o mundo rural e com o café, que era um produto agrícola de grande importância na região da Zona da Mata mineira, conforme apontam os estudos de Malin (2015). Seus laços com o comércio agrícola estreitaram-se muito mais com sua passagem pela *Casa Telles*, em Visconde do Rio Branco, MG, fundada pelos portugueses Adriano Telles e Abílio Mesquita.

Ao chegar ao Brasil, de acordo com Oiliam (1982), Adriano Telles sentiu-se atraído pelo comércio, no qual acumulou rapidamente significativo capital. Ele possuía contatos com artistas e intelectuais, promovendo saraus em sua residência. Ainda segundo o autor, Telles também teve envolvimento na política local de Visconde do Rio Branco, no qual chegou ao cargo de vereador. Neste sentido, Adriano Telles fundou uma casa comercial atacadista em Visconde do Rio Branco, no ano de 1886, com o nome de *A Brasileira*. Mais adiante, o nome comercial da empresa passou a ser *Ao Preço Fixo*, para finalmente *Casa Telles*. Em 1891, ocorreu a formação da sociedade *Soares Telles & e Cia* para a compra de café e a fundação do engenho *Água Limpa*. A empresa cresceu e tornou-se um dos maiores empreendimentos da região, chegando a oito filiais em Portugal.

O objetivo da *Casa Telles* era divulgar o café brasileiro no exterior; esta empresa possuía um jornal na cidade do Porto, em Portugal, denominado *A Brasileira*, que divulgava as notícias relacionadas ao café, às exposições, aos contatos políticos dos donos da empresa e outros¹. No trecho abaixo, retirado do jornal *A Brasileira*, foi possível perceber que o grupo de Adriano Telles buscava por divulgação dos seus empreendimentos em Minas Gerais em outros lugares do Brasil, como o Rio de Janeiro, devido à presença da imprensa carioca no evento. Tal atitude pode ser vista como uma tática de aumento de contato com variados grupos social para uma maior sustentação do seu próprio grupo no Brasil.

A imprensa brasileira - Os periódicos fluminenses, os de Minas Gerais e de outros Estados da República do Brasil não só noticiaram, com palavras elogiosas, a exposição que o nosso consócio Adriano Telles já realizou no Rio e em Rio Branco, como se referem, por maneira que muito cativa o nosso reconhecimento, à propaganda que empreendemos e continuamos fazendo, realçando a excelência dos produtos agrícolas daquele ubérrimo país, mormente a do café, que não tem rival em todo o mundo, pelas superiores qualidades que os distinguem (Jornal *A Brasileira*, ed. 19. Porto, 1 de junho de 1904. Localizado no arquivo do Museu Municipal de Visconde do Rio Branco).

Através da leitura do trecho acima, foi possível melhor decodificar os objetivos da *Casa Telles*, no Brasil e na Europa, que consistiam na divulgação da qualidade dos produtos de origem brasileira. Foi neste momento que o café brasileiro foi colocado no patamar de produto único em qualidade, dispensando a concorrência de outros países. Neste sentido, *A Brasileira* buscava justificar a suposta qualidade dos produtos vindos

¹ Documentos encontrados no arquivo do Museu Municipal da Prefeitura de Visconde do Rio Branco. Caixa Adriano Telles 1000-003.

do Brasil por meio das notícias publicadas pela imprensa brasileira, ou seja, “provar” que o café da região da Zona da Mata não era apenas para suprir a economia doméstica regional, mas que possuía aceitação em lugares mais sofisticados no Brasil, como o Rio de Janeiro. Podemos ver nas palavras de Adriano Telles os principais objetivos de fundar *A Brasileira* em Portugal.

Em maio do ano passado, instalei, na cidade do Porto, um estabelecimento, denominado *A Brasileira*, com o intuito de destruir o preconceito que, por diversos motivos, entravava ali o consumo do café brasileiro; restitui-lhe os seus justos créditos, evidenciar e proclamar as suas superiores qualidades, valorizar, enfim, esse produto, verdadeiramente provincial de toda a economia da nação brasileira. (Carta de Adriano Telles do ano de 1904. Caixa 1000-003. Localizada no arquivo do Museu Municipal de Visconde do Rio Branco).

Pelas declarações realizadas por Adriano Telles, no trecho exposto, tudo indica que o trabalho de construção de uma boa imagem do café brasileiro pela *Casa Telles* na Europa foi árduo. O grande desafio d’*A Brasileira* seria minimizar o preconceito do café brasileiro existente na Europa. De acordo com a carta, Telles destacava o valor econômico que o café possuía no Brasil e ressaltava que as qualidades deste produto poderia ser uma ótima alternativa de conquistas mercantis no ultramar, uma vez que seria o grupo Telles o responsável pela aceitação da mercadoria na Europa, que poderia resultar em um negócio altamente lucrativo para o português. A seguir, mais um trecho da carta de Adriano Telles referente ao seu empreendimento do café brasileiro.

Não obstante às várias contrariedades com que deparei, alcançou-se um êxito superior a toda a expectativa, como a imprensa periódica largamente registrou, comprovando que na Casa Telles, “A Brasileira”, se distribuía, diária e gratuitamente, a todos os visitantes, chávenas de café brasileiro, preparado à vista do consumidor, em elegantes máquinas. Ao mesmo tempo, fiz distribuir centenas de milhares de impressos, indicando a maneira prática de se obter mais economia, saborosa e higiênica infusão do nosso café, conservando-lhe as excelentes e inconfundíveis qualidades que sobre todos lhe dão vitoriosa supremacia (...) (Carta de Adriano Telles do ano de 1904. Caixa 1000-003. Localizada no arquivo do Museu Municipal de Visconde do Rio Branco).

A *Casa Telles* utilizou a propaganda por vários canais de comunicação para a efetividade da construção de seu comércio. Adriano Telles buscou convencer os clientes da qualidade do café brasileiro através da degustação do produto. Para isso, o preparo da bebida era realizado na presença do cliente com um toque de sofisticação no produto de origem brasileira. A visão do comerciante Adriano Telles poderia estar voltada para a revalorização de um velho produto apresentado ao consumidor com toques de requinte, neste caso, o café seria preparado em sofisticadas máquinas para melhor atrair a atenção

dos clientes. Neste sentido, Telles pode ser visto como um empreendedor que procurava diversas alternativas para a efetividade de seu comércio.

Acompanhando essa persistente propaganda prática, franca, leal e convincente (...) fundei um pequeno periódico quinzenal, com o mesmo título da casa A Brasileira (...). Em suma, para se combinar o melhor projeto de uma agremiação que tenha por fim a venda direta e a propaganda prática do café brasileiro na Europa que se convoca esta reunião (...) (Carta de Adriano Telles do ano de 1904. Caixa 1000-003. Localizada no arquivo do Museu Municipal de Visconde do Rio Branco).

Nas palavras de Adriano Telles, foram colocadas em prática todas as alternativas para a consolidação do comércio do café na Europa. Ele via a propaganda prática incisiva no consumidor como uma saída, pois poderia convencer que o café brasileiro possuía um excelente padrão de qualidade. Para ele, seria uma forma honesta de vender o produto, já que haveria aprovação imediata do próprio cliente. Outro mecanismo de divulgação e reforço da sua propaganda foi a fundação do jornal *A Brasileira*, que divulgava tanto as notícias oriundas do Brasil quanto os eventos produzidos pelo grupo Adriano Telles, em Visconde do Rio Branco e região, além dos negócios realizados na Europa.

Foi neste ambiente, com a forte presença de uma imprensa que utilizava a propaganda para justificar e alcançar os seus objetivos, que Arthur Bernardes chegou ao cargo de guarda livros (contador). Ser guarda livros de uma grande casa atacadista significava possuir conhecimento sistematizado a respeito dos negócios realizados pela empresa, ter adquirido entendimento acerca dos negócios variados que se realizavam naquele local, possuir grande contato com os donos do estabelecimento e, conseqüentemente, adquirir uma maior compreensão da missão da empresa e da sua política de propaganda para a realização dos seus serviços. Dito em outras palavras, chegar ao cargo de guarda livros de uma casa atacadista como a *Casa Telles*, foi o resultado da construção de relações pessoais construídas ao longo do tempo. Por isso, é muito possível que Arthur Bernardes manteve uma estreita relação de confiança com a alta administração do grupo Adriano Telles.

Ademais, o contato de Bernardes com esse grupo empresarial, que buscava projetar os produtos agrícolas brasileiros na Europa, pode ter influenciado o posicionamento do jornal *Cidade da Viçosa* a buscar alternativas para inovação das técnicas agrícolas brasileiras inspiradas nos Estados Unidos da América, pois inúmeros foram os artigos publicados, a partir da chefia de Bernardes no semanário, que

exaltavam as práticas da policultura em meio à grande lavoura e à mecanização agrícola estadunidense. Nada impedia o uso do jornal *Cidade da Viçosa* como canal de propaganda das inovações agrícolas para atingir os grupos interessados, sustentando um discurso político de modernização do campo².

Tal discurso de modernização do campo sustentado pelo *Cidade da Viçosa* pode ser resultado do momento vivido por Arthur Bernardes. Visto que, a ideia de moderno está muito relacionada com a capacidade do ser humano de transformar o espaço e o modo de vida das pessoas. Dessa forma, de acordo com Julião (2011), uma das marcas do poder republicano em Minas Gerais foi a transferência da capital mineira – Belo Horizonte, cidade moderna, contrapondo Ouro Preto, símbolo forte do poder monárquico recém-destituído – Neste sentido, a nova capital pode ser pensada como um mecanismo republicano responsável por apagar o passado ligado a Portugal. Sendo assim, Arthur Bernardes na sua chefia no periódico herdado do sogro poderia ter se apropriado desse discurso modernizador articulado com a experiência vivida como guarda livros na *Casa Telles*.

Sendo assim, de acordo com o levantamento que realizamos no museu municipal de Visconde do Rio Branco, tudo indica que *A Casa Telles* comprava grande quantidade de café, feijão, milho e outros produtos agrícolas produzidos na Zona da Mata mineira, pois grande era a movimentação existente nos livros de registros contábeis arquivados no museu. Logo, percebemos que a casa atacadista possuía contato com diversos grupos de produtores da região, pois havia variedades de gêneros agrícolas negociados. Segundo, Oiliam (1982), devido à movimentação financeira existente no município de Visconde do Rio Branco, um grupo de empresários rio-branquenses, que obtiveram a carta patente nº 713, fundaram o Banco Mineiro S.A, que teve como dirigentes José Adriano de Mesquita Telles, Anthero Mesquita, Farmacêutico Diogo Fernandes Braga, Dr. José Barreto Mesquita e Dr. Diogo Braga Filho.

Como podemos inferir, a direção do banco possuía ligação com o grupo empresarial vinculado à *Casa Telles* e, conseqüentemente, como pontua Oiliam (1982), a instituição financeira fundada poderia trabalhar de acordo com os interesses da casa

² Destacamos aqui algumas edições do *Cidade da Viçosa*, no qual sintetizamos alguns assuntos discutidos no parágrafo: Edição nº 689 de 30 de junho de 1907, discute ensino agrícola. Edição nº 695 de 14 de julho de 1907, discute sobre exposição de produtos agrícolas. Edição nº 654 de 14 de outubro de 1906 discute plantação de milho com referência nos EUA. Edição nº 660 de 21 de outubro de 1906, discute acerca das máquinas agrícolas.

atacadista. Neste sentido, a passagem de Arthur Bernardes pela *Casa Telles* poderia ter despertado sua atenção para a existência de diversos grupos rurais na região com demandas distintas já que, ao assumir a chefia do jornal, ele procurou dar atenção à grande lavoura, apontando também alternativas para a prática de outras culturas, inovações tecnológicas e uma política fiscal e creditícia moralizada.

Em contato com a *Casa Telles*, existiam outros políticos, vindos de Ubá, MG, que utilizaram Visconde do Rio Branco como o local para suas inserções na vida pública. Tais políticos, mais tarde, aparecem nos grupos de contatos de Arthur Bernardes. Aparenta que, na Primeira República, tal prática era costumeira, pois, da mesma maneira, Viçosa foi utilizada como base política de Carlos Vaz de Melo e José Teotônio Pacheco.

Neste sentido, em Visconde do Rio Branco, políticos como Carlos Peixoto Filho, noticiado nos jornais *Cidade da Viçosa* e *A Brasileira* e Raul Soares, amigo de Arthur Bernardes, estavam presentes na política e na imprensa local. Raul Soares, mais adiante, manteve estreitos vínculos políticos com Bernardes, enquanto este era Presidente de Minas, sendo o seu secretário do interior. Há indícios, segundo Oiliam (1982), de que Arthur Bernardes e Raul Soares procuram realizar uma reformulação da política mineira, substituindo os coronéis pelos bacharéis nos cargos do governo.

Procurando melhor compreender a proximidade dos proprietários da *Casa Telles* com o meio político, o jornal *A Brasileira* pode ser visto como um mecanismo de imprensa eficaz na nossa tentativa de compreender a organização de alguns grupos políticos que, mais adiante, apareceram nos grupos sociais contatados por Arthur Bernardes.

Em excursão por esta fértil e próspera Zona da Mata, o ex. Dr. Francisco Sales, digno presidente do Estado de Minas Gerais, se hospedou por algumas horas nesta cidade do Rio Branco (...) depois do almoço profusamente oferecido no Hotel Braga, e que lhe foi oferecido pelo deputado federal do distrito, Dr. Carlos Peixoto de Melo Filho, dignou-se sua excelência a visitar também a exposição de café de *A Brasileira*, sendo acompanhado pela sua comitiva, da qual faziam parte o Dr. Delfim Moreira, secretário interior; Dr. Camilo Brito, José Pedro Drummond, senadores estaduais; Junqueira Carvalho Brito, Astolpho Dutra, deputados federais; dr Afonso Penna, filho, coronel Juvenal Penna, deputados estaduais, representantes do Jornal do Comércio, do Minas Gerais, do Arauto, da Folha Pequena (...) (Jornal *A Brasileira*, Ed 19. Porto, 1 de junho de 1904. Localizado no arquivo do Museu Municipal de Visconde do Rio Branco).

A partir da leitura do trecho anterior, foi perceptível a presença de alguns grupos políticos que transitavam e faziam contatos nos eventos produzidos pela *Casa Telles*,

pois, Adriano Telles, na tentativa de construir uma imagem positiva do café brasileiro na Europa, procurou, como já mencionamos, diversos caminhos para a divulgação do produto, sendo as diversas exposições um dos principais meios. Esta tática, momentaneamente, foi eficaz, pois a exposição foi visitada pelo Presidente de Estado Francisco Salles e pela Comitativa do deputado Carlos Peixoto de Melo Filho, da qual faziam parte secretários, senadores, deputados federais e políticos representantes de outros jornais. Sendo assim, o café estava sendo divulgado entre as elites locais, estaduais e nacionais, devido também à presença de representantes da imprensa.

Embora o evento noticiado tenha sido posterior à passagem de Bernardes pela casa atacadista, assim como as notícias do *A Brasileira*, nada impede o levantamento da hipótese do posterior contato de Bernardes com o grupo empresarial de Adriano Telles, afinal, Bernardes chegou ao cargo de contador da firma, que seria o maior cargo que poderia se almejar como empregado. Tal cargo daria acesso a informações confidenciais do grupo Adriano Telles, o que sugere ser ocupado por alguém confiável e comprometido com os interesses da empresa. Assim, a *Casa Telles* se demonstra como o local que impulsionou Arthur Bernardes a construir contato com diversos grupos sociais. Pois, pessoas ligadas a Visconde do Rio Branco, como Raul Soares, mais tarde, aparecerão na administração política Bernardes. Além das inúmeras notícias no *Cidade da Viçosa* que exaltavam a pessoa de Carlos Peixoto de Melo Filho. Logo, o jovem contador possuiu grande contato com os dirigentes da empresa, podendo ter agregado, na sua forma de trabalhar, a cultura organizacional que era compartilhada na *Casa Telles*, ou seja, propagar os seus objetivos de forma convincente para os grupos, ou clientes certos.

Dando continuidade à trajetória de formação acadêmica de Arthur Bernardes, sabe-se que Afonso Pena realizou alterações na legislação educacional, permitindo matrículas avulsas no Externato do Colégio Mineiro aos interessados em prestar os exames finais do curso ginasial. Tais alterações na legislação, de acordo com Malin (2015), foram muito importantes para o ingresso de Bernardes no curso de Direito, iniciado em Ouro Preto e transferido para São Paulo. A transferência de faculdade e seus variados trabalhos para auxiliar na manutenção dos estudos podem ser pensados de forma positiva, no que se refere à sua ampliação dos seus contatos com os grupos sociais, pois, ao residir em São Paulo, desenvolvendo atividades intelectuais, ele teve a

oportunidade de conhecer diferentes grupos de pessoas que podem ter influenciado o seu pensamento político.

Assim, foi possível compreender que Arthur Bernardes na sua fase inicial manteve relações pessoais e de confiança que possibilitaram o seu crescimento profissional dentro do grupo atacadista de Adriano Telles. E, ainda na sua época de estudante do curso de Direito, o semanário *Cidade da Viçosa* noticiou a sua chegada em Viçosa vinculando a sua imagem aos valores burgueses da época. Dessa forma, tudo indica que o jornal *Cidade da Viçosa* buscou realizar a propaganda desse jovem acadêmico, colocando-o na condição de pertencente às elites viçosenses e, concomitantemente, sugeriu que os filhos destas elites tivessem Bernardes como exemplo de vida. Entretanto, para aqueles que pertenciam às camadas trabalhadoras da sociedade e que tinham o conhecimento das limitações financeiras de Bernardes também poderiam se sentir motivados a estudar os seus filhos pela propaganda realizada pelo jornal.

1.2. O início do posicionamento de Arthur Bernardes através da imprensa e a influência do Direito

Mais adiante, o *Cidade da Viçosa* abriu espaço para Bernardes manifestar o seu ponto de vista político. O jovem colocava-se a favor da revisão da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Ou seja, o jornal utilizou a estratégia de apresentar o jovem estudante de Direito colocando-o como uma pessoa extremamente capacitada e inteligente. Neste sentido, foi utilizado pela redação no processo de construção do texto jornalístico, na tentativa de induzir os leitores a pensarem que Arthur Bernardes, apesar de jovem, teria condições plenas de opinar em diversos assuntos por ser comprometido com os estudos do Direito.

Após a montagem do perfil acadêmico sério e comprometido de Bernardes, o jornal deu voz à sua opinião política. Vale salientar que vários foram os artigos assinados por Arthur Bernardes no semanário e estes, muito provavelmente, refletiam o posicionamento dos redatores. Todavia, a tentativa da montagem de um perfil sério, comprometido e capacitado de Bernardes pelo jornal não garante que a crítica dos leitores ficaria apagada. Prova disso é que, mais adiante, surgirá um jornal de oposição intitulado *A Reação* que questionará tais tipos de reportagens. Entre os textos assinados por Bernardes, sobressai a revisão da Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

(...) A nossa Constituição é um trabalho monumental, a parte os poucos defeitos que a inquinam, aliás, justificados, quer pelo ambiente que respiravam os legisladores, saturados de muita desconfiança política, quer pela própria contingência do erro, a que está sujeita a humanidade (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed.337. Domingo, 25 de fevereiro de 1900. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Como podemos observar, Bernardes utiliza o recurso argumentativo que, no primeiro momento, suaviza suas críticas acerca da Constituição, não desqualificando o caráter do documento maior da nação. Passada a fase introdutória, referente às críticas constitucionais, Arthur Bernardes passou a atacar, de maneira mais “dura”, os pontos “falhos” da Constituição, a seu ver.

(...) Como corolário daquela disposição deixou a Constituição fazer entre os Estados uma distribuição por igual dos territórios, consentindo assim que essa distribuição fosse melhor aquinhoadada do que outros. A consequência foi o engrandecimento de uns Estados que se tornaram vastos, populosos e ricos, e o aniquilamento de outros que ficaram comprimidos em estreita faixa de terra, despovoados e reduzidos à pobreza, sem perspectiva ao menos de poderem prosperar por falta de meios adequados. Entretanto, ao que parece, nenhum motivo de ordem política reclamava a criação dos Estados dentro dos mesmos limites das antigas províncias. Ao contrário, o sistema federativo faz acreditar que mais lógico e racional fora igualar os Estados entre si, tanto quanto possível e a todos os respeitos, para que não ateessem uns mais que os outros sobre a federação. Evitar-se-ia desse modo a preponderância e influência que alguns Estados, como os de Minas, São Paulo, Bahia (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed.489. Domingo, 8 de março de 1903. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Neste trecho aparenta que Arthur Bernardes criticava, de modo perspicaz, o texto da Constituição Federal de 1891, em relação à igualdade dos estados no âmbito da Federação, o que pode ser visto como apenas um recurso argumentativo para cooptar parte da elite mineira, pois, de acordo com Viscardi (1995), os primeiros anos da República foram marcados pela forte instabilidade política. No caso de Minas Gerais, a instabilidade era marcada pela intensa presença do regionalismo, que causava conflitos de interesses.

Assim, podemos inferir que o jovem Bernardes, recém-formado no curso de Direito, colaborador do jornal *Cidade da Viçosa* e prestes a fazer parte da família do senador Carlos Vaz de Melo, proprietário do semanário, já demonstrava grande apreço pela política que, neste caso, poderia ser interpretado como interesse em longo prazo, voltado para a política local, devido à forte presença das disputas políticas regionais. Em vista dos seus interesses políticos, após chamar atenção para a importância dos estados em outra edição, transcrita a seguir, Arthur Bernardes ressaltou a relevância dos municípios.

Um dos pontos que mais indispensável se torna um retoque na Constituição é o que diz respeito à faculdade conferida aos Estados de legislar sobre o processo das justiças locais. (...) O primeiro inconveniente desta concessão feita aos Estados está em que legitimando, eles sobre o processo ultrapassam mais das vezes os limites das concessões (...). Finalmente, esta faculdade conferida aos Estados, não só originou (...) grandes quantidades de leis de processos, que criam embaraços a advogados e juizes no conhecimento das leis dos outros Estados (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed.490. Domingo, 15 de março de 1903. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

No trecho exposto, Arthur Bernardes já sinalizava a sua defesa em relação à autonomia dos municípios ao chamar a atenção para a correção do texto constitucional referente à interferência dos estados na justiça local. E, ao mesmo tempo, o jovem Bernardes procurou despertar empatia no grupo dos bacharéis ao apontar embaraços na interpretação das leis construída de acordo com a Constituição de 1891. No trecho a seguir fica mais claro o interesse de Bernardes em relação à existência de um município mais forte e autônomo, administrado de acordo com os seus interesses e necessidades.

(...) Outros nem podem admitir a hipótese de um governo federativo completa autonomia dos municípios na administração dos negócios que lhes são peculiares. Basta considerar que ninguém do que essas unidades políticas – província ou estado ou município – conhece suas necessidades (...). Em sua maioria sabe toda a gente que o município não tem feito administração que os honre. Criar impostos intermunicipais, criar leis que ferem a constituição dos Estados e da União. (...) Além disso, o lado moral dessa administração tem sido o mais detestável possível. Estão entregues aos chefes locais, dos quais alguns, os menos escrupulosos, as exploram em proveito pessoal ou de poucos. (...). (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed.492. Domingo, 29 de março de 1903. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Na lógica da autonomia e fortalecimento dos municípios, vários são os argumentos apresentados por Arthur Bernardes na sua proposta de revisão do texto constitucional. Os recursos argumentativos utilizados no trecho acima procurava atingir os valores morais que o município passava naquele momento. É importante não deixar de mencionar que, na fala de Bernardes, ao se referir à moralidade dos chefes locais, foi utilizado o pronome indefinido “alguns”; uso este que pode ser justificado pela aproximação do chefe local Carlos Vaz de Melo, que seria o seu futuro sogro e proprietário do jornal *Cidade da Viçosa*, no qual o seu texto foi publicado, assim Vaz de Melo não seria atacado diretamente.

Logo, a defesa de Arthur Bernardes por um município mais forte que legislasse as suas próprias leis poderia ser um caminho para ele, que já apresentava interesses pela vida política. Mesmo criticando a presença de chefes locais que utilizavam a máquina pública para o uso pessoal, nada impedi, que, no âmbito de um município fortalecido

com os seus grupos sociais bem contatados, definidos e estabelecidos, Arthur Bernardes também se tornasse um forte chefe local.

Outra questão de relevância que pode ser extraída da notícia é o grau de importância que o curso de Direito possuía na Primeira República. Com base nos estudos apontados por Magalhães (1973), após concluir os estudos, o jovem alterou seu *status* social e tal acontecimento poderia ter facilitado a sua inserção na política local, já que poucos eram os advogados diplomados na comarca de Viçosa, sendo eles José Teotônio Pacheco e, posteriormente, Arthur Bernardes.

Aqui, é pertinente trazer os argumentos de Adorno (1988) acerca do bacharelismo no Brasil. Em suas palavras, o Estado brasileiro surgiu com a forte presença de magistrados e o Bacharel em Direito aparece como figura central no papel de mediação entre os interesses públicos e privados, realizando a intermediação entre o Estado e grupos sociais locais. Neste sentido, ao procurar extrair as manifestações políticas do jornal *Cidade da Viçosa*, foi perceptível a presença do grupo dos bacharéis na produção do semanário, bem como nas notícias que divulgavam os candidatos aos cargos eletivos.

Após o aparecimento de novas interpretações para a história política, será possível explorar por outros ângulos a inserção política de Arthur Bernardes que, mais adiante, ocupará o cargo de Presidente do Brasil, ou seja, ele seria “o grande homem” ou “uma espécie de grande figura política” que os primórdios da história política tanto enfatizava. Para isso, foi preciso compreender as interpretações “do político”, apresentada por Rémond (2003) e Rosanvallon (2010).

De acordo com Rémond (2003), a “nova história política” é multidisciplinar na lógica de incorporação de técnicas de pesquisa, conceitos, problematização, vocabulários e uma infinidade de procedimentos existentes em diversas áreas do conhecimento. Para o autor, esta dita “nova história política”, que já está nos debates há algum tempo, pretende agregar novos sujeitos na busca do objeto de uma sociedade universal. Em contrapartida, Rosanvallon (2010) critica Rémond por este não ousar definir o conceito do político, mas sim apenas trazer sua amplificação. Rosanvallon vai além de Rémond na interpretação “do político”, acreditando que este só poderá ser compreendido a partir das dificuldades e problemas existentes na vida democrática.

Sendo assim, podemos perceber que o jovem Bernardes ao se tornar estudante de Direito obteve espaço no jornal *Cidade da Viçosa* para expressar a sua opinião em assuntos políticos muito importantes como a revisão da Constituição Federal de 1891. Entretanto, para que ocorresse a abertura deste espaço no veículo de informação foi necessária a montagem de um Arthur Bernardes sério e comprometido com os interesses locais. Para capturar tais evidências no semanário foi preciso estabelecer conexões com o político, aqui discutido de forma que dialogasse diretamente com o *Cidade da Viçosa* nos argumentos de Rémond e Rosanvallon.

1.3. Primeira República: memória e formação de contatos com grupos sociais.

Levando em conta as reflexões feitas até o momento, é possível pensar o jornal *Cidade da Viçosa* como um receptáculo das mais diversas manifestações políticas. Partindo da resignificação do que é o político, com base nos conceitos abordados anteriormente, as notícias não necessariamente precisam estar diretamente ligadas às ações do Estado, seus agentes e as disputas eleitorais; é perfeitamente possível extrapolar esses limites.

Em vista disso, aqui, tocaremos, sucintamente, em alguns pontos relativos ao conceito dessa memória coletiva, desenvolvido por Halbwachs (1968), pertinentes ao estudo proposto. Esse conceito é muito importante para a melhor compreensão do regime republicano, visto que, o primeiro projeto de República no Brasil será totalmente desqualificado pelo Estado Novo, sendo muito atacado no campo da memória, que o classifica como “República Velha”, “oligárquica”, que não sustentou seus objetivos. Arthur Bernardes estava inserido em um grupo e, ao mesmo tempo, pelo que tudo indica, procurava cooptar outros grupos através da imprensa para se manter no poder local.

De acordo com Halbwachs (1968), na vida privada do indivíduo é que se manifestam as suas lembranças. As que são comuns com outras pessoas não teriam destaque para ele, exceto aquelas de seu interesse. Poderia, dessa forma, existir memórias individuais e coletivas e o indivíduo poderia participar das duas modalidades de memória adotando comportamentos diferentes e até mesmo contrários. Em outros momentos, o indivíduo pode se comportar como membro de algum grupo, contribuindo para evocar e manter lembranças impessoais de interesse do grupo. É por essa razão que

o autor aqui explorado ressalta que a memória individual e a coletiva possuem suas limitações.

Neste sentido, tornou-se possível compreender a importância da memória individual que extrapola para o coletivo. Tal como o seu processo de seleção que pode ser observado por alguns grupos que desejam destacar, construir e manter vivas algumas memórias coletivas de seus interesses. Dessa forma, é muito importante questionar a construção da nomenclatura “República Velha”. Gomes e Abreu (2009) partem justamente do princípio de que a terminologia “República Velha” foi imaginada pelos ideólogos autoritários do Estado Novo. Para o desenvolvimento do estudo, as autoras dividiram a Primeira República e o Estado Novo em blocos. Assim, foi possível perceber, na narrativa, como as elites vitoriosas do pós-1930 inauguravam um projeto político que se denominava “Estado Novo”.

Dessa forma, ocorreu o processo de ampla desqualificação da Primeira República, tendo como tática a denominação de “República Velha”. O trabalho das autoras caminha para a interpretação de que a Revolução de 1930 marcaria a ruptura definitiva com o passado. De acordo com Gomes e Abreu (2009), foi uma tentativa dos ideólogos do Estado Novo de classificar a Primeira República como liberal, oligárquica, fraca, inepta, europeizante, política e culturalmente afastada do “povo brasileiro”, ou seja, foi a tentativa de construir uma narrativa carregada de um sentido negativo na memória da população.

Com base nas reflexões aqui expostas, os apontamentos de Gomes e Abreu (2009) de desqualificação da Primeira República podem ser pensados na perspectiva da memória coletiva de Halbwachs (1968). É relevante ainda tocar no conceito de memória coletiva desenvolvido por Halbwachs, pois, em determinado momento, será preciso pensar nas redes e grupos que estavam ao redor de Arthur Bernardes. Será preciso refletir também sobre quais os mecanismos que possibilitaram a aproximação desses grupos do indivíduo Bernardes e sobre a memória coletiva republicana que é compartilhada até hoje nas comunidades escolares, filmes, livros, na imprensa atual e em outros meios. No trecho abaixo, foi perceptível a eficiência da memória pejorativa compartilhada acerca da Primeira República e do governo do presidente Arthur da Silva Bernardes pelos “ideólogos” do Estado Novo.

(...) De acordo com relatos da mídia, Calheiros declarou na reunião que o governo do Presidente Michel Temer (PMDB) pode ser comparado ao do

presidente Arthur Bernardes (1922-1926), “considerado o governo da vingança”. “O último governo que guarda alguma relação com o que está acontecendo hoje no Brasil foi o governo de Arthur Bernardes, considerado o governo da vingança. No século 21 isso não pode mais se repetir no Brasil, afirmou o peemedebista (...)” (*Carta Capital*. Quarta-feira, 03 de maio de 2017)³⁴.

A partir do trecho exposto, extraído da *Carta Capital*, em sua versão *online*, foi possível observar a existência de políticos contemporâneos que ainda buscam pela a memória negativa compartilhada e construída pelo Estado Novo acerca da Primeira República. No caso desta reportagem, a referência foi direta ao governo do presidente Arthur da Silva Bernardes. Em outras palavras, a memória negativa compartilhada acerca da Primeira República aponta para uma abominação da repetição das ações ocorridas naquela época. Neste sentido, em meio às crises, rupturas, disputas, formação de alianças e de bases aliadas ao governo, a repetição de uma administração próxima a Arthur Bernardes seria inadmissível por seu caráter vingativo que foi destacado e compartilhado pelos “ideólogos” do Estado “Novo”, para a legitimação das “novas atuações” dos seus dirigentes.

É no sentido da memória que o Estado Novo procurou desqualificar a Primeira República, procurando combater as lembranças recentes dos grupos pertencentes ao republicanismo, já que, a partir do momento no qual a memória desses grupos republicanos fosse sufocada, seria possível trabalhar a construção de narrativas que exaltavam o Estado como se fosse “novo” e, com isso, haveria uma “garantia” da legitimação do “novo sistema de governo”.

Voltando ao fato de que Arthur Bernardes foi um político que se desenvolveu em conjunto com a República instaurada, inferimos que a sua figura pública tem uma história agregada a um conjunto de acontecimentos de uma experiência individual. Nesta lógica, aproximamos das considerações de Bourdieu (1986), para o qual a intenção não é a construção da vida de um indivíduo em “linha reta” com os acontecimentos aos seus arredores.

Por isso, a importância de explorar os políticos que ocupavam o cargo de vereadores, deputados estaduais e, até mesmo, alguns magistrados que viviam em Viçosa, dado que esses contatos políticos foram muito relevantes para a inserção

³<https://www.cartacapital.com.br/politica/renan-compara-temer-a-arthur-bernardes-e-dispara-contra-reformas>. Acesso em: 20 de dez de 2018.

⁴ Publicado em 03/05/2017 às 17h54, última modificação 03/05/2017 às 18h08.

política de Arthur Bernardes. Com base nisso, é possível considerar a existência de conexões entre os acontecimentos favoráveis à sua inserção política, além da investigação do objeto que, a todo o momento, de acordo com Bourdieu (1986), depara-se com representações públicas e privadas da fase inicial da carreira política de Arthur Bernardes. Neste sentido, ainda considerando as ideias do autor supracitado, tratar a trajetória de vida como acontecimento sucessório, sem redes de conexões, sociais é impossível.

Em vista disso, é possível pensar tais redes de conexões como se fossem vários grupos com convergências de interesses entre eles e divergências em relação a outros grupos, resultando em conflitos. Neste sentido, é possível refletir sobre a redação do jornal *Cidade da Viçosa*, pois, nas notícias produzidas, sendo elas dos mais variados assuntos, o editor deixa traços de grupos que se aproximam e distanciam a todo o momento.

É neste sentido que podemos pensar os grupos liderados por Arthur Bernardes no município de Viçosa. Apesar de hegemonicamente agrários, são perceptíveis as disputas de interesses dentro e fora desses grupos. Alguns deles possuem redes de conexão com o comércio, com a indústria ou com outras atividades rurais, além da grande lavoura. Devido à variedade de interesses econômicos e sociais dos grupos existentes em Viçosa, ocorrer divergências de interesses não seria uma situação atípica. Em vista disso, tais divergências de interesses poderiam resultar em conflitos políticos locais.

Assim sendo, conforme os estudos de Malin (2015), o mineiro Arthur da Silva Bernardes iniciou sua carreira política no município de Viçosa e passou a representar o interesse de alguns grupos. Seu nome foi indicado nas eleições de 1904 pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) para o cargo de vereador especial pelo distrito de Teixeiras, pertencente à Viçosa. Sua família não possuía vínculos de cargos eletivos. Seu pai, Antônio da Silva Bernardes, era português e exerceu desde meados do XIX a profissão de solicitador por várias comarcas da Zona da Mata e fixou-se em Viçosa, tornando-se o primeiro advogado provisionado deste local e, mais tarde, promotor de justiça. Todavia, ainda em conformidade com o autor supracitado, há relatos biográficos, como Lima (1983), que afirmam que o pai de Bernardes cursou apenas uma escola primária em Portugal, não sendo advogado de formação, mas que exercendo com destaque a profissão do Direito em Viçosa.

Dessa forma, em 1900, de acordo com Magalhães (1973), quando Arthur Bernardes concluiu o seu curso de Direito em São Paulo e regressou à Viçosa, foi bem recebido pelos viçosenses e pelas elites locais. Muitas pessoas foram à estação ferroviária prestar homenagens de boas-vindas ao jovem advogado que, à noite, após seu retorno, foi prestigiado com um baile de gala.

Posteriormente, segundo Malin (2015), Bernardes abriu um escritório de advocacia. Em 1901, ano seguinte ao seu regresso, foi nomeado para o cargo de promotor de justiça na Comarca de Manhuaçu, preferindo advogar em Viçosa. Entretanto, o fato de seu pai ser o promotor de justiça na comarca viçosense dificultava muito a sua atuação como advogado, pois advogado e promotor atuam na contramão dos processos. Até que Antônio Bernardes exonerou-se do cargo para atuar como advogado com o filho, voltando à condição de solicitador. Em 1903, Arthur Bernardes casa-se com Clélia Vaz de Melo, filha do senador Carlos Vaz de Melo, proprietário do jornal *Cidade da Viçosa*.

É relevante entender a situação do município de Viçosa para que haja uma melhor compreensão da atuação política de Arthur Bernardes. De acordo com Carvalho (2017), a ocupação do município iniciou-se em 1745, devido ao desenvolvimento da cultura do café. Com isso, inferimos a ocorrência de forças e ações políticas que impulsionaram o desenvolvimento da região, de modo que, ocorreu um povoamento acelerado que alterou a condição de curato da cidade em um espaço de cinquenta anos. O nome inicial era Santa Rita do Turvo (1832-1876) e, mais adiante, Viçosa de Santa Rita (1876 – 1911) contendo sete distritos sedes: Teixeira, Coimbra, São Vicente do Grama, São Miguel do Anta, Erval, Pedra do Anta, Cajuri.

De acordo com Carvalho (2017), a expansão do núcleo urbano estava vinculada ao café, além do impulso dos imigrantes italianos e libaneses, que vieram trabalhar na indústria e no comércio. Neste sentido, a partir de 1900, a administração pública do município inicia a abertura da Avenida Santa Rita e a construção da estação ferroviária no centro da cidade. Ocorria uma expansão urbana no município e, neste instante, Viçosa de Santa Rita contava com cerca de 2.000 habitantes.

Desse modo, é importante entender a formação do município de Viçosa para a melhor compreensão da situação política no Brasil Republicano do início do século XX, pois, segundo Leal (1978), o poder local era de grande importância para a administração

pública, abrangendo patamares até mesmo nacionais, pois eram os chefes locais, na figura do coronel, que conquistavam o eleitorado. Mesmo assim, era necessária uma relação política social mais profunda entre os chefes locais, os seus protegidos e a população, por isso, Luz e Santin (2010) chamam a atenção para o detalhe de que o exercício do poder exige a dicotomia da autoridade de quem manda e a cumplicidade de quem é mandado. Dito de outra forma, no exercício do poder sempre ocorre tensões e disputas. No sentido de disputas políticas entre os chefes locais, nosso estudo restringe-se à política municipal viçosense.

Assim, vale ressaltar que o município de Viçosa, no início do século XX, era chefiado por dois fortes líderes locais que, juntos, faziam política. Um deles era o então sogro de Arthur Bernardes, o senador Carlos Vaz de Melo, natural de Vila Nova de Lima, atual Nova Lima, em Minas Gerais. Vaz de Melo foi juiz, deputado no período do Império e senador na República. Com base nos dados de Souza (2015), é possível compreender que, além de administrar sua fazenda e duas fábricas de tecido, o senador era proprietário do jornal *Cidade da Viçosa* no qual Arthur Bernardes iniciou colaborações antes do matrimônio com a filha do proprietário.

O senador teve capacidade de articular a seu favor os acontecimentos ocorridos em sua trajetória escolar um pouco próxima à realidade de vida de Arthur Bernardes que trabalhava em jornais. De acordo com Souza (2015), ingressou no curso de Direito em São Paulo e, após três anos do início de seus estudos, o seu pai foi assassinado, o que o obrigou a trabalhar para se sustentar nos estudos. As alternativas de trabalho foram taquigrafar as aulas de seus professores e organizar as matérias de seus colegas. Assim, o jovem Vaz de Melo além de desenvolver atividades remunerativas, também reforçava e desenvolvia sua intelectualidade, que de fato, poderia ser uma situação vantajosa em relação aos seus colegas, visto que, estaria aprofundando o seu conhecimento acerca do estudo do direito. Após bacharelar-se, voltou a morar em Minas Gerais, onde exerceu a profissão de advogado por um ano. Logo após, tornou-se juiz municipal da comarca de Ubá, delegado de polícia da mesma, até que foi designado juiz de Santa Rita do Turvo, atual Viçosa.

Outro forte chefe local de Viçosa era José Teotônio Pacheco, natural de São José do Barroso, distrito de Rio Branco. De acordo com o arquivo da Câmara Municipal de Viçosa, Pacheco era advogado, residente em Viçosa, e governou o município também

como Agente Executivo Autônomo, cargo que será mais bem explorado no próximo capítulo.

Relacionado à ideia de prestígio social que a Guarda Nacional⁵ assegurava àqueles que com ela mantinham vínculos e com a sua possível proximidade da sua organização como legitimadora do poder local, podemos pensar os vínculos dos chefes locais de Viçosa com a mesma. O trecho abaixo, extraído do jornal *Cidade da Viçosa*, apresenta a nomeação de Arthur Bernardes e outros políticos locais como Augusto José Nicaccio e Emílio Jardim de Resende, sendo estes dois vereadores:

O governo federal criou mais uma brigada de infantaria de guardas nacionais nessa comarca, e por decreto do 12 corrente foram nomeados para ela os seguintes cidadãos, 186 brigada de infantaria. Coronel Comandante. Dr. Arthur da Silva Bernardes. Estado maior- capitães assistentes: Isauro Vaz de Melo e João Ferreira da Silva. Capitães ajudantes de ordem: Augusto José Nicaccio e Agesilau Vaz de Melo. Major Cirurgião: Emílio Jardim de Resende. (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed.596. Domingo, 25 de junho de 1905. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Os vínculos de alguns dos políticos locais com a Guarda podem ser pensados, como já foi dito, devido à legitimação do poder local, pelo prestígio social e pela autoridade conferida pelas patentes, bem como pelas regalias asseguradas. Tais honras e regalias seriam muito interessantes para os chefes locais que ficariam imunes de alguns dispositivos da lei. Da mesma forma, para outros políticos que pertencem aos grupos dos chefes locais, é muito interessante ter acesso a tais regalias. No caso de Arthur Bernardes, que obteve prestígio social através do curso de Direito, poderia muito ter reforçado tal prestígio sua nomeação para a Guarda Nacional. Sendo assim, para o melhor entendimento acerca dessas regalias, é importante o acesso à Lei nº 602, artigos 60 e 63 são expostos a seguir.

CAPITULO III. Das honras, suspensão e perda dos postos.

Art. 60. Os Oficiais da Guarda Nacional gozarão das mesmas honras que competem aos do Exército, e só perderão os postos por demissão a seu pedido, ou nos casos, e pela maneira marcada na presente Lei.

Art. 63. Não só os Oficiais mencionados no Art. 61, mas todos os outros, poderão ser suspensos do exercício de seus postos pelo Governo, e pelos Presidentes de Província, quando cometerem faltas, pelas quais devam

⁵ De acordo com Maria Auxiliadora Faria (1977) tal Guarda foi criada no início da Regência permanecendo durante o período republicano até 1918 Sua existência foi longa e suficiente para justificar o poder político-militar no Brasil. Apesar de todo o esforço de controle centralizador do governo, no âmbito dos municípios, esse controle encontra-se nas mãos dos “chefes locais”, exercendo a qualificação para serviços e qualificação política. Assim sendo, pensar a Guarda Nacional como um elemento de reforço no poder de mando local, a nomeação de delegados e subdelegados descomprometidos politicamente com os chefes locais não restringiu a autoridade desses chefes.

responder a Conselho de Disciplina, e em tal caso observar-se-ão as mesmas regras que ficam estabelecidas a respeito da substituição. (Lei Nº 602 - de 19 de Setembro de 1850. Dá nova organização á Guarda Nacional do Império).

Através do título do Capítulo III da Lei nº 602, já foi possível perceber que se trata não apenas de algumas regalias, mas também da aplicação de algumas penalidades. Aqui, é possível notar que a demissão será a pedido ou nas conformidades desta lei. Sendo assim, em uma interpretação literal da lei, foi possível trabalhar as duas possibilidades de demissão como uma regalia, visto que, teria um amparo legal específico, restringindo que tal acontecimento viesse de outros lugares da administração, o que poderia anular a ação de outras penalidades contidas em outras legislações.

Tal garantia, assegurada pela lei, pode ser o indício do envolvimento dos políticos locais de Viçosa com a Guarda e o posterior fortalecimento político dos mesmos através do poder de mando. Além disso, tudo indica que poderiam praticar a política sem cumprir as obrigações de oficial e, ao mesmo tempo, manter as regalias asseguradas na lei. O afastamento do oficial só poderia ser realizado pelo Presidente de Província, o que dificultava tal evento, pois muitos eram os obstáculos de comunicação e transporte naquele momento, o que, de certo modo, facilitava a existência de comportamentos dos oficiais como chefes locais com poder de mando difícil de ser punido pelos Presidentes de Províncias.

Os oficiais da Guarda, geralmente, eram filhos de burocratas do Estado, militares ou bacharéis. Os critérios de recrutamento dos oficiais não eram apenas baseados na “tradição militar familiar” ou “fidalguia”, naquele momento, ter posse de algum patrimônio ou possuir título de “doutor”, os conhecidos bacharéis, poderia, de acordo com Seidl (2010), assegurar a ascensão de novas camadas da sociedade candidatas a fazer parte dos grupos dirigentes. No entanto, o caráter elitista na escolha dos oficiais permanecia.

Para Faria (1977), a estrutura organizacional da Guarda dividia-se em dois quadros: os ativos e os reservas. Para os reservas, eram selecionados aqueles que possuíam preparo técnico e jurídico, além de possuírem prestígio social, econômico e propriedades de valor significativo. Já os ativos da Guarda não pertenciam às camadas da sociedade que possuíam alto poder aquisitivo. Como bem destaca a autora mencionada, toda a organização da Guarda Nacional obedecia a uma lógica

socioeconômica elitista. Dessa forma, sendo a Guarda Nacional uma instituição de interesse direto das elites, Arthur Bernardes ao alterar o seu *status* social através do curso de Direito e vir a fazer parte da mesma, teria entrado em contato com o grupo social dos militares, que mais tarde, o proporcionaria maior sustentação na chefia local.

Como pontuou Faria (1977), a importância de pensar a organização da Guarda Nacional é justamente sua mudança de significado ao longo do tempo, mais precisamente a sua relação com o poder privado. Nesta lógica, Viçosa tem a representação desse poder privado, pois foi chefiada por dois coronéis não naturais do município, Carlos Vaz de Melo e José Teotônio Pacheco. Tais chefes locais estavam inseridos em um projeto político republicano ainda em amadurecimento no início do século XX que, mais adiante, abrirá espaço para a inserção política de Arthur Bernardes. É interessante refletir a respeito da atuação desses coronéis nos municípios e chamar atenção para a complexidade da definição do conceito.

Segundo Carone (1971), o motivo pioneiro do coronelismo diz respeito aos fatores geográficos ligados, intimamente, à grande propriedade rural. Leal (1978), ao trabalhar com o fenômeno do coronelismo, chamou a atenção para a falta de autonomia dos municípios, o que resultava no aumento de poder desses chefes locais, abrindo espaço para a atuação de correligionários. Ele também atenta para a transação entre o poder privado e o público e, exercendo este papel, as Ordenanças e a Guarda Nacional.

Para alcançar esses resultados, a forma que a metrópole encontrou foi colocar os representantes de poder público em harmonia com os chefes locais. Consequentemente, ocorreria a incorporação dos elementos formadores de prestígios sociais ao aparelho administrativo do Estado, teria como resultado os postos de comandos das ordenanças. Segundo Leal (1978), tais ordenanças poderiam também se manifestar pelo uso extralegal, que revelava os compromissos selados entre a Coroa e os senhores rurais, cujo poderio privado não representava ameaça à autoridade da Coroa.

Com isso, como pontua Leal (1978), formavam-se aos arredores dos senhores rurais verdadeiros núcleos dos poderes sociais e econômicos, além de, habitualmente, reunirem escravos e índios, o que resultaria em um grande exército particular, que tornaria efetivo o poder de mando do senhor rural. Sendo assim, com toda a estrutura formada, a Coroa colocará a autoridade jurídica através dessas ordenanças, a autoridade espontânea dos senhores rurais a serviço do governo.

Assim sendo, Leal (1978) traz para seus argumentos as origens da Guarda Nacional para pensar o poder de mando nos municípios que perpetuam por longo tempo que, segundo o autor, à medida que vai aumentando o poder judiciário e policial no Estado, mais subordinada ao poder se torna a magistratura, reforçando o poder dos chefes locais. Para o autor, tal harmonia política seria parte fundamental do compromisso coronelista.

Dessa forma, já podemos pensar Viçosa inserida nesse “fenômeno” político. Pois, dentro das diversas possibilidades de leituras do jornal *Cidade da Viçosa*, e dos muitos grupos que ali possuem sua voz e delimitação de territórios, percebemos as características rurais muito fortes no município. Todavia, os chefes locais que “invadiram” Viçosa parecem preocupados com as atividades urbanas. Carlos Vaz de Melo é um exemplo, pois fundou duas fábricas de tecidos na cidade, sendo o acionista majoritário das mesmas, apesar de ser uma atividade industrial muito ligada ao mundo agrário, existem traços de relações comerciais que, de certa forma, projetam o município para a urbanização.

Desse modo, Leal (1978) avança na sua conceituação de coronelismo como um fenômeno político. Em suas palavras, o coronelismo não pode ser simplificado com apenas a firmação do poder privado, nem corresponde à fase de glória do “privatismo”. Para ele, um sistema peculiar, já superado, seria o patriarcalismo, ou seja, a concentração do poder econômico, social e político nos grupos de parentelas. Entretanto, o coronelismo pressupõe a decadência do poder privado, que funciona como um processo de conservação residual do mesmo.

Sendo assim, esse sistema político é entendido por uma relação de compromisso entre o poder privado, que se encontrava enfraquecido, com o poder público, que estava fortalecido. Mesmo assim, tal relação de compromisso presume certo grau de fraqueza do poder público. No entanto, quando o vocábulo coronelismo foi incorporado na Primeira República brasileira para denominar as particularidades da política interiorana, o Estado já se encontrava aparelhado o suficiente para conter qualquer resistência do poder privado. Logo, é importante compreender, como bem reforça Leal (1978), que tipo de debilidade levou o Estado a firmar o compromisso com poder privado local.

Mais adiante, as urnas passam a ter relevância com a eleição da Assembleia Constituinte de 1823 e a composição representativa da Assembleia Geral. Entretanto, o

corpo de eleitores era muito restrito, visto que existia uma enorme população escrava que era excluída do processo eleitoral. Mesmo assim, a fraude, a violência e honrarias possuíam papel de destaque nas urnas. Tais características simplificam os mecanismos da política interiorana no Império, não obstante fossem corriqueiras as relações de compromisso semelhantes às do coronelismo.

Por fim, a abolição da escravidão e, posteriormente, o nascimento da República, estendeu o direito do sufrágio aos trabalhadores rurais. Crescendo, assim, a importância dos donos das terras por possuírem grandes influências sobre os trabalhadores rurais. Conseqüentemente, a extensão do voto a esses trabalhadores resultou no estreitamento dos vínculos do poder público com os senhores de terras. Neste sentido, seria uma debilidade peculiar do poder constituído que resultou no coronelismo, isto é, como pontua Leal (1978), os trabalhadores votavam nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais e os chefes locais ficariam livres para consolidar seu poder no município.

Desse modo, a escassez da presença estatal nos municípios contribuiu para a ascendência desses “coronéis” que exerciam funções no Estado em relação a seus dependentes, os eleitores. É neste sentido, da importância do voto e das disputas entre grupos, que os chefes locais viçosenses serão explorados. Para isso, o jornal *Cidade da Viçosa* foi pensando como um laboratório de identificação de grupos com seus representantes e com os discursos que os legitimavam. A presença desses chefes locais muito contribuiu para o compartilhamento de uma leitura “negativa” da Primeira República, pois muito se destacou como forma predominante no projeto político republicano o seu caráter elitista distante da participação popular. E, inserido neste sistema político ocorreu a inserção política do jovem Arthur Bernardes no qual a imprensa local procurou construir o perfil de um político sério, comprometido e honesto. E, mais tarde, Bernardes ocupou o posto de Presidente do Brasil no qual o seu governo permanece lembrado até os dias atuais como vingativo e autoritário com os seus opositores.

1.3.1. A candidatura de Arthur Bernardes e o Partido Republicano Mineiro

Inicialmente, o senador Vaz de Melo, no ano de 1903, propôs apoiar a candidatura do seu novo genro, Arthur Bernardes, para deputado federal e este recusou.

Sendo assim, Vaz de Melo procurou iniciar a carreira política de Arthur Bernardes semelhante à sua inserção, ou seja, no âmbito da federação. Segundo Lima (1983), mesmo com a recusa de Arthur Bernardes em lançar sua candidatura a deputado, o senador insistiu na exploração de sua figura, designando-o para receber o Presidente de Estado, Francisco Sales.

Tudo indica que a intenção de Vaz de Melo, ao enviar Bernardes para receber Francisco Salles, foi uma tentativa de formação de uma importante rede de contatos políticos, uma vez que, sendo Arthur Bernardes o porta-voz das boas-vindas ao Presidente Francisco Salles poderia aproximar-se, de modo mais efetivo, da comissão do Presidente de Estado.

Arthur Bernardes, então, foi inserindo-se no mundo da política local, tendo a oportunidade de demonstrar sua capacidade de retórica e sua argumentação política. O jornal *Cidade da Viçosa* apresenta-se como local efetivo de diálogo com os diversos grupos existentes em Viçosa. Sendo assim, suas aparições nas recepções de importantes políticos, bem como a publicação de seus textos no jornal do senador Vaz de Melo, podem ter sido efetivas propagandas, que resultaram em conquistas dos diretórios de partidos. Com a morte de Carlos Vaz de Melo, seu sogro e fortíssimo chefe local, uma quantidade satisfatória de diretórios e correligionários do Partido Republicano Mineiro permaneceram fiéis à sua memória, como explicitado por Lima (1983). É neste momento que Arthur Bernardes apareceu como o “ideal” sucessor na liderança local de Viçosa, visto que já estava em contato com os grupos representantes do Partido Republicano Mineiro.

Neste ritmo, em 1904, o jornal *Cidade da Viçosa* publicou a lista dos candidatos ao cargo de vereador, pelo Partido Republicano Mineiro. A chapa Republicana continha os nomes de Arthur Bernardes para vereador especial e de José Teotônio Pacheco para vereador geral. O Partido Republicano Mineiro (PRM) foi fundado no ano de 1888 e reorganizado em 1897, portanto, é anterior à proclamação da República, sob a orientação política de João Pinheiro, sendo um importante instrumento da campanha republicana mineira, como pontua Calicchio (2015).

Segundo Calicchio (2015), entre os anos de 1888 e 1890, o PRM foi marcado por disputas internas referentes à República. A disputa consistia entre os “republicanos históricos”, ligados ao *Manifesto de 1870* e “adesistas” ou “novos republicanos”,

oriundos de antigos partidos monárquicos. Dessa forma, muitos foram os embates entre correntes políticas existentes naquele momento e diversas foram as organizações de diretórios e convenções partidárias até a sua reformulação, em 1919, por Arthur Bernardes, seu líder mais expressivo.

Calicchio (2015) destacou que as pautas defendidas pelo Partido Republicano Mineiro eram de uma República Federativa Presidencial: o compromisso com a verdade eleitoral, a autonomia municipal e distrital, a inamovibilidade dos juízes e a tributação proporcional aos recursos da lavoura, do comércio e da indústria estaduais, pautas estas muito discutidas no jornal *Cidade da Viçosa*. A organização do partido seria através de uma comissão executiva, além de diretórios distritais e municipais, todos com mandatos de três anos. Todas as decisões referentes às candidaturas eram realizadas através das convenções do partido que, por sua vez, se reunia em comissão executiva e diretórios municipais.

Outro ponto importante acerca do entendimento do funcionamento do PRM é saber que este funcionou como único partido durante toda a Primeira República e que, aliado ao Partido Republicano Paulista, comandou a política nacional. Desse modo, com base do que nos apresenta Calicchio (2015), em um momento marcado pelo rígido monopartidarismo, o Partido Republicano Mineiro elegeu as bancadas estaduais, federais, mineiras, além de eleger todos os presidentes estaduais, entre os anos de 1897 a 1930. Por este viés político, é possível perceber o poder de controle da “máquina eleitoral”, dominada pelo Partido Republicano Mineiro.

Apesar do fato de o Partido Republicano Mineiro apresentar-se como partido dominante, pois há indícios da existência de outro partido, ou corrente política dentro do próprio Partido Republicano, cujo nome não é mencionado nos artigos do jornal, apenas ocorria o apontamento para a existência de um suposto “partido de oposição” com tendência à restauração da monarquia. Mesmo assim, de acordo com o jornal *Cidade da Viçosa*, havia certa “preocupação” com o caráter democrático da formação das chapas com objetivo de obedecer aos princípios Republicanos. Dessa forma, a indicação seguia uma lógica próxima ao direito consuetudinário, cuja definição estaria, proximamente, a um conjunto de normas sociais tradicionais, criadas espontaneamente pelo povo. Segundo Curi (2012), estas seriam normas fundadas pelos costumes práticas sociais dispensando a sua codificação.

Assim, os nomes eram indicados nas convenções partidárias, todavia não descartamos a possibilidade da existência de certas influências dos grupos que dialogavam com os chefes de partido para a escolha dos nomes lançados nas chapas para concorrer às eleições. Pois, para o lançamento das chapas, eram ouvidos os correligionários, líderes locais, amigos, pessoas influentes nos distritos para a indicação dos nomes que iriam concorrer às eleições, prevalecendo, dessa forma, a participação direta de restritos grupos do município na escolha dos nomes dos candidatos. Assim, o jornal *Cidade da Viçosa* procurava construir a imagem de um partido que debatia com os princípios republicanos, como sugere o trecho da reportagem a seguir.

Agindo de acordo com princípios genuinamente Republicanos, resolveu o Partido ouvir os amigos e influentes locais dos distritos e organização das chapas, assim calcadas nas mais límpidas e puras normas democráticas. Esta circunstância vem, pois, de molde a assegurar o triunfo do Partido em todo o município. (...) E a *Cidade da Viçosa* como órgão que é do mesmo Partido. Insere hoje em suas colunas de honra essa chapa como os nomes dos candidatos (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed. 569. Domingo, 30 de outubro de 1904. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

O trecho acima procurou iluminar as manobras do Partido Republicano como profundamente democráticas e afinadas aos ideais republicanos. A direção do jornal, com base no exposto até aqui, tentava dar um aval nas ações dos republicanos ligados ao PRM através de construções argumentativas “heroicas” dos seus representantes. Assim, o nome de Arthur Bernardes foi indicado para concorrer ao cargo de vereador pelo distrito de Teixeira, pertencente à Viçosa. A indicação foi feita por grupos ligados ao Partido Republicano Mineiro. Tudo indica que, ao regressar à Viçosa e exercer a profissão, o jovem advogado pode manter contato com os indivíduos envolvidos na política viçosense e, desde cedo, colaborou com o jornal *Cidade da Viçosa* do qual, mais tarde, passaria a ser redator-chefe. Desse modo, Arthur Bernardes procurou utilizar o jornal da família, do qual passou a fazer parte para projetar-se no mundo político.

Agradeço aos meus amigos do município a indicação que fizeram do meu nome para o cargo de vereador geral⁶ na próxima eleição de 1º de novembro vindouro. Era de meu propósito não aceitar cargos de eleição popular, presentemente ao menos, e só na última hora figuro na chapa do Partido Republicano Municipal, cedendo às ordens de amigos do Distrito de Teixeira, aos quais não me era dado apresentar qualquer escusa. Viçosa, 21 de outubro de 1904. Arthur da Silva Bernardes (LIMA, 1983, apud. Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed.568 Domingo, 24 de outubro de 1904. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

⁶ Arthur Bernardes afirmou que iria concorrer às eleições como vereador geral, porém na listagem dos nomes publicados na chapa do Partido Republicano Mineiro o seu nome aparece como candidato a vereador especial pelo distrito de Teixeira.

Podemos observar, no trecho supracitado, que Bernardes busca deixar claro que não era de sua intenção ser candidato a vereador. Ele começa agradecendo “aos amigos”, e insiste com o termo ao final do texto. Tal tática de utilizar a palavra “amigos” poderia trazer mais conforto ao leitor em relação à notícia de sua candidatura, pois Bernardes havia regressado à Viçosa recentemente. Sendo assim, possuir “amigos” na cidade seria muito interessante, pois demonstraria sua capacidade de diálogo com os cidadãos viçosenses. Outro ponto importante de ser explorado seria o fato de Bernardes afirmar que não teria interesse em cargos eletivos naquele momento. Tal afirmativa poderia soar com certo estranhamento aos olhos dos leitores, uma vez que, Bernardes, desde a época de estudante, já se posicionava politicamente favorável à revisão da Constituição.

1.3.2. Arthur Bernardes: político eleito e redator-chefe

Por conseguinte, após aceitar a indicação do Partido Republicano Mineiro para concorrer ao cargo de vereador, pelo distrito de Teixeiras, Arthur Bernardes passou a exercer o cargo e tornou-se redator-chefe do jornal *Cidade da Viçosa*, publicando algumas notas de sua autoria. Tudo indica que foram dois eventos de suma importância para sua projeção política, pois o semanário intitulava-se como “Órgão do Partido Republicano” e nele eram publicadas as atas das reuniões da Câmara. Seria uma ótima oportunidade para Arthur Bernardes poder mostrar seu trabalho à população de Viçosa.

Mesmo não sendo muito elevado o número de cidadãos letrados, não podemos deixar de destacar o alcance oral das notícias, demonstrando a eficiência dos periódicos como um mecanismo divulgador de informações. Assim, Arthur Bernardes procurava enunciar na posse da chefia do *Cidade da Viçosa* os seus ideais políticos.

Persuadidos, como estamos, de que a Constituição de 24 de fevereiro está errada, em alguns pontos, e cumprindo de que não perpetuem esses erros com o nosso assentimento, dará essa folha o encarniçado e impiedoso combate à ideia propagada por alguns de nada se alterar nessa lei fundamental, e assumiria, em consequência, feição francamente revisionista. (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed. 574. Domingo, 1 de janeiro de 1905. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Ao assumir a chefia do jornal *Cidade da Viçosa*, Arthur Bernardes, em artigo assinado, pode expressar seu posicionamento e aspirações políticas. O jovem redator-chefe coloca-se a favor da revisão do texto Constitucional de 1891. Esse artigo foi mais

genérico, pois Bernardes não definiu claramente os pontos que precisavam ser revisados. É muito provável que suas pontuações foram mais superficiais, devido à série de artigos publicados no semanário anterior à sua gestão. Assim sendo, Bernardes quis deixar claro que a “liberdade” e o “direito” não importam de quem, não serão “sufocados”, “não serão perseguidos”, pois, para ele, a imprensa deve ter um compromisso com a “verdade”, ser “patriótica”, “honestas” e “sérias”, que são alguns dos princípios defendidos pelo Partido Republicano Mineiro.

Dessa forma, Bernardes procurava alinhar o seu discurso dentro das normas do PRM. Além de seu artigo discutir com bastante ênfase a manutenção da “ordem”, a organização das forças produtoras do país e o ressurgimento das suas finanças, Bernardes tentou também passar aos seus leitores que defendia um projeto republicano de um Brasil nos rumos do progresso a caminho de se tornar uma nação rica.

Além disso, Arthur Bernardes procurou adotar um posicionamento na direção do jornal que demonstra certa “liberdade política” de sua parte, pois um dos dogmas da Constituição Federal era sua inviolabilidade, o que não deixa de ser uma crítica à Carta vigente. Em nenhum momento Arthur Bernardes propõe aos seus leitores o descumprimento da lei. Para ele, a Constituição era a ordem máxima. Um trecho interessante a ser explorado é o referente à política municipal, como vemos a seguir.

No tocante ao município apoiaremos a política sensata que aqui implantou o Partido Republicano Municipal – liberal e ampla, tolerante e larga, sempre fácil em aceitar a cooperação de quantos se interessarem pelo triunfo de suas ideias que são o progresso físico, intelectual e moral do município (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed. 574. 1 de janeiro de 1905. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Ao defender a política implantada pelo Partido Republicano Mineiro, pelo qual acabou de ser eleito para o cargo de vereador especial pelo distrito de Teixeira, seria um bom recurso retórico a tentativa de persuadir o leitor aos rumos certos que o Partido Republicano Mineiro estaria gerido efetivamente o município de Viçosa na política. Nas palavras utilizadas pelo semanário, sempre, o Partido Republicano Mineiro era tolerante, assim como o semanário *Cidade da Viçosa*. Para ele, ser tolerante na imprensa significava mencionar a existência de outros jornais. Seus ataques aos inimigos políticos seriam apenas a defesa da imprensa “verdadeira”, “honestas”, “neutra”, “patriótica” e outros adjetivos, administrada por ele. Um ponto de fragilidade tocado sucintamente por ele seria a respeito da atuação dos partidos políticos no texto constitucional.

Jamais se esquecerá de que é órgão do Partido Republicano Mineiro, ao que se filiou a datar de seu aparecimento – em situação (...) crítica para o país e quando se achava ainda por consolidar-se o edifício das instituições – e cujas deliberações, acertadas como têm sido continuará a acatar como cumpre e o dita à disciplina sem a qual não é possível a permanência dos partidos. A despeito de tudo isso, porém, reserva-se o direito de discussão e livre crítica, mais serena, desapaixonada e justa, a todos os atos legislativos e administrativos, apreciando-os como julgar conveniente e lhes aconselhar o patriotismo tendo em vista tão somente os interesses da comunidade e do bem público (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed. 574. 1 de janeiro de 1905. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Após a leitura da Constituição de 1891, foi possível perceber que não há claramente a presença de uma legislação que delimite a atuação dos partidos políticos. Além disso, para exercer os mandatos, seja no executivo ou no legislativo, não foi mencionada a condição de pertencer a um partido político. Em relação ao município, a Constituição Federal de 1891 assegura apenas a sua autonomia e que seus interesses sejam respeitados. Não são mencionados os limites de abrangência, embora existam leis que respaldam os municípios, como as Leis mineiras que serão mais bem discutidas posteriormente.

Dessa forma, a falta de leis específicas no texto constitucional referente à atuação dos partidos políticos e o pouco destaque que o município possuía na legislação republicana poderia ser mais um dos questionamentos de Arthur Bernardes que o colocava na condição de favorável à revisão da Constituição de 1891. O município para Arthur Bernardes aparenta ser um local importante, pois optou por iniciar sua carreira política por ele. E, rapidamente tornou-se o representante do Partido Republicano Mineiro Municipal, sendo necessário, portanto, demonstrar um posicionamento político que atendessem aos interesses dos grupos dominantes de Viçosa.

A todo o momento, no artigo, Arthur Bernardes posicionou-se em defesa dos três grupos dominantes: a lavoura, que era mais bem estruturada, além da nascente indústria e o comércio. Igualmente, ele comprometeu-se com as políticas públicas que atendessem aos seus interesses, o que pode ter contribuído com as bases da formação de sua carreira política, pois, ao demonstrar-se comprometido com os assuntos dos principais grupos dominantes de Viçosa, que possuíam divergências entre si, conseqüentemente, Bernardes pode dialogar com eles, demonstrando capacidade de representá-los e articulá-los a seu favor, a partir de um discurso que os representasse.

Após a definição dos grupos que dominavam o cenário político do município, é possível pensar as estruturas da sociedade viçosense, pois é notável que entre esses três grupos existissem indivíduos que transitavam e representavam ao mesmo tempo as três classes identificadas em grupos, como Carlos Vaz de Melo – lavoura, indústria e comércio – e José Teotônio Pacheco – que possuía terras e ações na indústria chefiada por Vaz de Melo. Entretanto, é importante ressaltar que as três classes existentes naquele momento, ainda não estava muito distintas da vida rural.

Pelas leituras das reportagens do *Cidade da Viçosa* foi possível perceber que indústria local possuía contato direto com mundo rural. No dia 14 de maio de 1899, na edição nº 296, foram encontradas algumas propagandas da fábrica de tecidos liderada por Vaz de Melo a respeito da compra de qualquer quantidade de algodão em caroço, além disso, a fábrica oferecia sementes gratuitas aos lavradores. Em vista disso, foi possível pensar a relação da fábrica de tecido, com a lavoura e as transações comerciais entre ambas.

Como podemos perceber, Arthur Bernardes articulou o uso do jornal *Cidade da Viçosa* a seu favor para que pudesse propagar a sua visão política e, assim, se autopromover entre os diversos grupos que compunham a cúpula e os diretórios de Partido Republicano Mineiro. Para que assim, pudesse ser indicado para concorrer às eleições de vereador. Dito isso, é possível verificar que os grupos sociais contatados por Arthur Bernardes eram muito complexos, pois havia a alta capacidade de um indivíduo representar várias classes transitando por vários grupos e possuindo diversos interesses e, ao mesmo tempo, tais interesses poderiam divergir entre eles. Dessa forma, após a eleição de vereador, na qual Arthur Bernardes venceu pelo distrito de Teixeira, Viçosa passou a ser dividida sob a orientação política de dois fortes chefes locais, Arthur Bernardes e Teotônio Pacheco, sendo que este último pertencia à corrente de Carlos Vaz de Melo.

CAPÍTULO 2 - A CONTRIBUIÇÃO DO JORNAL *CIDADE DA VIÇOSA* NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE VIÇOSA COM A PRESENÇA DE FORTES CHEFES LOCAIS

2.1. Zona da Mata Mineira: cooperação do jornal *Cidade da Viçosa* na divulgação de notícias econômicas

É plausível, neste momento, procurarmos destacar alguns pontos referentes à economia da Zona da Mata mineira que iluminam o nosso estudo acerca da conexão entre Arthur Bernardes e o posicionamento político do jornal *Cidade da Viçosa*. Para isso, tocaremos em alguns pontos relacionados aos aspectos econômicos, sociais e políticos da região, com a finalidade de compreender os motivos do forte interesse econômico rural do *Cidade da Viçosa*.

Em vista disso, de acordo com os estudos de Capri (1916), a principal lavoura cultivada na região em questão foi a cafeeira, cuja produção correspondia à sétima parte produzida em São Paulo, além de outras produções, como cereais, cana de açúcar, fumo, leite, frutas e outros. Para Carrara (1993), a atividade econômica da Zona da Mata era baseada na agricultura e na lavoura de café, no entanto, o município de Viçosa, no qual concentramos nosso estudo, por ser o local da inserção política de Arthur da Silva Bernardes, era justamente aquele com pouca participação na produção do café, em relação a Visconde do Rio Branco e Ponte Nova. Mesmo assim, Arthur Bernardes, ao assumir a chefia do jornal *Cidade da Viçosa*, procurou direcionar a redação também aos interesses cafeeiros, pois existiam diversos grupos viçosenses ligados à lavoura de café.

Assim, após Arthur Bernardes assumir a chefia do *Cidade da Viçosa*, as notícias passaram a enfatizar os problemas que os produtores enfrentavam, sendo a *Estrada de Ferro Leopoldina* uma das principais pautas, dado que através dela passava o principal meio de transporte para escoar os produtos agrícolas produzidos pelo município. Ao direcionar a atenção do jornal para os contratempos econômicos enfrentados pelos cafeicultores viçosenses, outros setores da economia eram apontados pelo semanário como possíveis soluções para a crise, como sugere a citação a seguir:

Tarifas Leopoldina- para mostrar aos nossos leitores quão sensível é a redução que o governo do Estado conseguiu nos preços dos transportes de mercadorias e passageiros pela *Estrada de Ferro Leopoldina*, transladamos por aqui a seguinte resenha, publicada pelo nosso aparecido colega da imprensa o Minas Gerais. (...) Um cevado que entre as mesmas estações, pagava 11\$640, pagará atualmente 4\$240, ou cerca de 65% menos. (...) Com a morte dos cafezais e o esgotamento dos terrenos muitas fazendas se dispõe

atualmente de grandes pastagens, que estão sendo utilizadas na indústria pastoril, cujo futuro, na zona a que nos referimos, é mais promissor. Por este motivo e para auxiliar o desenvolvendo dessa indústria, foi estabelecida uma tarifa de gado com 50% de abatimento sobre a atual, desde que o transporte seja um vagão completo, contendo 10 cabeças (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 595. Domingo, 18 de junho de 1905. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Nota-se no trecho anteriormente exposto a interferência direta do governo na economia que atingia sem intermédios aos interesses dos produtores rurais viçosenses. Pela forma que a notícia foi transmitida aos leitores é possível acreditarmos que a direção do jornal estava muito satisfeita com as decisões tomadas pelo governo em relação à redução das tarifas da *Estrada de Ferro Leopoldina*. O motivo por tal satisfação pode ser explicado pelo fato de a família Vaz de Melo possuir propriedades rurais que seriam beneficiadas com a redução das tarifas da ferrovia. Dessa forma, é muito importante não perder de vista que o jornal, ao defender algumas decisões fiscais, orçamentárias e tributárias que beneficiavam o município de Viçosa e região, poderia, na verdade, está defendendo os seus próprios interesses.

Dessa forma, observamos que a linguagem utilizada pela redação no trecho em questão persiste na transmissão da ideia de progresso econômico, pois na notícia foram encontradas palavras como “esgotamento dos terrenos”, “indústria pastoril” e “futuro promissor”. Utilizar tais termos pode ser entendido pelo semanário como uma possibilidade de “modernizar” as antigas práticas pecuárias na mentalidade dos produtores rurais. Tal tática argumentativa ainda poderia ser uma tentativa do grupo da imprensa, liderado por Arthur Bernardes, de se aproximar dos produtores rurais e, ao mesmo tempo, criar empatia para o melhor estreitamento de contato com os diversos grupos sociais. É neste sentido que outras ações do governo, que contemplam o coletivo, eram publicadas no semanário, como é exemplificado no trecho a seguir:

A companhia atende ao pedido utilmente feito pelos governos do estado, despacharão gratuitamente adubos, máquinas agrícolas, sementes, mudas distribuídas pelo governo aos agricultores ou por estes importados diretamente, reprodutores de raça, formigas cuiabanas, casulos do bicho da seda, medidas essas cuja importância é demais evidente (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 595. Domingo, 18 de junho de 1905. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Notamos, com base no trecho em questão, algumas ações tomadas pelo governo para atender aos produtores rurais. É possível perceber que as medidas eram de incentivo a agricultura e pecuária, visto que, a lavoura de café se encontrava em crise naquele momento. Ainda é possível entendermos que os produtos listados na notícia

possuem relação direta com a noção de progresso defendida pelo *Cidade da Viçosa*, destacamos aqui as formigas cuiabanas, utilizadas no controle biológico de formigas saúvas que atacam as plantações e as máquinas agrícolas que otimizam a produção do trabalho. É importante ressaltar que a *Estrada de Ferro Leopoldina* era o mecanismo para tais ações do governo. Por este motivo, alguns projetos foram discutidos na Câmara dos deputados acerca da referida ferrovia como sugere o trecho a seguir:

Nesta sessão da Câmara dos deputados do 3 corrente, entrando em discussão única as emendas do senado ao projeto nº 10, da Câmara, isentando do imposto estadual as passagens da estrada de ferro vendidas para os locais ou sedes de exposições industriais, comerciais e agrícolas (...) pronunciou o sr. deputado Arthur Bernardes um longo discurso (...). “As máquinas demonstram a exatidão e as vantagens das leis universais, científica e econômica, por força da qual com o menos esforço empregado”. (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 698. Domingo, 8 de setembro de 1907. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Percebe-se pela citação acima que é clara a política de redução de impostos da *Estrada de Ferro Leopoldina* adotada pelo Congresso. Neste caso, extrapolamos para o momento no qual Arthur Bernardes estava exercendo o seu mandato de deputado e, mesmo assim, ainda direcionava a sua atenção para as reduções de impostos da ferrovia como nos seus tempos de vereança em Viçosa. Como pode ser visto, o progresso estava embutido na intenção de redução das tarifas da estrada de ferro, pois a diminuição seria de acordo com os locais que ela trafegasse, e os locais pontuados na reportagem sugerem desenvolvimento econômico. Além disso, o trecho extraído do discurso de Arthur Bernardes, também está voltado para a modernização do campo através da utilização das máquinas agrícolas, subtendida a qualificação dos trabalhadores.

Em vista disso, Carrara (1993), ao selecionar 16 municípios da Zona da Mata, pertencentes às microrregiões de Juiz de Fora e Viçosa, para analisar as exportações dos produtos agrícolas que eram transportadas através da *Estrada de Ferro Leopoldina e Central do Brasil*, observou que Viçosa apareceu como a décima quinta colocada nas exportações de grãos de café, já no ano de 1907. De acordo com esses dados, tudo indica que Viçosa continuou a não estar entre os municípios de maior destaque na produção cafeeira da região, entretanto, o café não deixou de ser um importante produto agrícola produzido no município, pois, como exposto por Carrara (1993), também produzia-se arroz, feijão, açúcar, aguardente, fumo, milho, dentre outros. Mesmo assim, como sugere a citação abaixo extraída do *Cidade da Viçosa*, o café possuía um forte interesse local:

(...) Tratando com convênio da valorização do café, diz que os governos dos estados cafeeiros não podiam adotar outro plano, pois estava consagrado por uma lei federal determinando positivamente o meio que devia ser empregado e autorizado o governo da União a endossar as operações de crédito que tivessem por fim valorizar o café. (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 646. Domingo, 1 de julho de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Nota-se, no trecho acima, o destaque ainda dado pelo semanário ao café, além disso, existia uma preocupação com a política de créditos, voltada para a lavoura, como uma tentativa de valorização do produto. A reportagem parafraseou trechos do discurso de Francisco Sales no Congresso Mineiro. Em outra edição, como a de nº 630, publicada no dia 18 de março de 1906, o semanário publicou a notícia do *Convênio de Taubaté* com os artigos firmados no evento. Tudo indica que a publicação dos artigos no jornal foi para atingir o público rural do município e aqueles que realizavam as transações comerciais cafeeiras.

Desse modo, para melhor entendermos a importância econômica da Zona da Mata, ressaltamos que, naquele momento, de acordo com Capri (1916), a região correspondia à décima sexta parte da superfície de Minas, calculada uma área de 38.221 quilômetros quadrados, tendo, na época, uma população de 940.000 habitantes.

Tendo em vista a grande população da região da Zona da Mata e o seu destaque na produção de café, voltamos o nosso olhar para Viçosa, que sem encontrava por volta dos 40 mil habitantes. Como dito anteriormente, Capri (2016) apontou para a existência de 2.000 no núcleo urbano de Viçosa, fica evidente, que a maior população do município se encontra nos distritos e na zona rural. Pode ser que, por este motivo, Arthur Bernardes, como redator chefe, tentou direcionar o *Cidade da Viçosa* como uma espécie de “intermediador” das necessidades dos grupos rurais, isto é, procurou mostrar caminhos para a solução da crise do café, como também outras alternativas de produção, além do discurso voltado o progresso local. Muito, além disso, é possível pensar que os artigos do jornal eram focados aos interesses de leitores específicos e que poderia ser um reforço do grupo de Bernardes para aproximar e consolidar as alianças com esses produtores.

Logo, tudo indica que a região da Zona da Mata mineira era um local do Estado de Minas que possuía grande relevância econômica rural naquele momento e que Viçosa não fazia parte dos maiores municípios da região. Entretanto, os viçosenses contavam com duas fábricas de Carlos Vaz de Melo, além de uma significativa

produção de café e outros produtos agrícolas. Acreditamos que, por este motivo, Arthur Bernardes, ao assumir a chefia do jornal *Cidade da Viçosa*, tenha orientado os redatores a enfatizar notícias relacionadas ao mundo rural com a ideia de progresso.

2.2. O jornal *Cidade da Viçosa*: Zona da Mata e dinâmica regional

Pensar Minas Gerais pelo viés regionalista pode ser um caminho que já foi muito debatido pela historiografia brasileira, até mesmo pelos ditos brasilianistas⁷, mas há vários pontos dessas discussões que podem contribuir com novas vias interpretativas, dentre eles o entendimento da organização administrativa e política do município de Viçosa e a contribuição do jornal *Cidade da Viçosa* para a inserção e consolidação política local de Arthur Bernardes.

É importante partirmos da visão de Wirth (1982), para quem os estados são criações políticas e, no caso de Minas, as fronteiras geográficas foram criadas de acordo com o interesse do monarca em isolar as minas de ouro, o que, para este autor, justifica o fato de as fronteiras mineiras não terem sido criadas com coerência geográfica.

Desse modo, podemos pensar o estado de Minas como a criação de uma unidade política fragmentada por regiões que possuíam os seus próprios interesses. Wirth (1982) afirma que, politicamente, Minas Gerais se desenvolveu como um minissistema federal, permitindo que os interesses de cada região fossem “balanceados” e equilibrados dentro de uma concepção razoável de totalidade. Para ele, cada região de Minas Gerais desenvolveu-se em uma lógica temporal distinta, o que resultou num processo de crescimento desarticulado, principalmente em relação ao transporte.

A partir desta ótica, vamos destacar a Zona da Mata mineira que, de acordo com Wirth (1982), está entre as regiões mais desenvolvidas economicamente do Estado de Minas Gerais e também por ela possuir ligação com alguma produção de café e com mais força a outros produtos agrícolas. É interessante como o jornal *Cidade da Viçosa* tomava o posicionamento de valorização da lavoura de café e, em determinados

⁷ De acordo com Alan Ricardo Pereira, muitas obras historiográficas vieram dos Estados Unidos, ressaltando não somente as referentes a ditadura militar, mas, sobretudo, um conjunto de obras acadêmicas que tentaram ordenar, teoricamente, os aspectos culturais, políticos, e econômicos do Brasil no século XX. Tal produção ficou conhecida por brasilianista. Todavia, os trabalhos contêm informações muito originais. Seria, neste sentido, uma interpretação que os intelectuais estadunidenses tiveram do Brasil. Em outras palavras, uma visão do Brasil vinda dos Estados Unidos.

momentos, o semanário apontava outros caminhos aos proprietários rurais e lavradores, bem como valorizava algumas ações diretas do governo, como sugere o trecho abaixo:

O aperfeiçoamento da cultura dos cereais, a escolha e distribuição de boas sementes e o desenvolvimento da nascente indústria (...) tem sido a preocupação do ilustre chefe de Estado. Ainda há pouco, lembram-se todos, foi esta Zona da Mata, percorrida por dois distintos e competentes emissários do governo – os sr. dr. engenheiro Carlos Prates e Almicar Savassi, com o único fim de fazerem propaganda do rendoso cultivo do bicho da seda, e examinarem os produtos da agricultura e da indústria aqui usados, notando-lhes as vantagens e os defeitos, ouvindo as queixas dos lavradores e industriais, e inquirindo das dificuldades encontradas no trabalho (...) (*Jornal Cidade da Viçosa*. Ed 594. Domingo, 11 de junho de 1905. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Observa-se na citação acima uma exaltação à administração do estado de Minas e o destaque da sua ação no envio de assistência técnica aos produtores rurais da Zona da Mata. Desta forma, a redação do jornal procurou construir o argumento de que o bicho da seda daria ótimos retornos aos seus investidores e que o governo estava disposto a dialogar com esses produtores na tentativa de um melhor desenvolvimento econômico da região da Zona da Mata. Tudo indica que o jornal procurava, de certa forma, apontar algum caminho econômico para a população rural de Viçosa e, como foi dito anteriormente, o café era muito forte na economia da Zona da Mata, entretanto, no caso de Viçosa, havia maior destaque para a produção dos cereais. Como pode ser visto através do trecho abaixo, extraído do relatório do engenheiro Carlos Prates:

(...) O número de propriedades rurais é de 725, assim distribuídas pelos distritos (...). Cidade As lavouras mais importantes deste município são a dos cereais, da cana e do fumo, de cujos produtos se faz exportação. O único distrito que tem regulares culturas de café é o da Pedra do Anta, cuja produção está avaliada em 30 mil arrobas; os demais produzem muito pouco (...) (PRATES, 1906, p. 65-66).

Tendo em vista os resultados do relatório do engenheiro Carlos Prates, é notório que o município de Viçosa contava com uma forte influência rural através de uma quantidade significativa de propriedades. Acreditamos que, por este motivo, o jornal *Cidade da Viçosa*, na gestão de Arthur Bernardes, procurava noticiar acerca de outras práticas agrícolas, além da lavoura de café. De certa forma, ao tomar este posicionamento equilibrado entre o café e outros produtos, estaria dialogando com os diversos interesses econômicos locais, tendo como respaldo o apoio político. E, assim, estaria abrindo o seu caminho para se consolidar na chefia local.

Neste sentido, para compreender a dinâmica da Zona da Mata com o município de Viçosa e das forças políticas e econômicas atuantes, é importante trazermos alguns

aspectos responsáveis pela formação territorial da região e do município. À vista disso, iniciamos com algumas considerações acerca da Zona da Mata com bibliografias que defendem os argumentos que a região começou a ser ocupada apenas com o declínio da produção do ouro, através da suavização das proibições portuguesas em relação às invasões de terras despovoadas e da inserção da lavoura de café. De fato, Carneiro e Matos (2010) afirmam que a lavoura de café contribuiu para a fixação das pessoas e melhorias econômicas da região, até mesmo, das áreas urbanas. Entretanto, para tais estudiosos, pensar nos declínios das atividades mineradoras como marco temporal de povoamento da região da Mata é desconsiderar todo o processo de desbravamento e povoamento ocorrido no século XVIII.

Assim sendo, Viçosa, como a maioria dos municípios mineiros, teve sua origem fortemente ligada às casas dos fazendeiros, das suas adjacências, às quais faziam pernoite apenas nos tempos das festas religiosas. De acordo com Alencar (1959), Saint Hilaire, em suas viagens pelo Brasil, observou que, em Minas Gerais, devido à existência de uma grande extensão das propriedades rurais, cada fazendeiro queria uma casa próxima à localização da igreja, mesmo que a maioria de suas fazendas fosse muito distante dos templos. Era assim, que na maioria das vezes, nasciam os povoados, que mais tarde tornariam cidades.

No caso particular de Viçosa, de acordo com o costume de construir casas, pelas proximidades da igreja, foram construídas duas residências, como a do senhor Silvestre Lopes de Faria Reis e a do senhor Francisco Lopes de Faria de Reis, que são, respectivamente, avô e pai do padre Chiquinho⁸. Mais tarde, como aponta Alencar (1959), a casa do senhor Silvestre Lopes foi demolida e o terreno veio pertencer ao senhor João Tristão Gonçalves Guimarães, mais conhecido por Barão.

Os estudos propostos por Alencar (1959) expõem a existência de outras residências de famílias abastadas, localizadas nos arredores da Praça Silviano Brandão, local atual da Igreja Santa Rita, dentre elas as dos senhores: Antônio Lopes de Faria Reis, Antônio Modesto, casado com a filha de Silvestre Lopes de Faria Reis. Todas as residências mencionadas já foram demolidas. Demais fazendeiros, como José de Deus, Joaquim Romão, Francisco Lopes de Farias, dentre outros, possuíam moradias

⁸ No livro *Fatos e Vultos de Viçosa* não é especificado se o padre Chiquinho é o mesmo Padre Francisco José da Silva que, em 1800, obteve do bispado de Mariana permissão para erigir uma ermida em homenagem a Santa Rita de Cássia, na região que hoje abrange o Município de Viçosa.

transitórias na cidade para a ocasião de festas religiosas. E, assim, de acordo com o trabalho anteriormente mencionado, Santa Rita do Turvo se desenvolvia pela força das propriedades rurais, coincidindo com a crise de alimentos decorrida da intensa mineração.

Tendo em vista todo o processo de formação do município, no caso de Viçosa, desde a autorização da criação da ermida de Santa Rita, em 1800, até a criação da vila em 1871, o mesmo já poderia possuir organização administrativa. Dessa forma, é possível perceber que o surgimento do município é ato político, pois há a necessidade de criação de leis para a organização da gestão pública, exemplo disto é a lei mineira nº 2 de 14 de setembro de 1891, na qual foram legisladas as condições para a criação de municípios.

Sendo assim, o município seria a reunião de distritos, formando outra circunscrição administrativa, com direitos, interesses e obrigações distintas. A sede do município é a povoação nele elevada à categoria de cidade ou vila. E, na Constituição Federal de 1891, mais precisamente no artigo 68, fica assegurado que os estados deverão se organizar de modo que preserve a autonomia dos municípios. Tendo esta legislação em vista, há o indicativo de que o município era uma unidade política forte de grande interesse para os chefes locais.

Logo após a compreensão do comportamento regional mineiro e da formação dos municípios com a forte presença da Igreja Católica e das famílias abastadas ligadas ao mundo rural, fica evidente que a Zona da Mata mineira é uma região de suma importância econômica do estado de Minas. E que o município de Viçosa está inserido nesta zona econômica representado pela ruralidade. E, por este motivo, é plausível considerar que na gestão de Arthur Bernardes o jornal *Cidade da Viçosa* funcionou como um mecanismo político, pois aparenta que Bernardes buscava orientar os redatores do jornal a noticiar de acordo com os interesses dos diversos grupos rurais existentes no município. E, com tal atitude, em meio às disputas políticas existentes no município, conseguiu se consolidar como forte chefe local.

2.3. O *Cidade da Viçosa*: a administração pública de Viçosa nas origens do regime republicano

Neste instante, procuraremos traçar as conexões entre o jornal *Cidade da Viçosa* e a administração pública local. Em vista disso, será imprescindível alguma reflexão acerca da Câmara municipal e do cargo de Agente Executivo. Para, a partir disso, pensarmos acerca da chefia de Arthur Bernardes no *Cidade da Viçosa*, além da sua inserção na vida pública como vereador de Teixeira, que em seguida, o levou ao cargo de Agente Executivo Municipal, tendo cooptado uma forte base aliada.

Assim sendo, iniciamos nossas considerações com as Câmaras Municipais⁹ que fazem parte dos municípios desde o período Imperial; além disso, apesar da centralização política do monarca, as instituições já possuíam certo grau de autonomia. Por este motivo, é fundamental trazer alguns pontos da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891 do período republicano, no que se refere à organização dos municípios e ao processo de transformação do povoado de Santa Rita do Turvo.

A compreensão regional da Zona da Mata, neste momento, foi importante para entendermos a organização municipal dos povoados que se tornavam cidades em Minas Gerais. De acordo com a Constituição Mineira, para fins administrativos, o território do estado ficaria dividido em municípios e distritos sem prejuízo de outras divisões que as conveniências públicas aconselhassem. Além disso, os municípios teriam uma lei especial para reger a sua organização, respeitando assim, alguns critérios. Alguns deles, que a população de um município não poderia ser inferior a 20 mil habitantes, que teriam a preservação da sua autonomia da administração municipal, o número de vereadores não poderia ser inferior a 7 nem superior a 15 e outros regulamentos seguidos pela administração pública municipal. Cada município não poderia ultrapassar a quantidade de 14 distritos¹⁰.

De acordo com Barbosa (1995), na data de 8 de março de 1800, o padre Francisco José da Silva conseguiu provisão episcopal para erguer uma ermida para

⁹ Para melhor situar as origens da administração pública municipal na República é importante entender basicamente como funcionava a administração no Império. Sendo assim, segue a transcrição: “Em linhas gerais, a organização administrativa das províncias seguia a seguinte fórmula: a província seria dividida em municípios. E, nesses, haveriam de serem instituídas as Câmaras Municipais, conferindo-lhes alguma autonomia político-administrativa. Assim, os municípios, que podiam ser vilas ou cidades, eram constituídos pelo conjunto de suas freguesias. A dimensão da freguesia correspondia à da paróquia local, pois, durante o Brasil Imperial, a divisão administrativa se confundia em alguma medida com a divisão eclesial. Dessa maneira, as freguesias, por sua vez, eram divididas em distritos de paz, caracterizados pela autoridade de um Juiz de Paz, no que se refere ao poder judiciário de primeira instância. Os distritos eram formados pelo conjunto de três quarteirões. Os quarteirões consistiam em, no mínimo, 25 casas ou fogos”. (A história da Câmara Municipal de Poços de Caldas. Tomo I. 1892- 1946. p. 46).

¹⁰ Lei nº 2 de 14 de setembro de 1891.

Santa Rita. Desse modo, foi se formando um povoado em torno da ermida que passou a ser chamado de Santa Rita do Turvo, cuja provisão, com base nos estudos de Barbosa, foi concedida na data de 10 de dezembro de 1801.

Assim sendo, a freguesia¹¹ de Santa Rita do Turvo tornou-se vila no dia 30 de setembro de 1871, pela Lei nº 1817. De acordo com Pires (2012), a denominação freguesia era utilizada pela administração civil e eclesiástica. Então, a freguesia resultou na instalação da vila em 22 de janeiro de 1873. Conseqüentemente, como esclarece Oliveira (2012), agora os habitantes do local podiam organizar a sua administração pública de modo mais consistente e abrangente como, por exemplo, realizar o ato de cobrar e receber impostos, delimitar suas fronteiras geográficas, estabelecer as suas leis e os seus códigos de ética. Seria, assim, o início da formação do município.

Portanto, mais tarde, de acordo com os estudos de Oliveira (2012), a vila de Santa Rita do Turvo foi elevada à categoria de cidade com a designação de Viçosa de Santa Rita, no dia 3 de junho de 1876, pela lei nº 2.216. Já em 1911, o nome da cidade aparece desmembrado do original, sendo apenas Viçosa. Segundo a lei nº 2 de 14 de setembro de 1891, as cidades não poderiam ultrapassar a quantidade de 14 distritos e a população não poderia ser inferior a mil habitantes, desta forma faziam parte da então cidade: Araçuaia, Coimbra (ex-São Sebastião de Coimbra, São Sebastião do Erval (ex-São Sebastião dos Aflitos de Arrepiados), São Miguel do Anta, São Sebastião da Pedra do Anta, São Vicente do Gramma e Teixeiras).

Dessa forma, o processo de transição de povoado a município envolve uma série de transformações políticas e administrativas que refletem no âmbito das instituições. No caso de Viçosa, o processo foi marcado pela chegada de Carlos Vaz de Melo, que, segundo a edição nº 73 do dia 22 de abril de 1894 do jornal *Cidade da Viçosa*, foi o principal organizador da administração pública institucional viçosense.

Para melhor entendermos a administração pública de Viçosa, recorreremos à leitura do *Estatuto Municipal* de Viçosa, que era a lei maior do município, decretado e promulgado pela Câmara Municipal viçosense, sendo publicado integralmente no jornal

¹¹ FREGUEZIA, f. Igreja. Paroquial. § O ufo de ir comprar a certa parte. f. As peffoas afreguefadas y. g. „, fazer, ajuntar• fregtiefta? Silva, Antônio de Moraes, 1755-1824 Bluteau, Rafael, 1638-1734 Diccionario da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K). p. 638. De acordo com

Cidade da Viçosa, iniciando na edição nº 79, do dia 3 junho de 1894, até o dia 8 julho do mesmo ano, na edição de nº 84, contendo 192 artigos. Dessa forma, é aceitável pensar o jornal *Cidade da Viçosa* como mecanismo de publicidade dos atos administrativos entre a administração pública e a população local. Os capítulos do *Estatuto Municipal* foram organizados de forma administrativa, sendo eles: organização do município, leis decretos e resoluções, funções do Agente Executivo Municipal, obras públicas, organização territorial e outros.

Neste sentido, a partir da leitura do documento, podemos ter uma dimensão maior acerca da organização jurídica e administrativa do município, visto que, o estatuto de Viçosa enfatiza os atos administrativos e a atuação dos agentes públicos, além da participação do *Cidade da Viçosa* na publicação dos atos administrativos do município:

Da organização do município.

Artigo 1: o município autônomo da Viçosa organiza-se por este Estatuto como parte integrante do Estado de Minas Gerais. Artigo 3: Os órgãos da soberania do povo do município da Viçosa, no exercício da administração Municipal, compreendem os seus poderes: deliberativo e executivo, harmônicos e independentes. Artigo 4: As despesas do Município da Viçosa serão feitas pelas rendas provenientes dos impostos que lhe foram cedidos pelo artigo 76 da Constituição do Estado, e das rendas provenientes das atribuições tributárias que lhe conferem o artigo 53 da lei de n 2 de 24 de abril de 1891. Artigo 5: O município de Viçosa poderá abrir fontes de renda, desde que não sejam em contrário às Constituições Federal e do Estado. Artigo 6: O município, de acordo com a lei nº 2 de 24 de setembro de 1891, o governo independente dos Distritos, em tudo quanto respeita o seu peculiar interesse, sendo município e distrito pessoas jurídicas para todos os efeitos e lugares (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 79. Domingo, 3 de junho de 1894. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

A partir da leitura dos artigos acima, que compõem o *Estatuto Municipal*, percebemos que o documento foi promulgado, ou seja, houve a participação do legislativo na sua elaboração. Além disso, os seus poderes são harmônicos e independentes, dando a impressão de “leveza” e “representação popular” no documento. Entretanto, ao realizar o levantamento dos vereadores que compunham a Câmara viçosense, percebemos que muitos deles eram homens ligados aos grupos militares – Major Vaz de Mello, Tenente Coronel Antônio Lopes Soares Valente – o que tornava o legislativo viçosense restrito a um pequeno grupo que detinha as influências sociais e o poder local.

Em relação às receitas do município, estavam ligadas as rendas provenientes dos impostos referenciados no artigo 76 da Constituição do Estado, rendas provenientes das atribuições tributárias, além da possibilidade da abertura de outras fontes de rendas,

desde que não sejam totalmente contrárias à Constituição Federal e ao Estado de Minas. Entretanto, Capri (2016) aponta para a existência de uma receita estadual (renda ordinária de 125:488\$656) e uma renda federal de 22:131\$786, ambas referentes ao ano de 1915. Dessa forma, Viçosa poderia contar com a arrecadação dos impostos para a realização da administração pública muito ligada aos grupos agrários, além de algumas rendas oriundas dos Estados de da União. Logo, o progresso e o desenvolvimento destes grupos agrários regionais muito poderiam interessar aos agentes políticos de Viçosa. No trecho transcrito abaixo, o legislador define como se comporá a Câmara de vereadores e suas sessões:

Do poder deliberativo.

Artigo 7: O poder deliberativo do Município é delegado pelo povo á Câmara Municipal. Artigo 8: A Câmara Municipal se comporá de onze vereadores, sendo oito especiais e três gerais, inclusive o presidente que acumulará o cargo de Agente Executivo Municipal. Artigo 9: A Câmara Municipal se reunirá em edifícios próprios nos dias determinados e sob condições declaradas em seu regimento interno. Artigo 10: As sessões da Câmara serão públicas, salvos os casos determinados em contrário em regimento interno. Artigo 11: Em suas reuniões, sessões e deliberações, a Câmara se regulará pelo o seu regimento interno. Artigo 12: Nenhum vereador, a datar de sua eleição, poderá fazer contatos com a Câmara e Conselhos distritais. Artigo 13: A mudança para fora do município importa a renúncia do cargo (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 79. Domingo, 3 de junho de 1894. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Ao melhor estudarmos os artigos de lei acima que compõe o Estatuto de Viçosa, é perceptível a forte presença do legislativo na administração pública. Neste caso, conforme aponta Amadio (1979), o legislativo é representado pelos vereadores, que etimologicamente, vêm do verbo verear, que significa administrar como vereador, exercer vereança. Dessa forma, os cargos eletivos na Câmara eram divididos entre 3 vereadores gerais e 8 especiais, não sendo muito claras as diferenças entre as duas categorias de vereadores, tanto no Estatuto Municipal, tanto na Constituição do Estado de Minas Gerais.

Entretanto, através da leitura da edição nº 569, publicada no dia 30 de outubro de 1904, o nome de Arthur Bernardes foi publicado para concorrer à eleição na chapa do PRM como vereador “especial” pelo distrito de Teixeira, o que conflita com a sua carta na edição nº 568, do dia 24 de outubro de 1904, na qual Bernardes agradece pela indicação do seu nome na chapa para vereador “geral”. Acreditamos que a distinção entre as duas categorias de vereadores pode ser pela representatividade do município e dos distritos.

Assim sendo, um dos vereadores ocupariam o cargo de presidente da Câmara, exercendo a função de Agente executivo Municipal. Nesta lógica, ocupar essa função dentro do município é de grande valor estratégico no sentido de chefiar a cidade. De acordo com a lei nº 2 de 14 de Setembro de 1891, dos artigos 22 ao 28, para se tornar Agente Executivo, o vereador teria que passar por uma eleição na Câmara e atender a determinados critérios, como saber ler e escrever, ser maior de 21 anos, se for brasileiro, residir no município por dois anos e, se for estrangeiro, residir por quatro anos domiciliado, com residência no município e ser contribuinte dos impostos municipais.

O Agente Executivo Municipal possuía alguns poderes, mas também tinham os seus limites administrativos. Mais precisamente, na lei de 14 de setembro de 1891, fica claro que perderia o cargo de Agente Executivo, aquele que mudasse do município, o que perdesse direitos de cidadão brasileiro, o que fosse condenado por crime ou falência fraudulenta, dentre outros. Assim sendo, em 1905, quando Arthur Bernardes já exercia vereança pelo distrito de Teixeiras, o *Cidade da Viçosa* publicava além dos atos administrativos, notícias voltadas para as ações da Câmara, como expomos a seguir:

(...) A Câmara suprimiu empregos, reformou os seus funcionários e reduziu os seus vencimentos ou ordenados de todos eles, de modo que os novos empregados estão vencendo menos do que os seus antecessores. Fez assim, não pequena economia anual, e nomeou uma comissão, a requerimento do vereador Nicaccio, para estudar as tabelas de impostos e contribuições municipais propôs uma redução ou diminuição equitativa dos mesmos (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 588. Domingo, 16 de abril de 1905. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Nota-se como o *Cidade da Viçosa* tentou passar a imagem de reformulação administrativa da Câmara Municipal de Viçosa. O argumento foi construído de modo que as alterações realizadas no funcionalismo local seria uma forma de “organizar a casa” e empregar os impostos recolhidos de forma mais eficiente, conquistando, assim, o apoio de alguns contribuintes que preocupassem com a causa. Neste sentido, foi possível subentender, a partir da reportagem, que a Câmara buscava por novos caminhos e que existia a contribuição da direção do jornal na pessoa de Arthur Bernardes.

Em vista disso, observarmos a importância dos municípios nas origens do regime republicano e a relevância da existência das Câmaras Municipais, sob a legislação republicana, para dar autonomia aos municípios em algumas de suas escolhas. Para a melhor compreensão da atuação das Câmaras Municipais, é fundamental o entendimento acerca do processo de transformação dos povoados em

municípios, observando, ao mesmo tempo, a legislação vigente, pois, em todo o processo da formação administrativa dos municípios, estão presentes alguns grupos políticos com forte ligação ao mundo rural e, no caso específico de Viçosa, não foi muito diferente com Arthur Bernardes e seus grupos sociais.

2.4. Grupos sociais: antigos chefes locais de Viçosa e a linguagem “moderna” do *Cidade da Viçosa*

Apesar dos chefes locais de Viçosa estarem ligados à ideia da origem do município, naquele momento, eles estavam também inseridos em um contexto de modernidade no Brasil Republicano. Neste sentido, de acordo com Gomes (2005), o que vem sendo definido como modernidade ao longo do tempo está relacionada, diretamente, às descobertas científicas, às transformações das tecnologias e, conseqüentemente, à crescente industrialização em nível mundial. Sendo assim, a modernidade atingiria a vida social dos homens urbanos, não deixando de afetar o mundo rural.

Dentro desta lógica e de acordo com Melo (2009), a Proclamação da República pode ser pensada como um acontecimento moderno com características muito peculiares do Brasil. Este momento foi de transformações sociais em alguns aspectos, que podem se apresentar como inovadores, exemplo disso foi a inclusão de novos vocábulos na imprensa, o que poderia interferir na mentalidade e nas relações sociais da população. Em vista disso, o autor mencionado ressalta que as ideias de liberdade, progresso, ciência, democracia e outras eram incorporadas ao discurso político e projetadas rumo a um futuro republicano imaginado como avançado e distinto do período Imperial.

Como mecanismo de sustentação do discurso de modernização republicano, Melo (2009) argumenta que a imprensa, através da propaganda, se demonstra como um canal muito eficiente. Por este motivo, as novas palavras, incorporadas para referenciar a República, são contrapostas às que se referenciavam à Monarquia. Seria talvez uma tentativa da imprensa de construir um ideal político “novo” e “moderno” no campo da linguagem do regime republicano que contrapunha à velha e arcaica monarquia.

Apesar de Melo (2009) fazer referência à imprensa carioca, muito próximo a esta lógica, no jornal *Cidade da Viçosa* as palavras que remetiam à República procuravam

dar um sentido mais popular aos textos publicados, sendo muito frequente o uso de vocábulos como liberdade, soberania popular, chefe eleito pelo povo, talento, mérito, progresso, federalismo, ciências, ferrovias, mão de obra, melhoramento de clima, máquinas agrícolas, conservação do território cultivável, além da educação agrícola, que poderia ser na modalidade ambulante.

Ademais, citações de autores estrangeiros e exemplos de práticas agrícolas, que na visão do periódico, foram de sucesso em outros locais, são muito frequentes na folha. Tais exemplificações com referências estrangeiras poderiam ser tentativas do jornal de apontar caminhos e soluções para a crise agrícola brasileira. Melo (2009) ressalta que para referenciar a monarquia na imprensa, as palavras corriqueiras eram súditos, tirania, soberania de um, sagrado, privilégio, apatia, centralização, teologia; ficando evidente a demarcação entre passado e futuro e, ao mesmo tempo, a tentativa de modernizar a República que nascia.

Apesar da disputa no jornal *Cidade da Viçosa* ocorrer entre os grupos locais, a realidade na linguagem do semanário não era muito distante do debate levantado por Melo (2009), ainda na época de Carlos Vaz de Melo, foram encontrados artigos acerca da crise agrícola que o Brasil estava enfrentando. Aproximando-se da estratégia do uso de novas palavras para referir as velhas práticas, o jornal utilizou a nomenclatura “indústria agrícola”, que pode ser interpretada como a tentativa de modernização do campo, valorizando-o ou o colocando-o no mesmo patamar da indústria urbana e, ao mesmo tempo, se fazia transparecer como um mecanismo de resistência perante a crise:

Estabelecendo o sistema de vendas cooperativas para o algodão, em 1 de agosto de 1886, na assembleia reunida em Gleburme, verificou-se que a venda do algodão, naquele ano, tinha atingido a soma de 80 milhões de dólares, mais que dessa soma só 64 milhões tinha sido embolsados pelos produtores, e 16 milhões haviam sido passado aos intermediários. (...) Associando-se então a associação dos operários denominada Cavalheiros do Trabalho, tornou-se aqueça poderosíssima, e ousou lançar seguinte programa: Abolição de todos os monopólios, proibição de aquisição de terras por estrangeiros, reforma do sistema de tarifas de transportes, suficiência do meio circulante, criação de caixas econômicas postais, a demissão dos negros como associados da liga, mas sem o direito de delegação a convenção nacional (...). Assim possam estas linhas, escritas e inspiradas pelo amor da terra natal (despontar do letargo em que se acham tão distintos e laboriosos concidadãos, que neste Estado se aplicarão a indústria brasileira) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 02. Domingo, 20 de novembro de 1892. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

No trecho anteriormente exposto, em vários momentos, são trazidas palavras que aparentam soar mais apropriadas ao republicanismo, como abolição e reforma do

sistema de tarifas de transportes. Além disso, é possível pensar o Brasil do café que passa pela crise e inferir que a reportagem apresenta alternativas para o seu enfrentamento, sendo uma delas, a formação de grupos de produtores, mais precisamente as cooperativas, que realizariam as vendas da produção sem os atravessadores do mercado. A formação dessas cooperativas auxiliaria na maximização dos lucros e diminuição dos custos. Da mesma maneira, temas relacionados ao cultivo de outras plantações, como o algodão, por exemplo, nesta e em outras reportagens, são constantes. O jornal aparenta trazer tais assuntos como forma de incentivo aos produtores, visto que, ao final do texto, é sugerida a aplicação das práticas citadas.

Um caminho viável para o melhor entendimento das reportagens seria o resgate das origens do jornal e a identificação dos grupos políticos que eram próximos ao proprietário. Desta maneira, ressaltamos que o fundador do jornal *Cidade da Viçosa*, o advogado Carlos Vaz de Melo, dominou a política da região central de Minas Gerais no final do século XIX. Sendo os seus irmãos, de acordo com Souza (2010), Afonso Vaz de Melo, prefeito de Belo Horizonte, de 1916 a 1922, e Cornélio Vaz de Melo, também prefeito de Belo Horizonte, de 1914 a 1916, e deputado geral, de 1918 a 1929. Dessa forma, é perceptível que a família Vaz de Melo teve o poder de atuação prolongado na política mineira, visto que, Carlos Vaz de Melo já era deputado geral desde o final do século XIX.

Com base nos trabalhos apresentados por Souza (2010), ficamos, a saber, que Carlos Vaz de Melo atuou por dez anos em Ubá como juiz municipal, foi deputado geral pelo Partido Liberal no Império, de 1881 a 1885 e participou, após o fechamento do Congresso, em 3 de novembro de 1891, por Deodoro da Fonseca, do movimento revolucionário que eclodiu em Viçosa, sendo anistiado somente no governo do Marechal Floriano Peixoto, de quem se tornou partidário.

Vaz de Melo chegou a Santa Rita do Turvo, atual Viçosa, como juiz, entre 1876 a 1882. Mais tarde, recuando da política estadual para a municipal, torna-se presidente da Câmara de Viçosa (Agente Executivo), de 1887 a 1890. Em 1894, tornou-se filiado do Partido Republicano Mineiro (PRM), pelo qual foi eleito deputado federal por duas vezes, sendo presidente da Câmara dos deputados entre 1900 a 1902. Assim, no jornal *Cidade da Viçosa*, em 1894, quando Carlos Vaz de Melo torna-se filiado do Partido Republicano Mineiro, PRM, foi publicada uma notícia biográfica pela folha, na

tentativa de construção de uma imagem política forte de Vaz de Melo e, ao mesmo tempo, destruir a imagem dos seus opositores:

O dr. Carlos Vaz de Melo, tendo iniciado sua carreira na vida pública como juiz municipal de Ubá, sentiu que o circuito das funções de seu cargo era muito acanhado para comportar o volume das aspirações dilatadas de seu vigoroso talento e suprema inteligência, pelo que resolveu dedicar-se a advocacia escolhendo para campo de sua atividade profissional o município da cidade de Viçosa, então levada a pouco a categoria de vila. Foi o dr. Vaz de Melo o organizador do Município e do Fórum, ocupando o lugar de presidente da Câmara e exercendo com admirável proficiência a advocacia (*Jornal Cidade da Viçosa*. Ed 73. Domingo, 22 de abril de 1894. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

No trecho acima, o jornal procurou colocar Carlos Vaz de Melo como organizador do município de Viçosa, nas esferas jurídicas e políticas. Poderia ser uma tentativa do periódico de vinculação da imagem de Vaz de Melo à administração pública de Viçosa. Dessa forma, a memória de Vaz de Melo poderia ser passada por mais tempo na comunidade viçosense como um dos fundadores administrativos do local. Todavia, o estatuto de Viçosa foi promulgado pela Câmara de Viçosa e assinado pelo Agente Executivo Municipal José Teotônio Pacheco, aliado político de Vaz de Melo e também forte chefe local de Viçosa.

Na mesma reportagem, o *Cidade da Viçosa* procurou demonstrar os investimentos financeiros de Carlos Vaz de Melo em Viçosa, uma vez que o político não era natural do município. Deste modo, investir capital financeiro em Viçosa poderia demonstrar certo comprometimento e interesse no desenvolvimento econômico da cidade. Outrossim, em publicações das atas de reunião da companhia *Progresso Fabril*, de 31 de março de 1895, muito facilitou a identificação dos grupos que transitavam aos arredores de Carlos Vaz de Melo. Dentre os acionistas que participavam das decisões da empresa aparecem os nomes de José Teotônio Pacheco, que não está entre os maiores detentores do capital acionário, e Mário Vaz de Melo, filho de Carlos Vaz de Melo. Neste caso, é interessante voltar o olhar para as notícias no *Cidade da Viçosa*, acerca da fábrica liderada por Vaz de Melo em Viçosa:

Dedicando-se de alma de coração ao município de Viçosa ao qual se acha preso por laços de amizade e interesses, fundou ali uma importante fábrica de tecidos para dar ocupação a centenas de crianças, que baldas de recursos pecuniários, precisavam de encontrar na indústria uma instrução profissional sólida que lhes garantisse o futuro e da família. (...) a fábrica de São Silvestre atestando, por um lado os seus resultados práticos, fomentando e desenvolvendo a cultura do algodão no município, sua matéria-prima de consumo, servindo de estabelecimento de educação cívica de trabalho e profissional aos desprotegidos da fortuna e por outro lado atestando o gênio

empreendedor e industrial do honrado representante do 3º distrito, pois constitui uma das fábricas mais importantes do estado (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 73. Domingo, 22 de abril de 1894. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Algumas particularidades da reportagem são interessantes de serem ressaltadas, principalmente as que remetem à fábrica tecidos de Vaz de Melo, cuja mão de obra era infantil. Investigamos a forma “suave”, “virtuosa” e “meritocracia” com a qual a redação do texto do *Cidade da Viçosa* abordou a temática do trabalho infantil na fábrica onde Vaz de Melo liderava como acionista. Igualmente, neste sentido, o texto foi construído de modo que Vaz de Melo fosse o responsável por uma “educação cívica”, “profissional” e que estaria, em muito, auxiliando as famílias das crianças empregadas em seu estabelecimento.

Desta maneira, de acordo com Cunha (2004), o trabalho infantil no Brasil republicano ganhou ênfase no período de tentativa de industrialização, momento em que a indústria necessitava de mão de obra de baixo custo para a obtenção de melhores lucros. Havia neste momento, a necessidade de desenvolvimento e a busca por novos caminhos, e assim, a indústria, principalmente a têxtil, teve grande contribuição na absorção da mão de obra infantil. O autor em questão menciona também que as crianças trabalhavam na condição de “aprendizes” e que os pais, muitas das vezes, viam o trabalho como forma de “educação” e “profissionalização” dos filhos.

É justamente no sentido de profissionalização e educação das crianças que o jornal *Cidade da Viçosa* procurou situar a fábrica de tecidos de Vaz de Melo. Seria uma forma de “suavizar” ou “justificar” o emprego de centenas de crianças e, ao mesmo tempo, colocar o político na condição de benfeitor do município. Além disso, a tentativa de produzir uma biografia de Carlos Vaz de Melo, pelo seu próprio jornal, trouxe a possibilidade de compreensão de algumas questões importantes, dentre elas a noção de que havia produção de algodão nas proximidades de Viçosa, demonstrando assim, a diversidade econômica do município de Viçosa, além da possibilidade de traçar alguns dos inimigos de Vaz de Melo, como sugere o trecho a seguir:

Deputado Carlos Vaz de Melo, residente em Viçosa (...) derrotando em duas legislaturas consecutivas o hoje brigadeiro José Cesário de Faria Alvim, atual diretor da política conciliadora, que tão maus resultados deram nos últimos pleitos eleitorais do estado. (...) Vaz de Melo, do cargo de juiz de direito e foi eleito por grande maioria dos votos sobre o seu competidor o general Alvim, tendo-lhe cabido à glória de ser reeleito na magistratura seguinte (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 73. Domingo, 22 de abril de 1894. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

O trecho da reportagem acima nos permite refletir acerca de alguns pontos relevantes durante a trajetória política de Carlos Vaz de Melo. Um deles diz respeito aos inimigos políticos que foram adquiridos ao longo de sua vida pública. Desse modo, o jornal apresenta o Marechal José Cesário de Faria Alvim como peça fundamental em determinadas escolhas de Vaz de Melo, na tentativa de justificá-las mais adiante.

Por isso, é importante traçar alguns pontos da vida pública de José Cesário de Faria Alvim que, de acordo com Lana (2015), nasceu em Arraial do Pinheiro, município de Mariana, atual Pinheiros Alto, desenvolveu seus estudos em Mariana e completou o curso preparatório em Ouro Preto. Mais tarde, transferiu-se para São Paulo, onde se bacharelou em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito, teve contato com a imprensa, sendo redator dos jornais *Timbira* e *O Futuro*. Ao retornar a Ouro Preto, exerceu advocacia e se tornou secretário da Repartição de Polícia.

De acordo com Lana (2015), a carreira política de Cesário Alvim iniciou como deputado da Assembleia Provincial e deputado à Câmara Geral, entre 1864 a 1884. Além de ocupar o cargo de senador em 1890. Entretanto, sua carreira política extrapolou os limites do Estado de Minas Gerais, sendo nomeado Presidente de Província do Rio de Janeiro, em 1884. Em 1891, foi eleito pelo Congresso Legislativo Mineiro o primeiro presidente constitucional de Minas Gerais, sendo filiado ao Partido Republicano Mineiro. Em consequência disso, o seu governo enfrentou fortes oposições que resultaram na perda de prestígio e renúncia do cargo.

Ao traçarmos alguns sucintos pontos da trajetória política de Cesário Alvim com o trecho da reportagem, anteriormente mencionado, podemos perceber que há compatibilidade de interesses com Vaz de Melo, no quesito disputas de cargos, dado que na reportagem é mencionada a derrota de Cesário Alvim por Vaz de Melo na esfera do legislativo. Tal fato poderia ter aflorado as disputas políticas entre os dois adversários, que se encontravam inseridos no mesmo partido, Partido Liberal e mais tarde no Partido Republicano Mineiro:

Proclamada a República, o dr. Vaz de Melo aderiu a nova forma de governo e retraiu-se a política do município a despeito da guerra tremenda e perseguição infrene que movia-lhe o governador e ministro do general Deodoro, o Marechal José Cesário de Faria Alvim. Sempre ao lado do povo e com o povo, o dr. Vaz de Melo foi forçado a depor o juiz de direito e autoridades policiais que o general Alvim teve habilidade da mandar para Viçosa para malsinar o intemerato cidadão e o povo que a seu lado não se curvavam aos deuses do governo. Deposto o juiz, instrumento do brigadeiro

Alvim e as suas autoridades policiais, foi o dr. Vaz de Melo processado como rebelde pelo juiz seccional irmão do general Alvim (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 73. Domingo, 22 de abril 1894. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

As disputas entre Vaz de Melo e Cesário Alvim são justificadas pelo *Cidade da Viçosa* como “perseguição política”, na tentativa de construir a imagem de Carlos Vaz de Melo como o administrador público que utilizou de várias vias para superar as “injustiças” vindas de um governo “retaliador”, ao ponto de Vaz de Melo utilizar o seu “poder” para destituir um juiz que era, segundo a reportagem, “instrumento” de Cesário Alvim.

Dessa forma, de acordo com Magalhães (1973), na ocasião em que Vaz de Melo venceu nas urnas José Cesário de Faria Alvim, que era um político muito prestigiado na Zona da Mata, domiciliado na cidade de Ubá, ele obteve situação favorável no âmbito político pela vitória. Todavia, na eleição seguinte, Cesário Alvim saiu vitorioso e, com a ascensão ministerial de seu partido, conseguiu ser nomeado Presidente de Província do Rio de Janeiro; como já era esperado, ocorreram diversas retaliações. Neste momento, a *Estrada de Ferro Leopoldina* penetrava na região da Zona da Mata mineira e, desse modo, Cesário Alvim utilizou de sua influência política para conter a entrada dos trilhos dentro do município. Segundo o autor, a medida de Cesário Alvim causou grande descontentamento à população de Viçosa, o que influenciou o comportamento político de Vaz de Melo que continuou monarquista e conservador até a proclamação da República, enquanto Cesário Alvim foi mais rapidamente ao encontro das ideias republicanas.

Outras questões presentes na política mineira local podem ser extraídas da reportagem, como a presença das mesmas parentelas na política e na justiça. A reportagem procurava vitimizar Vaz de Melo colocando-o como perseguido do juiz irmão de Cesário Alvim, o que nos faz refletir os vários caminhos que as disputas e perseguições dos líderes opositores podem abranger para a conquista dos seus objetivos.

A todo o momento, a reportagem procurou criticar o posicionamento político de Cesário Alvim, ao ponto de desqualificar totalmente a política conciliadora desenvolvida pelo mesmo, colocando-a como desastrosa e não abrindo outras vias para reflexão. É neste contexto político que Arthur Bernardes irá inserir-se na política local. Por isso a importância da formação das alianças políticas bem consolidadas com os diversos grupos sociais existentes no município para o enfrentamento dos opositores.

Já no início da carreira política de Arthur Bernardes ocorreu o seu rompimento com José Teotônio Pacheco que, segundo Lima (1983), em outros tempos, era aliado de Carlos Vaz de Melo. Pacheco nasceu em São José do Barroso, distrito de Rio Branco, realizou os seus estudos secundários em Mariana e, mais tarde, matriculou-se na faculdade de Direito em São Paulo, foi promotor de justiça na comarca de Oliveira e juiz municipal em Ubá, sendo mais tarde removido para o termo de Viçosa.

De acordo com Lima (1883), no afastamento da vida pública de Carlos Vaz de Melo, para resolver assuntos particulares, ele indicou o nome de José Teotônio Pacheco para disputar uma das vagas de deputado geral na Província de Minas pelo Partido Liberal, em 1889, sendo o mais votado no 8º distrito. Entretanto, não chegou a tomar posse, pois a República foi instaurada. Dessa forma, Pacheco residiu em Viçosa, advogando e fazendo política ao lado de Vaz de Melo.

Apesar da inserção política de Arthur Bernardes superar as manobras políticas de José Teotônio Pacheco, este já havia consolidado como forte chefe local de Viçosa. De acordo com a Câmara de Viçosa, Pacheco governou o município entre 1890 a 1892, pelo Regime de Intendência. Governar pelo Regime de Intendência ocorreu em ocasião da espera da publicação da nova Constituição do Brasil, de 1891. Sendo assim, algumas normas foram estabelecidas através dos decretos publicados pelo Governo Provisório para a resolução de assuntos legislativos e executivos nos municípios. Em consequência disso, Antônio Augusto de Lima, (ex- Presidente de Minas) apresentou ao atual Presidente, Cesário Alvim, um relatório que propunha a substituição das Câmaras Municipais por Conselhos de Intendências. Tais Conselhos seriam compostos por três cidadãos, sendo um presidente e dois membros e por seus respectivos suplentes, respeitando o decreto publicado em 1889, conforme esclarece Oliveira (2012).

A criação desses conselhos obedeciam às normas do Decreto nº 50-A de 7 de dezembro de 1889. O decreto dissolvia a Câmara Municipal da capital Federal, Rio de Janeiro, justificado pela deficiência na organização e dos limites de ação. O Decreto nº 50-A é oriundo da gestão de Deodoro da Fonseca e era composto por seis artigos, os quais determinavam as atribuições dos conselhos, além disso, especificava que seria composto por sete membros, sendo presidido por um deles de nomeação do Governo Provisório. Dentre as atribuições dos conselhos, destacamos a fixação das despesas e receitas públicas do município que eram divulgadas no *Cidade da Viçosa* e assinadas pelo Agente Executivo José Teotônio Pacheco. Basicamente, o decreto atribuía aos

membros do conselho as condições mínimas para a realização da administração local até a publicação da Constituição Federal de 1891.

E, assim, José Teotônio Pacheco governou Viçosa e, ao fixar residência no município e fazer política ao lado de Carlos Vaz de Melo, conseguiu cooptar grupos ou fazer redes de contatos com diferentes grupos sociais que o sustentaram no poder por longo período, tornando-o forte chefe local. De acordo com Lima (1983), com a chegada do jovem Arthur Bernardes em Viçosa, Pacheco que, a princípio, se aproximou do genro de Vaz de Melo, em um pequeno espaço de tempo, rompeu as alianças políticas, por se achar o mais adequado a ocupar o cargo de Presidente da Câmara de Viçosa. Desse modo, Viçosa ficaria dividida sob a influência de dois fortes chefes locais, com duas correntes partidárias, sendo elas, bernardistas e pachequistas, perdurando por cerca de dez anos.

É interessante o modo como as disputas políticas locais de Viçosa conseguiam, de certa forma, alcançar o âmbito da federação, no sentido de pedido de reforço para a fiscalização das eleições. Em carta endereçada ao então senador mineiro, João Pinheiro, Arthur Bernardes mencionava a ameaça eleitoral do seu inimigo político, José Teotônio Pacheco:

(...) Já tive ocasião de me externar assim mesmo pela imprensa. O dr. José Teotônio Pacheco de ideia monarquistas, antes anarquistas. Vai apresentar-se como seu concorrente na eleição de 19 de fevereiro neste município e para que possa a eleição ser bem fiscalizada também por nossa parte, quero que am^o nos mande umas procurações suas, distribuídas a mim, a meu cunhado, dr. Francisco Machado Magalhães, filho e cunhado do Cel. Mário Vaz de Melo, com poderes de substabelecimento, para fiscalizas as eleições nos distritos seguintes: Teixeira, Coimbra, S. Miguel do Anta, S. Sebastião da pedra do Anta, Araponga, São Vicente do Grama e Erval (...) (Carta localizada no Arquivo Público Mineiro. Arthur Bernardes, Viçosa, 11 de maio de 1905).

É possível perceber, a partir da leitura do trecho acima, que a carta assinada por Arthur Bernardes procurava desqualificar totalmente a oposição local. Para isso, ao fazer contato com João Pinheiro, que é um político que aderiu muito cedo ao movimento republicano, Arthur Bernardes afirmava que José Teotônio Pacheco possuía ideias monarquista e, anteriormente, anarquistas, mas não republicanas. Ao escrever desta forma, Bernardes poderia se aproximar mais do senador João Pinheiro para obter a fiscalização desejada nas eleições. Outro ponto importante é a menção de Francisco Machado Magalhães ser o cunhado de Arthur Bernardes, visto que, anteriormente,

Magalhães era o presidente da Câmara de Viçosa. Isso demonstra a capacidade da família de Carlos Vaz de Melo se manter no poder local.

Ao conseguir ser eleito para o cargo de vereador e, mais adiante, Presidente da Câmara de Viçosa, ocupando assim a função de Agente Executivo Municipal, é possível refletir acerca de um prestígio político que poderia aumentar de acordo com o tempo, dependendo de suas ações e feitos na sua administração. Assim, podemos pensar na aproximação política de Arthur Bernardes com o político João Pinheiro da Silva que assumiu a Presidência do Estado de Minas Gerais, a partir de 1906.

Considerando os estudos de Lana (2010), João Pinheiro da Silva, desde jovem, quando estudava direito em São Paulo se envolveu nos assuntos políticos, manifestando interesse pelas causas republicanas, tendo participação ativa no movimento abolicionista. O seu período de faculdade pode ser visto como o de formação de redes de contato, pois se aproximou de nomes como Venceslau Brás, Astolfo Dutra, Delfim Moreira e outros. E, logo após sua formatura, regressou a Ouro Preto, onde já havia se formado em engenharia, para advogar e atuou nas causas republicanas, a ponto de estar presente na organização do Clube Republicano em Ouro Preto e ter liderado a criação do primeiro Partido Republicano Mineiro, PRM, em 1888.

A partir desse momento, Lana (2010) aponta que João Pinheiro ingressou na carreira política, elegendo-se deputado por Minas Gerais e tomando parte da Comissão dos 21, composta por um representante de cada Estado da Federação para elaboração do projeto Constitucional. Com a crise política de 1891, Pinheiro se afastou das atividades políticas. Em 1903, recebeu o convite do Presidente do Estado de Minas, Francisco Sales, para presidir o *I Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais*, dado que Pinheiro acreditava que a solução do Brasil estaria em uma agricultura forte, desenvolvida e com protecionismo para produtos como café, algodão, fumo e outros. Em 1905, lançou o Manifesto ao Eleitorado Mineiro, no qual fazia o seu posicionamento político e, ao mesmo tempo, realizava um balanço dos 15 anos de República.

Após o seu retorno às atividades políticas burocráticas, João Pinheiro permaneceu no senado até 1906, momento que conquistou a Presidência do Estado de Minas Gerais. Sua gestão em Minas Gerais foi marcada pelas ideias de progresso. De acordo com Gomes (2005), Pinheiro não se aproximava da ideia de vocação

essencialmente agrícola do Brasil, tão pouco se aproximava da ideia de indústria natural, transformadora da matéria-prima nacional sobre a indústria artificial, muito comum nos debates econômicos da época. A autora ressalta que, para Pinheiro, o que compunha a indústria era apenas a mão de obra e, por conseguinte, a sua atenção estava voltada para a modernização, dando espaço a um padrão político administrativo, cujos legados eram o incentivo à educação e à expansão da policultura.

Ao corroborar os posicionamentos políticos do João Pinheiro, muitos foram os artigos do *Cidade da Viçosa* relacionados às temáticas defendidas pelo político mineiro. Até mesmo notícias do *Congresso Agrícola* e a transcrição do Manifesto aos Eleitores Mineiros foram noticiadas no jornal. Além de Arthur Bernardes se posicionar como republicano que lutava pela “ordem” e pelo “progresso”. O trecho a seguir foi extraído de uma reportagem que trazia diversas temáticas próximas ao discurso de João Pinheiro, tais como, visita técnica do engenheiro Carlos Prates para fazer o levantamento da situação da agricultura nas regiões de Minas Gerais e outras questões relacionadas com o mudo rural:

Governo Patriótico. Decididamente o governo do sr. Dr. Francisco Sales tem compreendido que animar as forças produtoras do Estado, protegendo e revigorando a lavoura, e a indústria, é uma necessidade inadiável e um dever que impõe aos homens do governo, a quem foram entregues os destinos de um vasto e importante estado como é o de Minas Gerais. (...) Está ainda bem viva a memória de todos a lembrança desse Congresso que se reuniu em Belo Horizonte, devido a exclusiva iniciativa de exc, para qual se congregavam na capital mineira as maiores capacidades nas letras, indústria, na lavoura e no comércio. Foi um acontecimento notabilíssimo, bem acolhido e festejado no Estado e fora dele, e contribuiu eficazmente para honrar os créditos da administração de Minas. (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed. 594. Domingo, 11 de junho de 1905. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Para melhor pensarmos a relação política entre João Pinheiro e Arthur Bernardes, longe de ser uma tentativa de estudo comparativo, extraímos da reportagem mencionada anteriormente o trecho acima que noticiava o *Congresso Agrícola* presidido por Pinheiro em Belo Horizonte. A reportagem procurou colocar o estado como possuidor de uma gestão “patriótica”, pelo fato de “impulsionar” e proteger a lavoura. E, ao mesmo tempo, tentou ressaltar o “poder” e a “força” econômica de Minas na agricultura. Para sustentar a sua argumentação, o jornal trouxe a memória do *Congresso Agrícola*, destacando a sua receptividade dentro e fora do estado de Minas. Já podemos perceber um emparelhamento ou um encontro de ideias entre a redação do jornal e João Pinheiro, no que se refere ao melhoramento das condições do mundo rural:

Formigas Cuiabanas. No intuito de fazer experiência que, se forem coroadas de feliz êxito, muito podem concorrer para a extinção das formigas saúvas neste município, o sr. dr presidente da Câmara desta cidade, solicitou obter da Sociedade Nacional de Agricultura alguns exames das célebres formigas Cuiabanas. Como os autores devem estar lembrados, as formigas Cuiabanas gozam da fama de atacar, perseguir e exterminar as formigas saúvas, denominadas cabeçudas, as quais tantos prejuízos causam aos jardins, pomares, e mesmo a lavoura, pois constituem o mais sério embaraço ao cultivo do algodoeiro, entre nós, além do dano que causam a outras plantas agrícolas. (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed. 643. Domingo, 10 de junho de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

É perceptível no trecho da reportagem supracitada a preocupação do Presidente da Câmara de Viçosa, Arthur Bernardes, com a melhoria nas condições de cultivo de plantas na região do município. Neste caso, é possível mencionar a introdução de controle biológico de pragas, o que não deixa de ser uma tecnologia acessível aos produtores rurais de Viçosa. Dito de outra forma, combater as formigas saúvas, principais inimigas da lavoura do algodão, significava maior efetividade rumo ao progresso econômico, além de proteger outras plantas agrícolas do ataque dos insetos. Desta maneira, percebemos que, assim como João Pinheiro, Arthur Bernardes também estava com o olhar voltado para a policultura, ou seja, para além da lavoura cafeeira. Tal posicionamento poderia ser uma válvula de escape para a economia local, visto que a grande lavoura se encontrava em crise.

Assim, após 1906, momento em que João Pinheiro assumiu a Presidência de Minas Gerais e Arthur Bernardes foi eleito o Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal, algumas cartas trocadas entre os políticos mineiros apontam para uma relação administrativa mais próxima entre o viçosense e o Presidente de Estado. É interessante trazer o conteúdo de algumas dessas cartas para melhor compreendermos o posicionamento de Arthur Bernardes, pois as cartas são assinadas por ele, diferente do jornal *Cidade da Viçosa*. A seguir, selecionamos o trecho da carta assinada por Bernardes, remetida a João Pinheiro:

Exm^o. Col^a. e Am^o Dr. João Pinheiro(...) Pela presente, lhe agradeço a remessa do folheto contendo o seu manifesto, já conhecido através dos jornais e lhe comunico que o Col^o obteve aqui, no município, 710 votos e o Cel Júlio Bueno 548. (...) A oposição loca, cantando cedo a palinodia, resolveu a pedido do Dr. Bias Fortes, em carta que foi aqui publicada, dar-lhe votos, mas não fez para isso sacrifício nem esforço –infelizmente- porque desejamos fosse brilhante o resultado de sua eleição por aqui. A oposição não sustentou o nome de Júlio Bueno e o substituiu pelo Dr. Olinto dos Santos Pires. (...) (Carta localizada no Arquivo Público Mineiro. Arthur Bernardes, Viçosa, 11 de março de 1906).

Pelo conteúdo da carta, anteriormente citada, é possível perceber que se trata de um contato eleitoral entre Arthur Bernardes e João Pinheiro. Ficando clara a reafirmação do apoio do viçosense ao Presidente de Estado eleito. Anteriormente, Bernardes solicitou o envio de fiscalização das eleições, o que aparenta um grande interesse pela vitória de João Pinheiro. Conseqüentemente, outras cartas foram remetidas ao Presidente de Estado contendo diversos assuntos, dentre eles, podemos destacar pedidos de preenchimento de cargo de desembargador, agradecimentos por João Pinheiro atender ao pedido de preenchimento de cargo, pedidos de nomeação de juiz apontando vantagens jurídicas no atendimento do pedido e eficiência no trabalho e pedido de aviso da visita de João Pinheiro a Viçosa para melhor organização na recepção do mesmo e outros.

É muito importante deixar claro que a leitura realizada das cartas são apenas das redigidas por Arthur Bernardes a João Pinheiro. E, como mencionado anteriormente, os assuntos diversos contidos nas cartas caminhavam para um mesmo sentido; forte formação de rede de contato com grupos sociais para a concretização de uma base política local bem estruturada de Arthur Bernardes. Tais cartas muito corroboram com as notícias de cunho político publicadas no *Cidade da Viçosa*. Em vista disso, em outra carta, transcrito um pequeno trecho a seguir, poderemos perceber uma grande aproximação ou inspiração de Arthur Bernardes às ideias de João Pinheiro no sentido de progresso local:

Há muito que a Câmara Municipal desta cidade anda empenhada em fundar aqui um liceu de artes de ofícios, em uma escola modelo de agronomia ou outro estabelecimento congênere que, por meio de ações práticas, prepare os artífices que hão de amanhã trabalhar pelo engrandecimento e progresso do município e quiçá do Estado de Minas Gerais. Devido, porém, a agudeza da crise econômica e financeira tem faltado à Câmara para realizar, por si só, essa aspiração. Lembramo-nos então de ver se o Estado poderia de qualquer maneira auxiliar-nos nessa empresa. (Carta localizada no Arquivo Público Mineiro. Arthur Bernardes. Viçosa. 1906).

No trecho acima, é perceptível a intenção do agente público no impulso do progresso local. Para isso, o investimento estaria voltado para a política educacional. Uma particularidade pode ser destacada no modelo de ensino proposto no liceu, a prática cotidiana das atividades, pois, mais tarde, nas mensagens presidenciais de Arthur Bernardes, muito terá destaque a prática do ensino agrônômico como forma de desenvolvimento da agricultura. Em relação à solicitação da ajuda do estado na fundação do Liceu na cidade, é importante mencionar a crise financeira relacionada ao café e outros produtos que atingiam a produção agrícola local. Resultando, desta forma,

numa crise financeira municipal que poderia impedir o progresso educacional. Em vista disso, poderia ser uma ótima chance de Arthur Bernardes se aproximar mais de João Pinheiro, demonstrando que também possui interesses por assuntos educacionais.

Logo, a inserção política de Arthur Bernardes ocorreu em um município que possuíam a maior parte da sua população residente em núcleos rurais. Além disso, Viçosa foi fundada dentro dos padrões e da moralidade das famílias agrárias católicas. E, no decorrer do desenvolvimento administrativo da cidade a Câmara Municipal representava o ponto máximo do poder local. Sendo assim, para chegar ao cargo de Presidente da Câmara, Bernardes teve como importante mecanismo de sustentação da sua opinião política o jornal *Cidade da Viçosa*, que foi muito utilizado na construção da sua imagem política e dos grupos que circulavam aos seus arredores. Para isso, foi fundamental a presença no jornal de notícias voltadas para a economia focada nos interesses dos grupos sociais que sustentavam o jovem Arthur Bernardes, tendo como consequência, a formação de um espaço que foi utilizado por Bernardes para manter e cooptar novos aliados com o objetivo de se fortalecer como chefe local.

CAPÍTULO 3 - O JORNAL *CIDADE DA VIÇOSA* COMO UMA ALTERNATIVA NA CONSTRUÇÃO DOS “INIMIGOS POLÍTICOS”, “DOS HERÓIS” OU ALIADOS REPUBLICANOS E A EXALTAÇÃO DOS CHEFES LOCAIS VIÇOSENSES ATRAVÉS DA IMPRENSA

3.1. A estrutura física e política do jornal *Cidade da Viçosa* entre os anos de 1892 a 1907

No final do século XIX, a imprensa já estava presente nas pequenas cidades do interior do Brasil. Desse modo, de acordo com o anuário estatístico do Brasil, neste momento, Viçosa contava com a presença do jornal *Cidade da Viçosa*, fundado em 1892; o *Hervalence*, fundado em 1912; o *Gazeta da Viçosa*, fundado em 1911; e o jornal *A Reação*, fundado em 1905 e muito noticiado pelo *Cidade da Viçosa* nas disputas políticas locais.

Dentre os jornais citados, como já dissemos anteriormente, a nossa atenção foi direcionada para o *Cidade da Viçosa*. Neste momento, para melhor compreendermos a construção dos “inimigos políticos” e dos “heróis” ou aliados republicanos por um desses veículos da imprensa viçosense, foi importante conhecer, de forma mais sistematizada, o jornal *Cidade da Viçosa* e suas estratégias de apresentação.

Como fomos recebidos - A prazível cidade da Viçosa viu este ano surgir pela primeira vez, saudado pela aurora do dia 15, o seu primeiro jornal, este bem correspondeu ao berço do seu nascimento, adotando-lhe o nome. É proprietário e redator chefe da incipiente folha, o ilustrado dr. Carlos Vaz de Melo, o que vale o mesmo que dizer, que *A Cidade Viçosa* jamais há de faltar recursos, quer de ordem material, quer de ordem intelectual. Pagnar pelos direitos e interesses da sua cidade e do seu município. Alheia inteiramente as questões partidárias nesta quadra em que corre a todo o cidadão o imperioso dever de se sacrificar no altar da pátria os ódios e rivalidades políticas. Proceder na apreciação e julgamento dos fatos com a maior isenção de espírito; não regatear economia a quem os merecer e ser ao mesmo tempo inexorável e severa nas censuras que tiver de fazer aqueles que faltarem com os cumprimentos dos deveres civis. Tal é o elenco dos intuitos da *Cidade da Viçosa*, conforme as frases que respigamos do seu bem (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 4. Domingo, 4 de dezembro de 1892. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

No trecho acima, referente à notícia “Como fomos recebidos”, publicada na quarta edição do jornal, ainda na sua origem, podemos observar uma tática de enobrecimento do semanário na região, pois muitas foram as notícias que trabalhavam esta temática. Neste sentido, as reportagens que enfatizavam a percepção do leitor acerca da aceitação do novo veículo de comunicação poderiam explorar outros terrenos, como o de vincular, de modo profundo, a imagem do jornal com a povoação urbana de

Viçosa, para colocá-lo na condição de “imprensa oficial local” e a “voz da cidade”. Assim, sendo este percebido pela população, seria mais fácil construir uma narrativa voltada para o compromisso com o povo, de uma imprensa “verdade”, o que poderia influenciar no enaltecimento de Carlos Vaz de Melo, que passaria credibilidade, confiança e honradez aos leitores.

Por isso, a reportagem procurou enfatizar que o compromisso do jornal seria com os interesses do município, dado que este seria superior às questões partidárias, por motivo de interesse maior da pátria e sempre na busca da “neutralidade” jornalística. Assim, em outras edições, o jornal insistiu na criação da imagem do semanário vinculada ao patriotismo republicano, como no trecho a seguir:

Nosso Aniversário.

(...) Criamos este jornal, todos sabem, para defesa e sustentação dos princípios republicanos, únicas capazes, a nosso ver, de fazer a felicidade e o engrandecimento da pátria brasileira. Tudo pela pátria e pela república, tal tem sido e continua a ser nossa divisa e o lema da bandeira, que flutua solta a todos os ventos, na amuradas deste pequeno reduto e donde só será arrancada quando a metralha inimiga houver feito tombar a sua última pedra e aniquilando sua última resistência. (...) A República conta hoje também mais um aniversário, entrando no seu sétimo ano de existência, e a despeito de todos (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 179. Domingo, 25 de outubro de 1896. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

No quarto aniversário do *Cidade da Viçosa*, a redação do jornal procurou construir uma clara narrativa de que o semanário foi criado para sustentação e defesa dos interesses republicanos. Desse modo, o texto procurou desenvolver um sentimento de patriotismo ligado, diretamente, ao republicanismo para justificar o regime. A palavra “inimigo” foi utilizada para se referir àqueles que se impunham à República e o redator procurou sustentar o argumento de que o republicanismo seria o melhor caminho a seguir no Brasil. Para finalizar a reportagem, o autor remeteu à memória de que a data do sétimo aniversário da Proclamação da República era a mesma do jornal, o que tornaria o semanário mais próximo e vinculado aos interesses republicanos. Em outras palavras, o dia 15 de novembro de 1889 teria dado origem à República e, três anos mais adiante, no mesmo dia 15 de novembro, ocorreu o nascimento do jornal *Cidade da Viçosa*, que lutava pelas causas e interesses republicanos.

Em relação à manutenção do jornal, este, aparentemente, sobrevivia das editorações e propagandas variadas, tais como: publicação de anúncios, atas, resoluções e propagandas comerciais. Na edição nº 53, publicada no dia 19 de novembro do ano de

1893, na seção *Expediente* houve uma publicação com os preços e as condições para as editorações no jornal, ressaltando que todos os negócios seriam tratados com o seu gerente o major Francisco Eugênio Dias de Carvalho. Dessa forma, as publicações a pedidos, editais, atas e outras semelhantes teriam o preço de 160 réis por linha, fazendo-se abatimento de 30 a 40 % nas repetições, conforme o número dessas e 200 réis os anúncios, conforme se convencionar.

A redação do jornal deixou bem claro que o material enviado para a editoração, mesmo não sendo publicado, não teria devolução de originais e também enfatizou que não seriam aceitos artigos que envolviam responsabilidades sem que estas fossem assumidas pelo seu autor e reconhecida a firma. Outra forma de receita do jornal seriam as assinaturas anuais. Na edição nº 234, do dia 30 de janeiro de 1898, encontramos os preços referentes às assinaturas, sendo 10\$000 por um ano e 6\$000 por seis meses.

Muitas foram as notícias em que o jornal procurava interagir com os seus leitores. Uma dessas foi na edição nº 22, do dia 16 de abril de 1893 na qual, em um primeiro momento, a redação pede desculpas pelo atraso da entrega do jornal aos assinantes, devido à falta de tinta, que precisava sair do Rio de Janeiro até Viçosa, o que justifica a demora na época. Além disso, na mesma edição, foi publicada uma cobrança aos assinantes inadimplentes e o jornal alertou aos seus subscritores com débitos fora do município que não era relevante para a administração do semanário deslocar recurso nos envios de cobradores, pois o valor das assinaturas seria absorvido pelas despesas da viagem.

Desse modo, a solução encontrada pelo jornal para o recebimento das assinaturas atrasadas seria através da publicação dos nomes de alguns cavalheiros que ficariam responsáveis, em cada distrito ou região de Viçosa, por receber os proventos, otimizando assim, as despesas. Dessa forma, foi possível identificar alguns dos grupos sociais ligados à direção do jornal, aos quais são: professores, militares, advogados e outros que foram escolhidos para o recebimento das mensalidades atrasadas.

Dito isso, passaremos a nossa atenção para a análise mais física e estrutural do semanário viçosense. De acordo com Azevedo (2013), que trabalhou com a abordagem serial, quantitativa e qualitativa dos impressos *Cidade da Viçosa*, a publicação do jornal ocorreu entre os anos de 1892 a 1928 e esteve, por muito tempo, inacessível, por pertencer a uma família residente no Rio de Janeiro. Há pouco tempo, o acervo foi

adquirido por um morador de Viçosa que permitiu a digitalização do material. O material estava agrupado nas seguintes datas: 1892 a 1897; 1898 a 1902; 1903 a 1907; 1908 a 1912; 1913 a 1917; 1918 a 1922; e 1923 a 1928, mantendo as cópias digitalizadas o mesmo padrão. Entretanto, na hemeroteca da Biblioteca Nacional consta a publicação deste jornal posterior às datas digitalizadas, tendo como fundador Carlos Vaz de Melo¹².

Deste modo, toda a coleção digitalizada conta com a publicação de 1.562 edições. Dentre essas edições publicadas, sendo boa parte delas editoradas semanalmente, 5.000 exemplares eram para dentro do município e 6.000 para fora. Tal tiragem elevada pode ser uma tática fictícia de valorização do semanário, pois Viscardi (2012), ao estudar alguns jornais da imprensa republicana mineira, ressaltou que o jornal *O Movimento* possuía a maior tiragem entre os jornais conhecidos, 5.000 cópias; neste sentido, o semanário viçosense estaria ultrapassando muito essa quantidade de cópias.

Vale mencionar que algumas seções eram permanentes, como *Cidade da Viçosa*, onde está localizada a maior parte dos artigos de cunho político; *A Pedidos*, que era direcionada a publicações da população; *Editaes*, que informava a população sobre os decretos, resoluções e leis municipais e a seção *Expediente*, que informava os leitores acerca da gestão do jornal. Existiam também as seções temporárias, das quais destacaremos *Carteira de Ouro*, que informava os novos assinantes; *Seção Agrícola*, que tratava dos assuntos pertinentes à agricultura e *Respingando*, que atacava o seu “inimigo” José Teotônio Pacheco, que respondia os ultrajes através do jornal *A Reação*.

Em uma análise mais centrada no jornal em relação à sua “missão” e às periodicidades, que nos interessam até a permanência de Arthur Bernardes em Viçosa, verificamos que, desde a sua fundação, o jornal posicionou-se como órgão de opinião política. O posicionamento político estava para além das reportagens do patriotismo republicano, pois a redação se intitulava como órgão a serviço do Partido Republicano Mineiro. Assim sendo, Azevedo (2013) chamou atenção para este detalhe, pois, desde o ano de 1897, passou a trazer no seu *layout* “Órgão do Partido Republicano

¹² Embora, tendo construído o laboratório do jornal *Cidade da Viçosa* com toda a estrutura física do jornal para termos o melhor conhecimento da fonte. Nesta seção, faremos referência ao trabalho serial, quantitativo e qualitativo de Denílson Santos de Azevedo, o professor responsável pela digitalização do jornal.

Constitucional”, sob a orientação política do proprietário Carlos Vaz de Melo e gerência do major Francisco Eugênio Dias de Carvalho.

Já em 1898, o *layout* do jornal foi alterado para “Órgão do Partido Republicano”, a orientação política continuou na responsabilidade de Carlos Vaz de Melo, entretanto, a propriedade passou a ser do seu filho, coronel Mário Vaz de Melo, tendo redatores e colaboradores diversos. Quanto à sua periodicidade, no início se apresentava como semanal. Todavia, segundo Azevedo (2013), a digitalização de dez dessas edições semanais ficou impossibilitada a digitalização, devido à deterioração do material. Desta forma, entre 1892 a 1907, as edições mantiveram-se, na sua maior parte, com publicação semanal. Ocorrendo entre os meses de janeiro a dezembro, contabilizando uma média de 48 edições anuais.

De acordo com Azevedo (2013), em 1892, entre os meses de novembro e dezembro, foram publicadas 7 edições. Em 1893, circularam as edições de 8 a 59, totalizando 52 edições. Em 1894, os números de edições publicadas caíram para 47, ficando quase um mês sem a publicação, entre dezembro de 1894 e janeiro de 1895 foram publicadas 43 edições, correspondendo a um intervalo de até doze dias entre as primeiras publicações. A mesma frequência decorreu no ano de 1897, com 43 edições publicadas. Ocorreram intervalos maiores de uma edição para a outra em 1896, com a publicação de apenas 36 edições, com intervalos de até 18 dias em relação às primeiras edições.

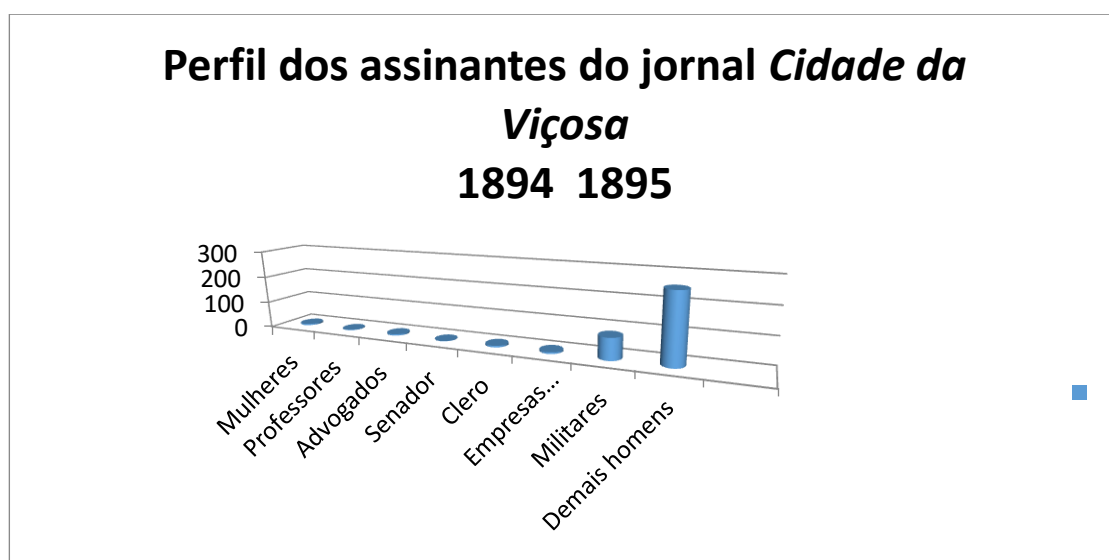
Até mesmo na gestão de Arthur Bernardes, no ano de 1905, ocorreram algumas falhas na periodicidade das edições e, inclusive, no acesso às edições publicadas, devido à deterioração do material. Com base nos estudos de Azevedo (2013), é possível compreender que entre 1905 e 1906, o jornal manteve regularidade na publicação, sendo 48 e 47 edições, representadas pelos números 574 a 622 e 623 a 670, respectivamente. Entretanto, no ano de 1906, os números 630 e 631 não foram localizados no acervo. Em 1907, foram publicadas apenas três edições em quase todos os meses, totalizando 39 edições, com intervalos de até 12 dias entre cada edição. Em 1908, as edições não se mantiveram fielmente semanais. Neste sentido, as demais edições ocorreram com falhas, voltando à regularidade semanal nos anos de 1918 e 1920.

De acordo com Azevedo (2013), quando Arthur Bernardes, em 1905, assumiu a chefia do jornal, até agosto de 1910, o mesmo passou a ser gerenciado e dirigido por

João Ferreira da Silva, que foi vereador de Viçosa entre 1898 a 1907. A partir da gestão de Bernardes, a assinatura poderia ser semestral ou anual. No final de 1910, Emilio Jardim Resende passou a ser diretor político da folha, ocorrendo, assim, alterações do *layout* e do endereço da redação e oficina na Praça Silviano Brandão.

É importante ressaltar que os redatores, colaboradores e gerentes do *Cidade da Viçosa* pertenciam aos restritos grupos dos magistrados, dos militares, dos vereadores e dos advogados. Muito disso pode ser pelo fato de a origem do jornal estar ligada à política republicana local de Viçosa e, a partir disso, ter sido possível perceber que a redação do jornal procurava atingir determinados grupos de leitores, sendo as notícias publicadas de modo que engrandecessem os membros do Partido Republicano, tanto na esfera local, tanto na estadual.

Por esse motivo, voltamos a nossa atenção para o estudo das seções do jornal *Cidade da Viçosa*. Neste caso, especialmente, para a seção *Carteira de Ouro*, na qual eram publicados os nomes dos novos assinantes e dos reformadores das assinaturas. É interessante o jornal especificar a profissão de alguns dos assinantes, o que muito nos facilitou a traçar alguns dos grupos que pertenciam esses leitores em potencial, o que nos auxiliou na compreensão de alguns dos posicionamentos políticos tomados pelo *Cidade da Viçosa*, sendo assim, transpomos o levantamento do perfil dos assinantes para o gráfico a seguir.

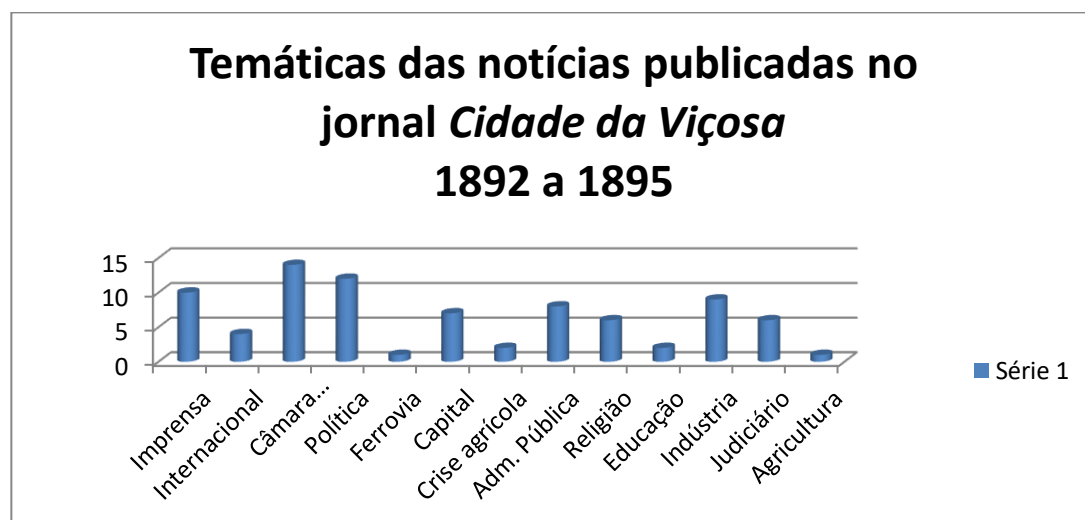


Fonte: jornal *Cidade da Viçosa*. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Edições publicadas entre os anos de 1894 a 1895.

Pelo mapeamento do jornal anteriormente exposto podemos perceber que a maior parte dos assinantes eram homens, subdivididos dentro de outros grupos profissionais. O segundo maior grupo de assinantes era composto por militares, o que justifica a forte ligação destes na direção do jornal. As empresas aqui são entendidas como grupos de pequenos comerciantes, que utilizavam os nomes de seus comércios na assinatura do jornal.

Outros profissionais foram encontrados com menor frequência. Em relação aos advogados, apareceram dois nomes de assinantes com a denominação advogados e 3 doutores não especificados, entretanto, inserimos o nome dos 3 doutores no grupo dos advogados, em seguida, apareceu o clero e os professores. Não podemos deixar de ressaltar que é muito considerável 5 mulheres serem assinantes do jornal naquele momento, visto que Viçosa era uma cidade interiorana com a forte cultura das famílias ligadas aos homens do mundo rural.

Outro dado importante, que pode ser relacionado ao perfil do leitor do *Cidade da Viçosa*, é o referente aos assuntos publicados no jornal, como ilustram os gráficos na sequência.

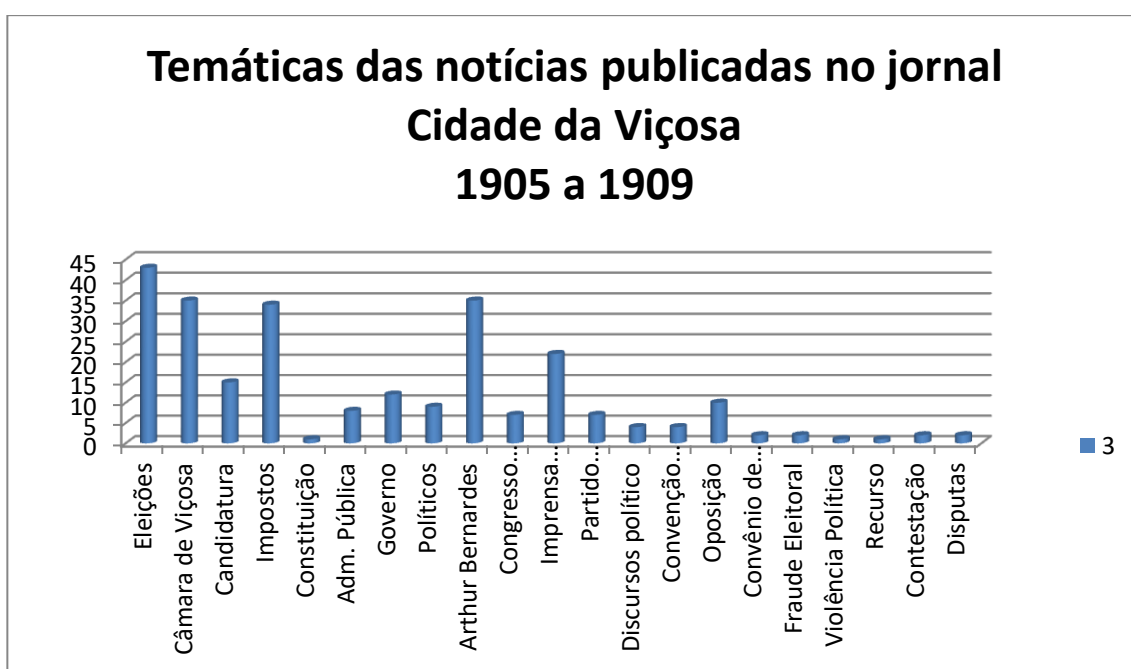


Fonte: jornal *Cidade da Viçosa*. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Edições publicadas no final do ano de 1892, seguidos dos meses de janeiro de 1893, 1894 e 1895.

Como pode ser visto, os dados foram retirados do jornal *Cidade da Viçosa* ainda na gestão de Carlos Vaz de Melo. As temáticas encontradas mantêm relações com a política. Tendo destaque para as notícias voltadas para a Câmara Municipal de Viçosa e para as notícias de política em geral. Em relação à agricultura encontramos poucas

notícias, tendo mais atenção a indústria, neste caso a fábrica de Carlos Vaz de Melo em Viçosa. Outra temática muito corriqueira nas origens do *Cidade da Viçosa* foi relacionada à percepção da imprensa regional em relação ao surgimento do semanário viçosense, sempre visto de “forma positiva” pelos outros impressos.

Sendo assim, o semanário abriu espaço para a publicação de inúmeras notícias que exaltavam a sua presença na localidade, muito provavelmente, foram selecionadas apenas as notícias que elogiavam a presença do *Cidade da Viçosa* na região, como tática de valorização do mesmo. Outro gráfico foi elaborado em relação às temáticas publicadas no *Cidade da Viçosa*, agora na gestão de Arthur Bernardes.



Fonte: jornal *Cidade da Viçosa*. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Edições publicadas entre os anos de 1905 a 1909.

Ao interpretarmos o gráfico acima ficou evidente o destaque dado às eleições, pois havia competição política e a maior concentração dos ataques ocorriam na época das eleições. Outras temáticas, enfatizadas no semanário na gestão de Bernardes, foram a permanência das notícias sobre a Câmara Municipal, os atos administrativos da mesma e as notícias sobre o próprio Arthur Bernardes. Além disso, outros termos relacionados às eleições apareceram de forma tímida, como recurso, contestação e disputas.

Desse modo, ficou perceptível que o jornal tinha um público alvo bem definido e este, muito provavelmente, possuía interesses nos assuntos políticos locais e estaduais.

Além disso, não podemos deixar de considerar a abrangência oral das notícias publicadas pelo semanário, assim como as críticas e a opinião que os leitores poderiam construir a partir de suas reflexões, como exemplo disso, a presença da oposição local, que muito criticava os artigos políticos publicados no *Cidade da Viçosa*.

3.2. A imprensa nas origens da Primeira República

Após a apresentação mais detalhada do jornal *Cidade da Viçosa*, chefiado por Arthur Bernardes, a partir de 1905, acreditamos ser muito importante realizar algumas considerações acerca da dimensão da imprensa nas origens do regime republicano, em vista de estabelecer conexões do *Cidade da Viçosa* com a relevância da imprensa na República. Por este motivo, realizamos uma leitura sistemática da seção *Expediente*, a qual foi explorada através de uma leitura mais técnica.

Barbosa (1990) salientou que a segunda fase da imprensa brasileira iniciou em 1880. Tal período foi marcado por maiores investimentos, maiores consumos de papel e renovação das gráficas; segundo o autor, o jornal estava adquirindo a dimensão empresarial. Dessa forma, a tipografia foi perdendo suas características artesanais para enveredar-se por uma linha de produção que necessitava de maior aparelhamento técnico e mão de obra competente. Tudo isso não ocorreu apenas na estrutura física do jornal, segundo Barbosa (1990), pois o leitor também se tornou mais exigente com a edição, o que refletiu no mercado, já que este precisou oferecer conteúdo de aparência mais atrativa ao público. Essa fase da imprensa foi marcada por inovações técnicas, maior divisão do trabalho e diminuição de custos, ou seja, estava ocorrendo um processo de transformação na imprensa em toda a sua estrutura, desde aos procedimentos mecânico até o editorial.

Dessa forma, o jornal *Cidade da Viçosa*, que nasceu em 1892, isto é, na segunda fase da imprensa, aparentava alguns indícios de modernidade. Apesar de o jornal ser produzido a partir de uma oficina que dependia de materiais oriundos da capital e, ao mesmo tempo, não ser um impresso que atingisse dimensões gigantescas, o semanário apontava índices de certa inserção na lógica do jornalismo empresarial, conforme explicitado por Barbosa (1990).

Neste sentido, de acordo com Nelson Sodré (1999), com exceção do Governo Provisório, nas origens da República, a imprensa estava preocupada com o fato político,

diferenciando-o, assim, da política. Desse modo, o fato político teria ligação direta com os agentes políticos, ou seja, aqueles que têm relação direta com o problema do poder. Por este motivo, as questões pessoais terão mais destaques nas ações, acreditamos que por parte dos redatores das notícias. Segundo o autor supracitado, essas ações estavam presentes nos atos, pensamentos ou decisões dos indivíduos que produziam o fato político. Por isso, para Sodré (1999), a necessidade de construir exaltação ou diminuição de indivíduos, pois, a partir disso, tudo estaria personalizado e individualizado, sendo a imprensa presente na construção dessa linguagem.

Dentro desta lógica, o jornal *Cidade da Viçosa*, na sua linguagem política, procurava construir e desconstruir indivíduos bem específicos aos seus interesses. Nos tempos de Vaz de Melo, prevalecia a exaltação dos republicanos. Todavia, na gestão de Arthur Bernardes havia a exaltação dos aliados políticos e, ao mesmo tempo, a construção dos “inimigos políticos”, mais precisamente, a “demonização” dos pertencentes ao grupo de José Teotônio Pacheco, no qual ocorreu uma ruptura de aliança política.

De acordo com Viscardi (2012) o regime republicano permitiu a divulgação de uma nova cultura política no país, a republicana. Segundo a autora, a monarquia era tratada com excentricidade em relação à proximidade com o povo e, para conseguir aliados, neste caso, os cafeicultores, os republicanos defendiam a causa da redução das alíquotas dos impostos, além do discurso de progresso atrelado ao novo regime. O jornal *Cidade da Viçosa* muito compartilhou de tal tática republicana como vemos a seguir.

Os inimigos da República não dormem e tanto mais convencidos da impopularidade de sua antipatriótica propaganda, quanto mais redobram de esforços para chegarem ao almejado fim. Em desespero de causa lançam mão de todos os meios, não recuando das maiores infâmias (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 60. Domingo, 7 de janeiro de 1894. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Percebe-se o esforço da redação para construir o argumento do antipatriotismo dos grupos ligados à monarquia. O objetivo do jornal aparenta atacar profundamente a propaganda política dos seus grupos opositores. É nítida a forma como a narrativa caminha para o distanciamento dos monarquistas em relação à população, subtendendo que tais lideranças se encontravam envolvidas diretamente com camadas mais abastadas da sociedade. Além disso, ocorreu a utilização da palavra “infâmias” na tentativa de colocar os adeptos ao republicanismo como vítimas de calúnias e difamações. A

aparição de palavras que colocavam os dirigentes do jornal na condição de perseguidos e vítimas de injúrias também era comum.

Em vista de todo o processo de transformação que a imprensa passava naquele momento, além das inúmeras tentativas de muitos jornais, como o *Cidade da Viçosa*, de legitimar o golpe republicano e atacar duramente a monarquia com o uso de uma linguagem, em muitos momentos, grotesca e rude. O posicionamento político do jornal *Cidade da Viçosa* pode ser atribuído ao processo de construção dos “heróis” ou aliados republicanos e dos “inimigos políticos” tendo como base para a construção dos argumentos um regime republicano forte e bem estruturado no imaginário dos viçosenses.

3.3. O *Cidade da Viçosa* e o processo eleitoral na Primeira República: abertura para disputas eleitorais entre os chefes locais

A diversidade de trabalhos acerca da Primeira República do Brasil permitiu muitas interpretações. De acordo com Viscardi (2001), a intenção de implantar um estado centralizado e autoritário por Getúlio Vargas surgiu da ânsia de romper de forma definitiva com o passado Federalista. Por este motivo, Vargas denunciava as distorções do Federalismo, para assim, poder voltar as atenções para o predomínio das alianças políticas entre Minas Gerais e São Paulo, desqualificando todo o projeto republicano, como se ficasse restrito à participação efetiva no processo eleitoral de apenas dois estados da Federação, Minas Gerais e São Paulo.

É pertinente trazer algumas considerações de Viscardi (2001), acerca da Primeira República brasileira, na tentativa da construção de novas possibilidades ou junção de outras vias interpretativas que resultem em novas abordagens. Pois, a partir da leitura dos artigos do jornal *Cidade da Viçosa*, foram percebidos indícios de competição política entre os grupos existentes em Viçosa.

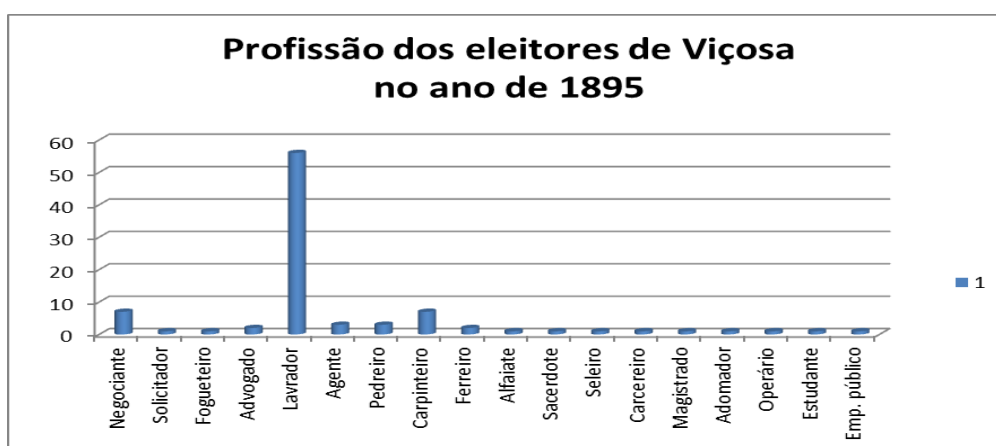
Sendo assim, ao direcionar a falta de harmonia entre os grupos políticos mineiros para o município de Viçosa, o jornal *Cidade da Viçosa* se demonstrou como um local propício para a ocorrência das rivalidades eleitorais entre os chefes locais que disputavam o poder municipal, pois Arthur Bernardes e o seu adversário político, José Teotônio Pacheco, eram os respectivos redatores chefes de jornais que circulavam no

município de Viçosa e região. Na gestão de Carlos Vaz de Melo, no *Cidade Viçosa*, era possível perceber a movimentação dos chefes locais.

A 19 do corrente reuniram-se em casa do sr. José Teotônio Pacheco diversos eleitores desse município afim de organizaram a chapa que deve ser apresentada ao eleitorado de 1º de novembro próximo futuro. Assumindo a presidência da reunião em virtude do convite anteriormente publicado o sr. Coronel. dr. Pacheco convidou para secretário o sr. Major Mário Vaz de Melo; em seguida expos os fins da mesma reunião fazendo ver a necessidade que tem o eleitorado de interessar-se pela organização municipal que é a base do Estado assim como este é o da União, e mais que os chefes locais e os presentes devem esforçar-se em convidar a todo o eleitorado para comparecer às urnas (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 220. Domingo, 26 de setembro de 1897. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Através do trecho da reportagem acima, é possível vislumbrar as manobras dos chefes locais frente aos eleitores viçosenses. Mesmo que esses eleitores fossem pertencentes a seletos grupos sociais da cidade, o *Cidade da Viçosa* sugeriu que Teotônio Pacheco procurava cooptar o apoio desses eleitores, provavelmente, para manter a sua base política governamental fortalecida.

O contato com diversos grupos sociais também é outro fator importante, pois o convite ao major Mário Vaz de Melo para ocupar o cargo de secretário reforça as alianças políticas entre Pacheco e Carlos Vaz de Melo, pai do major. Além disso, o município aparece como a base de sustentação da política naquele momento, logo, para ser um chefe local forte, era preciso obter o apoio dos demais grupos detentores da maior fatia do capital intelectual e financeiro, visto que a maior parcela da população de Viçosa possuía ligação com o mundo rural. Para a melhor visualização do perfil do eleitorado viçosense foi elaborado o gráfico a seguir, referente ao ano de 1895.



Fonte: Jornal *Cidade da Viçosa*. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Edição nº 123 de 1895.

O gráfico acima possibilitou uma melhor compreensão acerca do perfil dos eleitores de Viçosa, pois o semanário *Cidade da Viçosa* publicou uma lista com o nome e profissão dos eleitores habilitados para a votação. Dentre as profissões, a de lavrador apareceu liderando as demais. Consideramos os lavradores como aqueles que possuíam as suas terras, sendo pequena ou grande propriedade e também os trabalhadores. Outras atividades urbanas aparecem muito timidamente entre os eleitores, tais como, operários, empregados públicos, advogados e solicitador, tal motivo pode estar relacionado ao fato de a maior parte da população de Viçosa estava residindo nas áreas rurais. Logo, o jornal dialogava na maior parte do tempo com eleitores homens que possuíam interesses agrários.

Pinto (1998) realizou um estudo centrado em Nilo Peçanha, no Rio de Janeiro, e levantou três hipóteses para refletir o comportamento dos chefes locais e o Estado, ela explorou a relação cidadão com o Estado, o cidadão com o sistema político e o cidadão com a própria atividade política e destacou que havia um comprometimento da autonomia municipal, por isso a aliança dos chefes locais com o governo foi fundamental para o controle das bases eleitorais no Rio para continuar o fluxo da política local.

Outro ponto importante, ainda de acordo com Pinto (1998), diz respeito à forma que os partidos políticos eram representados e à prática política dos cidadãos ativos, que contribuiu para que as manobras políticas fossem diretas e pessoais fora do espaço partidário. Em meio a tudo isso, o coronelismo ganhou destaque nas ações políticas. As ações desses coronéis eram mais visíveis no período eleitoral. Mas isso não significa que tais chefes locais não zelavam pelos seus eleitores durante os mandatos dos seus candidatos vitoriosos. Neste sentido, o município de Viçosa demonstra-se muito atrativo para as ações desses coronéis, devido à grande maioria da sua população residir em localidades rurais. Neste caso, nada melhor que compreender alguns pontos acerca da organização do processo eleitoral para identificarmos as disputas políticas e as ações dos coronéis através do jornal *Cidade da Viçosa*.

A lista dos candidatos recomendados pelo Partido Republicano Mineiro está há muito organizada, e os nomes destes candidatos já divulgados e de todos conhecidos. Não era possível, como pretendem por aí assoalhar, que políticos como Bias Fortes, Antônio Martins, Bueno Brandão e Salomão Barroso – para só falarmos dos mais antigos membros da comissão executiva – com a responsabilidade de homens que na política de Estado e da Nação têm ocupado condignamente os mais elevados postos que lhes a designado a espontânea vontade de seus concidadãos, houvessem de indicar ou de

sancionar com o prestígio de seus nomes a indicação de uma camarilha de ineptos para a representação de Minas no Congresso Nacional, ou fossem capaz de falsear a vontade popular manifestada na convenção sobre a escolha e a indicação desses candidatos (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 624. Domingo, 14 de janeiro de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

A partir do ponto de vista traçado por Pinto (1998), é pertinente ressaltar a etapa que se refere às formações das chapas, pois muitas foram as notícias de indicação de nomes de republicanos, recomendações morais de candidatos e a publicação das listagens dos mesmos que iriam compor as chapas para a realização das eleições. Com base no trecho transcrito, podemos realizar várias reflexões acerca da divulgação da formação dessas chapas, sendo a primeira delas a respeito da construção dos ataques oriundos da oposição política do Partido Republicano e, ao mesmo tempo, a exaltação dos nomes apresentados, como capazes e responsáveis, bem como a ligação com o prestígio social para a ocupação dos cargos pretendidos. A segunda delas foi a desconstrução da oposição, colocando-os na condição “camarilha de ineptos” e, ao mesmo tempo, o jornal colocou o grupo opositor como “falseador da vontade popular”, ou seja, o semanário tentou vender a ideia de que os preteridos dos eleitores eram os candidatos da chapa republicana. Em vista disso, o *Cidade da Viçosa* também teve forte participação no processo de divulgação das eleições, como vemos a seguir.

Dr. José Teotônio Pacheco presidente e Agente Executivo da Câmara Municipal. Faço saber aos eleitores desse município que em virtude do ato do Exmo. Presidente do estado de 17 de maio último, acha-se designado do dia 30 de julho futuro para ter lugar as eleições para preenchimento das vagas de vice –presidente do estado, de um senador e de quatro deputados do Congresso Mineiro. Devendo os eleitores comparecer nos respectivos distritos e seções deste município para darem os seus votos. O Exmo. recomenda a plena liberdade do sufrágio popular e a exata observância do (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 35. Domingo, 16 de junho de 1893. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Nota-se que o assunto da reportagem acima é propício à atuação dos chefes locais e que ocorreu a presença de um deles, José Teotônio Pacheco, que exercia o poder municipal dentro da legalidade através de um cargo eletivo. É interessante ressaltar que tanto o jornal quanto o comunicado assinado por José Teotônio Pacheco enfatizam a ideia de liberdade democrática dos eleitores. Visto por este ângulo, é possível que a direção do jornal estivesse procurando desconstruir a ideia de intolerância com a oposição política que já existia naquele momento.

Dessa forma, Pinto (1998) realizou alguns apontamentos acerca do código jurídico eleitoral, trazendo algumas reflexões relevantes, sendo uma delas, a primeira

Lei Republicana de 8 de fevereiro de 1890 sobre as eleições, na qual foi suprimido o critério censitário e foram banidos os dois principais partidos existentes no Império, o Liberal e Conservador, além da permanência do voto direto. Para a autora, a instauração da República se limitava ao campo dos direitos políticos com a instituição do sufrágio universal. Entretanto, Pinto (1998) acredita que a introdução deste princípio liberal veio acompanhada de sérias limitações. Neste sentido, é plausível estudarmos as ações dos coronéis no processo eleitoral, principalmente no momento do voto.

Por este motivo, direcionamos nosso olhar para a composição das mesas eleitorais, muito questionadas pelos republicanos. Essas mesas eram compostas, em cada distrito sede, por cinco membros, dirigidas pelo respectivo Presidente da Câmara mais quatro mesários, dois vereadores e dois eleitores por eles indicados. De acordo com Pinto (1998), nos demais distritos, as mesas eram compostas por membros indicados pelo Presidente da Câmara. Além disso, a eleição se realizaria por lista completa e estabelecia o voto como responsabilidade da mesa eleitora, assim como a apuração e a lavratura das atas. Sendo assim, através do trecho abaixo será possível realizar algumas considerações acerca do processo eleitoral no município de Viçosa.

(...) convida a todos os cidadãos eleitores deste distrito a comparecerem das onze horas adiante perante as mesas eleitorais das seções que pertencerem, funcionando a primeira seção na sala de visitas da casa de residência do capitão Manoel Luiz Soares Gomes e a segunda na sala de visitas na casa de residência do capitão Francisco Soares da Rocha, a fim de darem os seus votos na eleição que vai se proceder (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 643. Domingo, 10 de junho de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Através do trecho acima, que é referente à eleição de um vereador geral em Viçosa, observamos que, mesmo com toda a legislação de segurança acerca do processo eleitoral, no que diz respeito às atas, cadastramento dos eleitores, títulos eleitorais e outros, foi possível perceber certo espaço para a atuação dos coronéis. Pois as seções eram instaladas em residências e não em locais públicos, e no caso das duas seções os anfitriões eleitorais eram ligados ao grupo dos militares. Além disso, é importante alguma reflexão a respeito da composição das mesas eleitorais, por este motivo, a seguir, transcrevemos um dos parágrafos da Lei nº 20 de 26 de novembro de 1891.

Reunidos na forma deste artigo os juizes de paz e imediatos, ou preenchidas as vagas de uns ou de outros, que faltarem, conforme o parágrafo antecedente, os ditos juizes de paz e imediatos ou eleitores, sob a presidência do primeiro juiz de paz ou na falta deste, imediatamente mais votado, procederão a nomeação dos membros das mesas eleitorais das outras seções dos distritos, das quais escolhidos entre os eleitores do mesmo distrito em um

número de cinco (Lei nº 20 de 26 de novembro de 1891: dos eleitores e do alistamento eleitoral, p. 142-143).

A partir da leitura literal do artigo da lei da reforma eleitoral, é perceptível o poder do juiz de paz na elaboração das mesas. Em vista disso, na mesma lei, constam as condições para ser candidato a juiz de paz, que são muito próximas às condições para a candidatura a vereador. Neste sentido, foi possível pensar que a composição das mesas eleitorais também passava por disputas políticas e não estava imune às ações dos coronéis.

(...) devendo cada eleitor votar com uma cédula, devidamente fechada e rotulada, contendo um só nome, outro sim, faz público que dez dias antes e no lugar designado para funcionar a primeira seção eleitoral (...) deverão comparecer das onze horas ao meio dia, todos os juizes de paz dos distritos e imediatos para proceder-se a nomeação a nomeação dos membros das mesas eleitorais da segunda seção dos distritos, os quais serão escolhidos os eleitores do mesmo distrito, em número de 5 (...) (*Jornal Cidade da Viçosa*. Ed 643. Domingo, 10 de junho de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Nota-se, através do trecho supracitado, que o jornal buscava orientar o eleitor em uma parte específica do processo eleitoral, o recebimento das cédulas de votação. Tendo isso em vista e de acordo com Pinto (1998), o processo de distribuição das cédulas eleitorais ocorria de forma descentralizada. Em muitos casos, as cédulas eram confeccionadas nas tipografias de jornais, sendo vinculadas aos mesmos para serem distribuídas no dia das eleições, o que resultaria numa participação muito direta da imprensa em todo o processo eleitoral. E, pelo fato de o *Cidade da Viçosa* possuir a sua oficina tipográfica, nada impediria a sua participação nesta etapa.

Após todas as etapas concluídas, todo o processo eleitoral realizado dentro da legalidade e as eleições aprovadas, a Câmara tiraria cópias da ata de apuração geral, que serviria de diploma para os vereadores eleitos pelo município e para o agente executivo municipal. O mesmo processo com atas de apuração ocorria em relação aos distritos. À vista disso, a legislação procurava validar as eleições, que eram documentadas com a presença de mesas e, dependendo da situação, com a presença de comissões. Mesmo assim, nada impedia os muitos questionamentos de fraudes e validade das eleições entre os grupos que disputavam pelo poder¹³, como sugere o trecho da reportagem explicitada a seguir.

¹³ Ibidem, p 8-9-10.

Em Coimbra para a oposição ter sobre os governistas uma maioria de 10 votos apenas, foi preciso não correr a eleição calmamente, de modo que o seu resultado não traduziu a opinião do eleitorado. Sobre este houve pressão e houve ameaças que afugentaram eleitores. O eleitor que recusou a vender o seu voto por 300\$00 viu a ser forçado a deixar o local da eleição ante o perigo de vida com que o ameaçavam naquele dia. É verdade que voltou a votar, mas guardado por várias pessoas (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 647. Domingo, 15 de julho de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

O jornal *Cidade da Viçosa*, mesmo sendo o mecanismo de publicidade do grupo político vitorioso, procurava desqualificar o seu grupo opositor na tentativa de vincular a sua imagem à prática de fraude e violência eleitoral. O trecho acima faz referência a uma eleição para o cargo de vereador geral no município de Viçosa e ficou muito claro o modo como os argumentos foram construídos pelo semanário, visando apontar o desespero da chapa de oposição na tentativa de cooptar alguns votos. Neste sentido, o *Cidade da Viçosa*, ao desqualificar totalmente a ação do grupo oposicionista, buscou elevar o triunfo da sua liderança.

Outra etapa no processo eleitoral que merece destaque é a referente aos acordos políticos. De acordo com Pinto (1998), este momento era marcado por acordos transitórios que, de certa forma, marcava a presença de fragmentação das elites, que resultava em pleitos acirrados e disputados. Nesta fase do processo eleitoral, no caso do jornal *Cidade da Viçosa*, as notícias estavam voltadas para as disputas para os cargos de vereadores e, em algum momento, para o cargo de Presidente de Estado. Dessa forma, as notícias de perseguição política eram muito frequentes, já que a direção do jornal sempre colocava a sua facção política como vítima das perseguições, como apontamos na sequência.

Quem, com efeito, ignorará a perseguição de que muito tem sofrido o respeitável progenitor do capitão Araújo Junior por parte do chefe da oposição, que não se tem cansado de perturba-lo na posse de seus bens, arrastando-o a demandas e obrigando-os a despesas com estas! Se acaso ninguém ignora tudo isso, a esse, e só a esse, se pode conceder que ignore essa inimizade. Inimigo o respeitável ancião dr. Pacheco, inimigo deste também não podia deixar de ser seu digno filho, que está muito bem em seu papel - filiado ao partido governista, a que faz oposição o perseguidor de seu pai (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 645. Domingo, 24 de junho de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Desta forma, é possível perceber que o jornal trabalhava com o recurso das perseguições políticas nas disputas dos pleitos eleitorais. Mais precisamente no trecho acima, o jornal colocou o candidato, governista, na condição de perseguido pelo grupo de Pacheco, em relação ao seu patrimônio. Para justificar a perseguição, a redação

chamou a atenção para a existência de inimizades. Dessa forma, seria transpor uma ação privada, no caso, a inimizade, para uma ação coletiva, acabar com a reputação do candidato aliado do *Cidade da Viçosa*, o que resultaria no prejuízo para o município. Neste sentido, a justificativa da redação para convencer a população ficou restrita às rivalidades privadas, ou seja, inimizades.

Acreditamos que tal ataque às posses do candidato pode estar relacionado às várias notícias, como exemplo, temos a edição nº 645, de 24 de junho de 1906, na qual o semanário deu destaque para a campanha de aconselhamento da oposição à população viçosense ao não pagamento dos impostos municipais, referentes aos anos de 1904 a 1905, pois segundo a oposição, seria ilegal. Em vista disso, a notícia afirmou que a Câmara possuía o direito de recolher tais impostos e justificou com a publicação de três pareceres de advogados e catedráticos da Faculdade de Direito deste Estado, os drs. Virgílio M. de Mello Franco e F. Mendes Pimentel, favoráveis a coleta.

Logo, após a leitura dos artigos publicados no *Cidade da Viçosa* no período das eleições municipais abriu um caminho interpretativo no decorrer de todo o processo eleitoral republicano ocorreram tensões e disputas políticas que abriam espaço para a atuação do poder privado, os coronéis. Desse modo, no município de Viçosa, tais práticas também eram corriqueiras, pois foi possível observamos a participação do jornal *Cidade da Viçosa*, chefiado por Arthur Bernardes em toda a votação. Por isso, acreditamos que, possuir o controle da direção de um jornal pode ter contribuído para a inserção e consolidação de Arthur Bernardes na chefia local.

3.4. O jornal *Cidade da Viçosa* e a construção dos “inimigos políticos” e “heróis” ou aliados na política local

Para que ocorra uma reflexão acerca da construção dos “inimigos políticos” e “heróis” ou aliados fortes através da imprensa no início da Primeira República brasileira, foi fundamental o entendimento a respeito das competições políticas entre correligionários e chefes locais. É plausível pensar que, com o nascimento da República, ocorreu a necessidade de repensar os caminhos para a realização das eleições. Dessa forma, Ricci (2014) apontou para as subdivisões distritais na Primeira República, no caso de Minas Gerais, que possuía o maior número de cadeiras na Câmara dos deputados, totalizando 37 cabeças. Sendo assim, em 1892, o estado de

Minas contava com 12 distritos; em 1904, este número reduziu para 7, com o mesmo total de deputados.

Dentro desta subdivisão política estadual, Ricci (2014) ressaltou que o município era a unidade inferior ao distrito, sendo o espaço favorável às competições políticas por possuírem destaque central no processo eleitoral. Nesta subdivisão distrital eleitoral, de acordo com as notícias do *Cidade da Viçosa*, do ano de 1897, Viçosa pertencia ao 3º distrito de Minas. Ademais, o autor apontou quatro fases nas eleições para justificar o seu ponto de vista acerca do poder central dos municípios neste processo, sendo elas: o alistamento, a votação, a apuração e o reconhecimento dos poderes, ficando as três primeiras etapas no total controle do município. Este pode ser um dos motivos da persistência da memória das fraudes eleitorais na primeira fase republicana. Ricci (2014) afirmou ainda que a literatura internacional converge para o argumento de que as competições eleitorais geravam as acusações das fraudes por alguns candidatos. Assim sendo, quanto mais disputados os pleitos eleitorais, maior a probabilidade de protestos e acusações de fraudes.

Outra questão apresentada por Ricci (2014) é o fato de que os casos de eleições com muita competição, sem a denúncia de fraude eleitoral, poderiam estar relacionados às disputas entre candidatos do mesmo partido, pois a vitória seria da legenda partidária e dos correligionários. Desse modo, o autor referido apontou para duas formas de competições, as interpartidárias, entre partidos diferentes, e as intrapartidárias, entre candidatos do mesmo partido. Isto é, havia competição em todas as etapas das eleições no que tange ao controle burocrático eleitoral entre os correligionários, por motivo este pelo qual voltamos nossa atenção, neste trabalho, para as notícias eleitorais encontradas no jornal *Cidade da Viçosa*, pois, a partir dessas competições, através da imprensa, foi que ocorreu a abertura para a construção dos “inimigos políticos” e dos “heróis” ou aliados políticos republicanos. Dessa forma, o jornal, desde as suas origens, como veremos a seguir, já estava envolvido nas disputas políticas.

O partido conciliador e a eleição presidencial: Fala de conciliação política, que não é possível em partidos. Que a opinião pública, neste caso, seria nula. A ideia de conciliação é, pois, inteiramente incompatível com a de partidos (...) ideia de conciliação envolve acordo (...) que é a negação da ideia de partido. A conciliação em política acarreta como consequência o abastecimento dos caracteres e produz a corrupção dos costumes “(...) A prova aí a temos, a não se poder exigir mais clara e explicita na oposição que faz esse grupo a eleição do Dr. Bias fortes para futuro presidente de nosso estado, contrariando assim a esclarecida e patriótica indicação do congresso mineiro em sua maioria acaba de recomendar os sufrágios o nome daquele

nosso distintíssimo patrício, incontestavelmente uma das glórias mais puras do Partido Republicano Mineiro. (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 60. Domingo, 7 de janeiro de 1894. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Percebemos, com base no trecho da reportagem explicitada, que nele discutiu-se sobre reconciliação política de um modo extremamente negativo. Para justificar os seus argumentos, foi colocado em xeque a possibilidade de conciliação política, mais precisamente, quando ocorreu a apelação para a quebra dos valores virtuosos da sociedade, como a inclinação para a corrupção dos costumes. Em outros momentos da reportagem foi afirmado que o partido conciliador não definiu claramente os embates políticos que pretendia combater. O recurso utilizado pela redação foi o de apelo para o combate às paixões, ao ódio em acalmar os ânimos, trabalhando, assim, como uma espécie de pacificador das emoções das divergências políticas. Talvez, por esta afirmação, a redação do jornal relacionou conciliação política com corrupção de costumes.

Questionamentos são pertinentes acerca da construção dos argumentos acima, estruturados pelo *Cidade da Viçosa*, pois não são apresentados os nomes que compõem a oposição que está sendo atacada na reportagem, acreditamos se tratar da política de conciliação defendida por Cesário Alvim. Na reportagem propriamente dita, apenas aparecem algumas referências aos candidatos que foram indicados pela convenção do Partido Republicano Mineiro para concorrerem às eleições. Sendo assim, de acordo com Edelman (1988), a crença em inimigos políticos pode, de fato, influenciar a opinião pública de modo mais poderoso quando o inimigo é mencionado de maneira indireta, colocando-o na condição de perigoso. Em tal situação, Edelman (1988) afirmou que um inimigo implícito pode mexer mais com o emocional da opinião pública do que quando está estatalmente explícito.

Entretanto, trespassando tal consideração para o jornal *Cidade da Viçosa*, na gestão de Bernardes, o grupo oposicionista, em 1905, passou a ser liderado por José Teotônio Pacheco. Em algumas reportagens, apareceu, explicitamente, o nome de José Teotônio Pacheco e do seu jornal *A Reação* como representantes da oposição política local. A quantidade de notícias “demonizando” as ações do grupo pachequista, que eram construídas com o recurso de inferências indiretas, eram muito significativas e, muitas das vezes, faziam alegorias pejorativas à moralidade do grupo atacado. A utilização dessas inferências indiretas poderia ser a tentativa do jornal *Cidade da Viçosa* em mexer

com o emocional dos cidadãos viçosenses no intuito de desconstrução da oposição local. Como tática na construção de “heróis” ou aliados republicanos, a reportagem procurou afirmar os feitos políticos desses republicanos e exaltar os candidatos da chapa, como Bias Fortes e Bueno Brandão, nomes fortes ligados ao Partido Republicano.

Ainda na reportagem acima, foi possível perceber a construção positiva, quiçá, heroica, do candidato à Presidência de Minas, pelo Partido Republicano Mineiro, Bias Forte. Para a construção positiva da imagem de Bias Fortes, o recurso utilizado foi a sua aproximação com o patriotismo e, ao mesmo tempo, a sua relação com a noção de aristocracia, por isso a utilização das palavras: “patrício” e “glória”. Tal recurso narrativo poderia ser uma tentativa de garantir moralidade e outros valores de Bias Fortes por pertencer a um seletivo grupo que obteve o aval do Congresso Mineiro na sua candidatura. Entretanto, Viana (1990) fez a crítica acerca das propagandas republicanas e das generalidades utilizadas nos seus discursos, trazendo palavras muito corriqueiras nos jornais de diretrizes republicanas, como o *Cidade da Viçosa*, sendo elas: “soberania do povo”, “princípio de liberdade”, “democracia” e outras.

Outro ponto da reportagem que não pode ser negligenciado é a afirmação de opinião pública nula, pois tudo indica que poderia existir uma opinião pública já formulada naquele momento, até mesmo pelo fato de o jornal ter falado da sua nulidade. Acreditamos que poderia existir uma opinião pública formada apenas no âmbito dos grupos dominantes da política ou uma opinião pública que extrapolasse esses limites.

Segundo Habermas (1990), a opinião pública assumia diferentes significados, dependendo da publicidade do exercício do poder político e social. O autor apontou dois caminhos possíveis para a definição dessa opinião pública, sendo o primeiro a formação de um seletivo grupo que formaria a opinião e faria com que ela chegasse a um público meramente aclamativo e o segundo a formação da opinião através das ações das instituições governamentais, neste caso, a opinião pública seria dominante, porém não governaria.

Por outro lado, Viana (1990), ao estudar a Constituição brasileira de 1891, apontou para uma ausência de opinião organizada, pública, e democrática como consequência da formação social do Brasil. Além disso, o autor não condenou a formação de oligarquias, ele as defendeu como necessárias, justificando sua atuação

negativa na sociedade pela falta da opinião pública, que não a formou nem a orientou. Neste sentido, o posicionamento do autor pode ser interpretado como uma pesada crítica à atuação dos jornais de pequenas e grandes circulações que existiam na Primeira República, colocando-os em uma condição nula em relação à formação de uma opinião pública, o que vai contra as ações do jornal *Cidade da Viçosa*, visto como um veículo de propagação das ideias republicanas voltadas para grupos que dominavam o poder local viçosense.

Transpondo os argumentos de Habermas (1990) para a atuação do jornal *Cidade da Viçosa*, aproximamos do primeiro caminho proposto pelo autor de que um seletivo grupo formaria uma opinião pública. Uma vez que, desde a direção política de Vaz de Melo, Arthur Bernardes publicava artigos no jornal, reivindicando a revisão da Constituição Federal de 1891. Além disso, muitas eram as reportagens e notícias que mencionavam as ações políticas do Partido Republicano e dos políticos vinculados a ele.

A forma como as notícias eram construídas estavam ligadas à construção da opinião pública local, voltada para a “moral ilibada” e para os “bons costumes” dos agentes políticos considerados ideais para a representação política. Muito disso está relacionado à ideia de construção dos “inimigos políticos” e dos “heróis” ou aliados republicanos. Por este motivo, é possível pensar Arthur Bernardes como um formador da opinião pública viçosense voltada para a exaltação dos feitos do Partido Republicano Mineiro, cooptando grupos que sustentassem a política republicana local. Além disso, ele não apenas era formador de opinião, como também atacava, moralmente e politicamente, os seus inimigos políticos.

O eleitorado independente da comarca de Viçosa acaba de provar com toda a nobreza de carácter e firmeza de seus princípios republicanos. (...) A franqueza e a lealdade com que se apresentaram perante as urnas os eleitores republicanos foram as únicas armas que puseram em debandada o pequeno grupo de votantes conservadores regimentados pela ambição cega de um candidato sem direito. (...) Seria o maior dos desastres a simples probabilidade da vitória do partido sebastianista sobre o partido republicano na Viçosa; o mais vergonhosos dos desastres ver-se tremular na fachada do edifício municipal a bandeira esfarrapada dos jagunços! A criatura deslealmente revoltada contra o seu criador não pode, não pôde e jamais poderá vencer. O candidato que o grupo despeitado abraçou afagou foi feito pelo partido que ele traiu e abandonou. (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 225. Domingo, 7 de novembro de 1897. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

A partir da leitura do trecho acima foi possível afunilar a interpretação da construção dos “inimigos políticos” e a criação dos “heróis” ou aliados através do jornal *Cidade da Viçosa*, ainda na gestão de Carlos Vaz de Melo. Como ponto de partida, a redação da reportagem exaltou a escolha dos eleitores viçosenses ao eleger o candidato republicano, inserindo-os na condição de nobres, francos, morais e leais. Por outro lado, a notícia, ao apresentar a oposição local, utilizou recursos que diminuíssem as ações do grupo, classificando-o como pequeno, conservador, ambicioso e procurou, até mesmo, retirar a legitimidade do candidato.

Além de tudo isso, a notícia projetou que uma eventual vitória da oposição seria totalmente desastrosa para o município. Desse modo, ao aproximarmos das reflexões acerca da tentativa de construção do *Cidade da Viçosa* e da sua oposição como “inimigo político”, acreditamos que ele extrapolou para o campo simbólico, ao afirmar que a sua bandeira era esfarrapada; logo, tentaram construir a imagem de um partido desleixado, com o codinome *jagunços* e distante dos “princípios republicanos”.

A rogativa na desconstrução da oposição não deixou de tocar a moralidade ao afirmar que o grupo oposto era desleal ao seu criador. É importante ressaltar que José Teotônio Pacheco, neste momento, era aliado de Carlos Vaz de Melo, no Partido Republicano Mineiro, mas já existia a presença de oposição à política local e o jornal já trabalhava a desconstrução moral dos seus opositores. Por este motivo, foi possível pensar o jogo de palavras utilizadas pelo *Cidade da Viçosa* na exaltação das ações dos republicanos e a “demonização” das ações da oposição local, o que poderia resultar na formação de uma opinião pública bastante favorável à gestão republicana em Viçosa, ocorrendo, assim, embates entre outras opiniões existentes na localidade.

Desse modo, foi possível pensar que o *Cidade da Viçosa* procurava, em determinados momentos, passar a ideia de que a oposição local era inimiga, o que vai ao encontro das considerações de Edelman (1988), que parte do pressuposto de que quando um oponente na política é um inimigo e não adversário, a forma de ataques é voltada para um traço de conjuntos que tornam o grupo “inimigo” portador de características próximas do mal, imoral, perverso ou patológico. É exatamente neste sentido que os ataques do *Cidade da Viçosa* foram direcionados, pois, em vários momentos, foi possível perceber, através das notícias, que a conduta moral do grupo ou indivíduos pertencentes à oposição política foi colocada em xeque.

Dessa forma, foi possível pensar a tentativa da formulação de uma opinião pública voltada para a criação e ataques aos “inimigos” e a exaltação dos seus “heróis” ou aliados republicanos. De acordo com Edelman (1988), a política está envolvida diretamente com conflitos acerca de vantagens materiais, *status*, questões morais. Além disso, para ele, alguns indivíduos estão sempre se opondo a outros e enxergando-os como adversários ou inimigos. Ainda de acordo com o estudioso em questão, esses inimigos políticos podem ser diversos, tais como países, grupos religiosos ou frutos da imaginação.

De fato, Edelman (1988) parte do pressuposto de que esses inimigos são inerentes à política o que pode resultar no despertar de paixões, emoções, medo e, até mesmo, esperanças para alguns, tanto que, tais inimigos podem ser o refúgio para alguns ou, em determinado momento, inocentes. É neste sentido que pensaremos as notícias do *Cidade da Viçosa* acerca das disputas políticas locais na gestão de Arthur Bernardes no jornal e no seu pleito de vereador e Presidente da Câmara. A seguir transcrevemos um trecho do jornal, no qual o redator ataca a oposição local em relação à chapa formada para as eleições estaduais mineiras, agora, na gestão de Arthur Bernardes.

(...) Entretanto, a cada passo encontramos em jornais que, valha a verdade, quase nunca exprimem a opinião da maioria em cada localidade, as maiores invectivas e os ataques mais violentos contra essa comissão ou contra os candidatos incluídos na chapa do partido, cujo passado e cuja brilhante existência atestaram, só por si, o apoio com que conta e os elementos de vida que dispõe (...). Para isso, uma só explicação se encontra: a confirmação, mais uma vez, de que despeitados de descontentes sempre existiu, e de que nas sociedades está para haver ainda um partido, como o primeiro, que não desperte a oposição a sua marcha, aos seus ideais e aos seus intuitos, por mais patrióticos e elevados, por mais nobres e recomendáveis que lhes parecessem. Mandonismo, oligarquias, falseamento de regime e da vontade popular são termo tão usados na vida e na história das agremiações políticas, que não há nessa história uma só páginas em que ele não se encontrem (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 624. Domingo, 14 de janeiro de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

A reflexão da reportagem acima pode partir das considerações de Edelman (1988), no que concerne à ideia de que os oponentes na política não são necessariamente inimigos a todo o momento e que alguns oponentes são aceitos e vistos como legítimos em determinadas situações. Nesta lógica, para o autor, existe a distinção entre oponentes aceitáveis e oponentes inaceitáveis e, ainda, a atenção poderá estar voltada para as atribuições próprias do oponente ou para as táticas que ele emprega.

Sendo assim, foi possível percebermos que a redação do jornal procurou, em vários momentos, deslegitimar a oposição política local por sua tática de ataques através da imprensa. Para isso, no início do texto, a redação afirmou que os jornais da oposição quase nunca representam a opinião da maioria local, uma afirmação que, novamente, pode deixar indícios da presença de uma opinião pública local. E, ainda, tentou construir o argumento de que o grupo inimigo, por mais que procurasse realizar ações patrióticas e nobres, estava mais próximo das ações ligadas às práticas do mandonismo local e, ainda por cima, do falseamento da vontade popular. Concomitantemente, foi possível, a partir da construção dos argumentos dos ataques do *Cidade da Viçosa*, a sua oposição política a partir da desconstrução das suas ações patrióticas e da não aprovação da vontade popular das suas ações.

Em determinado momento, a reportagem afirmou que a oposição oscilava, encontrando qualidades, virtudes e os excelentes predicativos de caráter dos membros da comissão executiva. Nesta lógica, segundo o *Cidade da Viçosa*, a posição verberava e vetava os seus atos e resoluções políticas em atividade no cerne da comissão. Mais adiante, o redator questionou não saber onde estava a sinceridade vinda da oposição, se estava nos elogios ou na crítica de comportamento da comissão executiva. Por outro lado, quando o jornal procurava construir os “heróis” ou aliados republicanos, a linguagem utilizada era carregada de adjetivos, como explicitado no trecho a seguir.

(...) dr. Machado Filho a renúncia que fez do cargo de presidente da Câmara por haver sido nomeado juiz municipal desta comarca, procedeu-se à eleição de quem o devia substituir daquele cargo (...) ilustre redator-chefe sr. dr. Arthur da Silva Bernardes, que até então ocupava o lugar de vice-presidente daquela corporação. (...) acostumaram ver o sr. dr. Arthur Bernardes o moço distinto, sério e amante do progresso de sua terra natal, (...) Dotado de brilhantes qualidades que o colocaram entre os mais dignos filhos da Terra Mineira, talentoso, ilustrado, e, mais do que isso, (...) que ele espera ver ocupado lugar de destaque a que tem jus, o novo Presidente da Câmara (...) saberá corresponder a confiança e não desmentirá nossas previsões de que a sua administração será de resultados benéficos para município (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 636. Domingo, 22 de abril de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Como podemos perceber, a redação do trecho exposto procurou dar ênfase ao grau de importância do cargo de Agente Executivo a ser ocupado por Arthur Bernardes, em Viçosa, com exaltações à sua conduta e às suas habilidades profissionais, colocando-as como fundamentais na sua gestão, que será totalmente benéfica para o município. Neste momento, ocorrerá a ruptura política entre Arthur Bernardes e José Teotônio Pacheco, resultando em acirradas disputas políticas que procuravam desconstruir a

moralidade e, ao mesmo tempo, criando o “inimigo político” no espaço da imprensa local, através do jornal *Cidade da Viçosa*, como pode ser percebido a partir do trecho a seguir, referente às eleições para o cargo de vereador de Viçosa.

(...) O sr. Araújo Junior sempre neste município oposição ao senador Vaz de Mello e o dr. Pacheco. Ao senador Vaz de Mello oposição política; ao dr. Pacheco, política e pessoal. Falece, porém, o senador Vaz de Mello, substituem-lhe na direção da política seu filho e genros; dr. Pacheco, separa-se na política filho e genros daquele senador e funda um partido de oposição. O sr. Araújo Junior mantendo-se, como se mantém, contra o dr. Pacheco está em coerência consigo mesmo; e ligando-se com o partido do dr. Arthur da Silva Bernardes e outros contra o dr. Pacheco, continua ainda nessa coerência que ainda não se quebrou. Desapareceu um chefe a quem fez oposição, mas resta ainda o outro --- o dr. Pacheco. Não vejo incoerências no seu procedimento, principalmente si atendermos a diversas mutações por que passou a política do município, desde o falecimento do senador Carlos Vaz de Mello pra cá. Se alguma incoerência existe nos candidatos à vaga de vereador, esta se encontra no candidato Joaquim Felipe Galvão. (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 643. Domingo, 10 de junho de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Através da notícia acima, publicada no ano de 1906, no jornal *Cidade da Viçosa*, foi possível perceber as rupturas das alianças políticas que o município de Viçosa enfrentou após a morte do senador Carlos Vaz de Melo. Dito de outra maneira, foi possível perceber que os grupos políticos existentes não viviam de forma harmônica, havia embates pela liderança do poder a todo o momento, tendo como consequência a criação dos “inimigos políticos” e a criação dos “heróis” ou aliados da base governista republicana através da imprensa local.

Ainda em relação ao trecho em foco, a notícia procurou manter a coerência política do candidato republicano Araújo Júnior, remetendo à sua trajetória política, desde os tempos de Vaz de Melo, e conservando o seu alinhamento com Arthur Bernardes, como tentativa de demonstrar um tipo de “fidelidade partidária” que daria mais “segurança” ao eleitor em relação à lealdade aos projetos políticos a serem executados na sua eventual gestão. Entretanto, a reportagem destacou a ruptura política de Arthur Bernardes com Pacheco, após a morte do senador e, ao mesmo tempo, sugeriu que, se ocorresse alguma incoerência, seria no candidato da oposição. Desta forma, a redação atacou a ruptura da aliança de Pacheco com o grupo de Vaz de Melo, além de projetar toda a dita incoerência política ao candidato da oposição pelo grupo de Arthur Bernardes.

Como foi possível perceber, a redação procurou legitimar a aliança política da base governista e, ao mesmo tempo, deslegitimou o candidato da oposição, inserindo-o

na total situação de “incoerência política”. Sendo assim, o grupo de Arthur Bernardes procurava fechar o cerco dos ataques ao grupo de oposição, projetando-os rumo à desqualificação do jornal *A Reação*, liderado por José Teotônio Pacheco.

Vai ela assim iludindo a boa fé de muitos, notadamente dos que só leem o jornal de oposição, os quais não raro acabam convencidos de que é verdade tudo quanto diz a oposição, com ela concordam e lhe dão razão. Não se lembram pobres coitados, que o papel aceita tudo. Esquece-se o leitor que não deve tornar seguro juízo ouvindo uma só das partes. O bom julgador ouve sempre as duas partes. Ora, não me dirá o leitor porque assim procedem os partidos de oposição que tanto gritam, tanto mexem, caluniam e intrigam? Para apanharem o poder, hão de gritar, virar e mexer, pouco se lhes dando os meios de que se valem, com tanto que esses meios os conduzam ao fim almejado _ o poder. (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 644. Domingo, 17 de junho de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Pela leitura do trecho acima, a redação procurou chamar a atenção e jogar com a liberdade de escolha e interpretação do leitor. Em vista disso, para justificar os ataques sofridos, o redator jogou a responsabilidade para o leitor, que deveria ter o equilíbrio e a sensatez de ouvir ambas as partes, ou seja, o bom e sábio leitor deveria ler as justificativas do *Cidade da Viçosa* em relação aos ataques do jornal *A Reação*.

Ainda em relação ao trecho selecionado foi interessante observar que o *Cidade da Viçosa* procurou desconstruir a “verdade” que um eventual leitor poderia acatar aos ataques políticos realizados pelo *A Reação*, ao afirmar que o jornal é um papel, que este aceita tudo, que, subjetivamente, existia um indivíduo ou grupo por trás da construção das “verdades” da imprensa e que o leitor que acreditava em apenas uma versão da “verdade” seria um “pobre coitado”. Entretanto, o *Cidade da Viçosa* criou as “suas verdades” ao atacar o seu inimigo *A Reação*, afirmando que a oposição estava caluniando e fazendo intrigas no município apenas com a finalidade de obter o poder.

A seguir, apresentamos mais um trecho da mesma reportagem que continuou atacando a oposição local.

Para os opositoristas só uma coisa está direita: o que eles fazem. É o que acontece com a oposição de Viçosa, a qual entende que só ela sabe pensar, dirigir, e executar. Entretanto, não se deve esquecê-lo, o chefe que encabeça essa oposição, já esteve no poder por muitíssimos anos e nada fez de importante para esta terra de todos nós. Esse, porém, não o priva de prometer agora a fazer coisas a leiras, coisas mesmo do arco da velha: introduzir moralidade na administração, fazer melhoramentos colossais, dispensando o imposto, etc, etc (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 644. Domingo, 17 de junho de 1906. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

O “inimigo político”, no trecho acima, foi especificado no grupo formado pela oposição, entretanto o nome do líder não apareceu explicitamente. Ao longo da notícia foram feitas referências indiretas à pessoa de José Teotônio Pacheco, o que aproxima das considerações de Edelman (1988) a respeito de referências indiretas ao “inimigo político”. Sendo assim, um jornal que se diz, desde o início, compromissado com a verdade, com a moral e com a ética, ao fazer referências indiretas a Pacheco, poderia estar se valendo de uma tática da redação para a defesa dos ultrajes realizados pela oposição e, ao mesmo tempo, de uma tentativa de fortalecer a sua imagem de imprensa “oficial” local, por não utilizar mecanismos de insultos que feriam a conduta pessoal do seu “inimigo político”, na pessoa de José Teotônio Pacheco.

Para desconstruir o grupo político liderado por Pacheco, as vias de ataques, utilizadas pelo *Cidade da Viçosa*, estavam voltadas para o passado administrativo do mesmo no município, na tentativa de persuadir o leitor de que a oposição local não tinha condições de criticar a gestão atual, pois esteve no poder e não realizou grandes feitos. Assim, as críticas formam pesadas no que diz respeito às propostas da oposição, em relação à redução da carga tributária e à realização de obras. Neste sentido, os embates entre as oposições locais tomaram proporções que resultaram em acirradas disputas políticas entre Arthur Bernardes e José Teotônio Pacheco, no decorrer de suas trajetórias políticas.

As eleições do dia 10, A derrota de um chefe. (...) Além do interesse natural que o pleito deveria disputar no povo pela escolha de seus legisladores ascendeu neste município a circunstância de serem apresentados candidatos, um a deputação e o outro a senadoria, os dois chefes políticos locais dr. Arthur da Silva Bernardes e dr. José Teotônio Pacheco, o que tornou o pleito ainda mais disputado. Felizmente em todo o município ocorreram em ordem e com o máximo de liberdade e isso era a mais segura garantia de triunfo para os candidatos do Partido Republicano Mineiro. (...) Arthur Bernardes obteve aqui para deputado 1.217 sufrágios, ao passo que o dr. José Teotônio Pacheco apenas reuniu para senador 721. (...) A oposição só triunfou em um distrito. (...) (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 678. 17 de março de 1907. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

O trecho acima construiu um Arthur Bernardes e um José Teotônio Pacheco como dois fortes chefes locais de Viçosa. A notícia procurou dar ênfase no fato de que a disputa entre os dois chefes foi muito acirrada, com vantagem de apenas 496 votos para Arthur Bernardes, apesar de a disputa ser por cargos diferentes. Tal vantagem demonstra que José Teotônio Pacheco era uma forte oposição dentro do município de Viçosa e que ainda possuía liderança dentro de um distrito. Logo, cabia ao *Cidade da*

Viçosa atacar duramente as manobras políticas realizadas por José Teotônio Pacheco, para que Arthur Bernardes conseguisse manter a sua liderança local.

Tudo indica que a tarefa de atacar duramente e defender-se ataques do grupo oposicionista não era uma tarefa muito fácil, pois Pacheco era um político experiente e manteve alianças políticas muito próximas com Carlos Vaz de Melo, do qual poderia ter conhecido as táticas de manobras políticas e, até mesmo, as fragilidades existentes entre os seus círculos sociais que mantinham o seu grupo de liderança local. Consequentemente, isso muito poderia complicar as ações de Arthur Bernardes, por ter assumido a chefia deixada por Vaz de Melo. Mesmo assim, os resultados nas urnas apontam que Arthur Bernardes conseguiu manter a maior parte dos eleitores de Vaz de Melo e que manteve acirradas as disputas com Teotônio Pacheco, como sugere o trecho abaixo.

(...) Em pleito disputado não poderíamos alcançar mais brilhante vitória do que elegendo nove dos onze membros que vão compor o governo municipal. E a oposição não poderia sofrer derrota mais desmoralizadora e humilhante do que vendo o seu próprio chefe o seu cabeça rechaçado pelas urnas, em que dizia muito confiar e para as quais tanto tempo vinha apelando. Esse resultado vem demonstrar que, mesmo em política, nem sempre a calúnia e a intriga são as melhores armas. (...) (*Jornal Cidade da Viçosa*. Ed 704. Domingo, 10 de novembro de 1907. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

No trecho acima, a redação procurou enfatizar que o pleito municipal foi muito disputado entre os partidos. Com a formulação de tal argumento, o partido governista, liderado por Arthur Bernardes, aparentaria ser o mais forte e o predileto da população, pois conseguiram conquistar uma parcela expressiva do eleitorado, ao ponto de sufragar nove cadeiras, do total de onze. De fato, em um pleito dito como disputado, o resultado foi muito vantajoso para o grupo de Arthur Bernardes, pois demonstrou a alta capacidade de articulação, manobras e cooptação dos eleitores.

Para amarrar os argumentos favoráveis às políticas praticadas por Bernardes, a redação remeteu à derrota de Pacheco nas eleições para o cargo de senador, disputadas com Bernardes para o cargo de deputado. Assim sendo, seriam duas derrotas consecutivas para a oposição local, sendo a da Câmara muito mais desastrosa. Tal acontecimento poderia indicar que Pacheco, após o seu rompimento com Arthur Bernardes na política local, foi perdendo o seu prestígio político e desgastando a sua imagem pública de chefe local, abrindo caminho para o genro de Carlos Vaz de Melo, o jovem Arthur Bernardes, consolidar-se como o líder governista de Viçosa. Mesmo

assim, José Teotônio Pacheco não era um “inimigo político” que deveria ser tratado com menosprezo por parte do grupo de apoio a Bernardes, visto que era um antigo chefe local de muita influência.

Em vista de todo o processo de construção dos “inimigos políticos” e dos “heróis” ou aliados da base governista de Viçosa e das disputas políticas que ocorriam de modo mais acirrado no âmbito do município, foi possível perceber que tal tática, no caso do *Cidade da Viçosa*, foi corriqueira desde a sua origem ainda na gestão de Vaz de Melo. E, Arthur Bernardes, ao assumir a chefia local do jornal, corroborou com tal prática da redação, pois foram abertas, até mesmo, seções como a *Respingando*, para atacar e defender-se dos seus adversários políticos.

O vocabulário para alcançar o objetivo de construir os “inimigos políticos” do *Cidade de Viçosa* foi fundamental, pois os ataques eram voltados para atingir a moralidade dos seus opositores e até mesmo para atingir a credibilidade do jornal *A Reação* como uma imprensa comprometida com a verdade, cujo grupo opositor não possuía alinhamento “patriótico republicano”, sendo voltado para o conservadorismo monarquista. Sendo assim, o *Cidade da Viçosa* demonstrou, após a ruptura política de Arthur Bernardes com Teotônio Pacheco, que a política municipal de Viçosa possuía um “inimigo político” que deveria, a todo custo, ser combatido para que ocorresse o “progresso local”, a partir de uma administração pública “eficiente” e “comprometida” com a “verdade” de todos os segmentos da sociedade.

Assim, podemos concluir que a inserção política de Arthur Bernardes possui sim uma grande relação com o uso da imprensa local como mecanismo de publicidade, cooptação de eleitores, diálogos com os diversos grupos políticos existentes no município. E, que tal imprensa foi utilizada favoravelmente ao grupo liderado por Arthur Bernardes, de modo que, seus aliados eram construídos com altos padrões morais. Enquanto o grupo opositor era destruído moralmente e, a todo o momento, era colocado na condição de incapaz de exercer qualquer liderança administrativa. Assim sendo, a gestão de Arthur Bernardes no *Cidade da Viçosa* deu suporte a propaganda política dos Partido Republicano Mineiro e dos seus aliados.

CONCLUSÕES

Para que pudéssemos compreender a inserção política do jovem Arthur Bernardes no município de Viçosa, foi preciso adentrarmos nosso estudo acerca do estabelecimento dos grupos sociais que relacionaram com Bernardes ao longo de sua trajetória estudantil, de guarda livros da *Casa Telles* até a sua chegada à presidência da Câmara Municipal de Viçosa em 1906, pois, através da identificação desses grupos sociais, foi possível descobrir a existência de vários grupos, que possuíam tanto interesses comuns quanto divergentes. Em vista disso, concordamos com a historiografia que considera que os diversos grupos políticos existentes na Primeira República brasileira não conviviam de forma harmônica a todo o tempo. Em outras palavras, eram construídas e desconstruídas as alianças de acordo com os interesses políticos existentes em cada situação.

Com base no que foi visto até aqui, acreditamos que o jornal *Cidade da Viçosa* foi fundamental na projeção política de Arthur Bernardes na esfera municipal, haja vista que, no desenvolver da pesquisa, identificamos que o impresso contribuiu muitíssimo com notícias econômicas locais e regionais. Além disso, o semanário já construía uma imagem positiva de Bernardes, muito anteriormente à entrada do mesmo na família Vaz de Melo, o que permitiu, de certo modo, após a chefia de Arthur Bernardes no *Cidade da Viçosa*, um diálogo mais centrado com os grupos que detinham interesses econômicos locais e que dariam, em troca, o apoio necessário à sua candidatura e posterior gestão.

Vale ressaltar também que outras contribuições do *Cidade da Viçosa*, na projeção política de Arthur Bernardes, foram identificadas durante o levantamento das notícias, sendo algumas delas: o apoio à agricultura, a lavoura de café que se encontrava em crise, além do discurso de progresso, que a nosso ver, era mais enfatizado nas atividades agrárias, como a reformulação do crédito aos produtores, baixa nas tarifas no transporte ferroviário, introdução de controle biológico de pragas e mecanização da agricultura, que seria, basicamente, o uso de ferramentas como plantadeiras e o arado.

Ao utilizar o jornal como mecanismo de divulgação dos assuntos anteriormente citados, Arthur Bernardes conseguiu apoio à sua candidatura como vereador especial pelo distrito de Teixeiras e, em curto espaço de tempo, elegeu-se a Presidente da Câmara – Agente Executivo Municipal – dessa forma, ocorreu uma brusca ruptura nas

alianças políticas entre Arthur Bernardes e outro antigo chefe local, José Teotônio Pacheco. As consequências dessa ruptura foram intensas disputas políticas nas eleições municipais.

O grupo liderado por Arthur Bernardes destacou-se como o predileto, ao fazer o maior número de candidatos eleitos nos pleitos disputados. Em vista disso, o jornal *Cidade da Viçosa* foi direcionado aos ataques à oposição, liderada por Pacheco, que também possuía um jornal, *A Reação*, e tinha, a todo o momento, a sua moralidade colocada em xeque. Neste sentido, o município de Viçosa foi disputado por dois chefes que utilizavam da imprensa para permanecerem no poder local.

Acreditamos que o grupo liderado por Bernardes permaneceu na liderança política local de modo muito vantajoso, pelo fato de o jornal *Cidade da Viçosa* ter sido direcionado, majoritariamente, para a força desse político e por ter trabalhado com os ideais de “progresso” agrícola, que de certo modo, cooptou o apoio de grande parte dos grupos que poderiam o sustentar na política local.

Por fim, considerando que o caminho até aqui foi preenchendo muitas lacunas e esclarecendo inquietações que motivaram esta pesquisa, gostaríamos de destacar que, claramente, não esgotamos todas as possibilidades interpretativas para a inserção política de Arthur Bernardes em Viçosa, porém, por questões de foco, deixamos, ao longo deste estudo, inúmeras questões que podem servir de ponto de partida para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2015.
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1988.
- ALENCAR, Alexandre de. *Fatos e vultos de Viçosa*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1959.
- AMADIO, Ítalo. Dir. OLIVEIRA, H. Maia. Org. *Grande dicionário enciclopédico Rideel*. São Paulo: Editora Rideel LTDA. 1979.
- ATAS DA CÂMARA DE VIÇOSA – 1905-1906. Localizado no arquivo da Câmara de Viçosa.
- BARBOSA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ed. Ática. 1990.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad. 2010.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Ed. Itatiaia Ilimitada. Belo Horizonte- Rio de Janeiro. 1995.
- BLASENHEIM, Peter. *Uma história regional: a Zona da Mata Mineira (1870-1906)*. V Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG. Proed. 1982.
- _____. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora. v. 2. n. 2. jul. – dez. 1996.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v.8. 1712 - 1728.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006
- CALICCHIO, Vera. Partido Republicano Mineiro, PRM. In: ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2015.
- CARNEIRO. Patrício A. S. MATOS, Ralfo. E. S. *Geografia histórica da ocupação da Zona da Mata Mineira: acerca do mito das áreas proibidas*. Seminário Cedeplar. UFMG. Diamantina. 2010.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: evolução política*. 4ª ed. São Paulo: Difel. 1983.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 5ª ed. São Paulo: Difel. 1988.
- CAPRI, Roberto. *Minas Gerais e seus municípios. Zona da Mata*. São Paulo. Procai Weiss e Comp. 1916.
- CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1993.

- CARDOSO, Licínio Vicente. *À margem da República*. Recife: Editora Massangana. 1990.
- CARVALHO, André Simplício. *Espaço urbano e população urbana em Viçosa*. Belo Horizonte: Cadernos do Leste. 2014.
- CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista Dados*. Rio de Janeiro: v. 40. n. 2. 1997.
- COLEÇÃO DAS LEIS. Confeccionadas pelo congresso em sua primeira reunião em 1891. Ouro Preto. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1895. Lei nº 2 de 14 de setembro de 1891.
- COLEÇÃO DAS LEIS. Confeccionadas pelo congresso em sua primeira reunião em 1891. Ouro Preto. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1895. Lei nº 2 de 14 de setembro de 1891. Lei de 26 de novembro de 1891- Contém a reforma eleitoral. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/4699/3/4699.pdf>. Acessado em: 28 de dezembro de 2018.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. *Constituição do Estado de Minas Gerais*. Regimento interno da Câmara dos deputados do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto, 1891.
- CUNHA, Marciano de Almeida. A exploração do trabalho infantil no Brasil República e a sua relação com a questão do gênero: uma perspectiva histórica. *Anais. III Congresso Brasileiro de História da Educação*. Educação Escolar em perspectiva histórica. 2004.
- COSTA, A. R.; AZEVEDO, D. S. História serial e as recorrências temáticas no jornal 'A cidade Viçosa'. In: *VII Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*, Mariana, 2013.
- CURI, Melissa Volpato. O direito consuetudinário dos povos indígenas e o pluralismo jurídico. Porto Alegre: *Espaço Ameríndio*. v. 6. n. 2, p. 230-247, jul./dez. 2012.
- EDELMAN, Murray J. *Constructing the political spectacle*. The University of Chicago Press, Chicago, USA. 1988.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 27. p. 426-432. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf. Acesso em: 12 ago. 2015.
- FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas Gerais – 1831- 1873*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1977.
- FERREIRA, M. M; PINTO, S. C. S. Estado e Oligarquias na Primeira República: um balanço das primeiras tendências historiográficas. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro. v. 23. p. 25, 2017.
- FRITSCH, Winston. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva. (org.), *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus. p. 31-72. 1989.

GOMES, Ângela de Castro. ABREU, Martha. A nova República Velha: um pouco de história e historiografia. *Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro. v. 13. p. 11-24, 2009.

_____. *Minas e os fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: Investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Denílson Luís Werle. São Paulo: Ed. Unesp. 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice. 1990.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de população e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1 de julho de 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/historico>>. Acesso em: 02 set. 2018.

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. *Revista História*. São Paulo. v.30, n.1, p.114-147. 2011.

Jornal Cidade da Viçosa. Localizado em formato digital, no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. 1892 a 1910.

LANNA, Ana Lucia. *A transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. 2ª Edição. Campinas. Editora da Unicamp. 1989.

LANA, Vanessa. João Pinheiro. In: ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da primeira república (1889-1930)*. Ed. FGV. 2015.

LANA, Vanessa. Cesário Alvim. In: ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da primeira república (1889-1930)*. Ed. FGV. 2015.

Lei de 19 de Setembro de 1850. *Da nova organização da Guarda Nacional do Império*. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=542130&id=14388235&idBinario=15632884&mime=application/rtf>>. Acesso em 07 set. 2018.

Lei Nº 35, de 26 de janeiro de 1892. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-35-26-janeiro-1892-541218-publicacaooriginal-44167-pl.html>>. Acesso em 04 set. 2018.

Lei Rosa e Silva. Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904. Reforma a legislação eleitoral, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1269-15-novembro-1904-584304-publicacaooriginal-107057-pl.html>>. Acesso em 04 set. 2018.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1978.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Vértice. 1988.

LIMA, Alberto de Souza. *Arthur Bernardes Perante a História: Da Infância ao Palácio da Liberdade*. I. Oficial. Belo Horizonte, 1983.

- LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais- 1870-1920*. Petrópolis: Editora Vozes. 1981.
- LUCA, Tânia Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Org). *História da Imprensa no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Contexto, v.1. p. 149-175. 2008.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas* (pp. 111-153). São Paulo: Contexto. 2005.
- LUZ, Alex Faverezani da. SANTIN, Janaina Rigo. Coronelismo e poder local no Brasil: Uma análise histórica. Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.
- MAGALHÃES, Bruno Flávio de Almeida. *Arthur Bernardes: estadista da República*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973.
- MALIN, Mauro. Bernardes, Arthur. In: ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2015.
- MARTINS FILHO, Almicar Vianna. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte: UFMG\ PROED. 1981.
- MARTINS, Matheus; TEIXEIRA, Marcos. O herói sai da estátua: Murilo Mendes e sua história do Brasil ao rés-do-chão. In: *Revista de Literatura - 2007*. Belo Horizonte: Associação Pré-UFMG, 2006.
- MENDES, Murilo Monteiro. *História do Brasil*. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1991.
- MELLO. Maria Tereza Chaves. A modernidade Republicana. *Tempo*. Vol.13, n.26, pp.15-31. ISSN 1413-7704. 2009.
- Ministère de L' agriculture, industrie et commerce. Direction générale de statistique. *Anuaire statistique du Brésil*. 1 Année. Volume I. Territoire e population. Brésil de la statistique. 1916.
- MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. 2. ed. Jundiaí: Paco Editorial, v. 1. 408 p. 2016.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida*. TOPOI (online): *Revista de História*, v. 18, p. 429-446, 2017.
- OLIVEIRA, Nirlei Maria. *A história da Câmara Municipal de Poços de Caldas*. Poços de Caldas-MG. Câmara Municipal de Poços de Caldas. 2012.
- PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. Teoria da história do Brasil: A produção historiográfica do brasilianista Thomas Elliot Skidmore. *Revista de Teoria da História*. Ano 6, n. 11, maio/2014. Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892b.
- PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.
- PIRES, Maria do Carmo. Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII. Casa de Vereança de Mariana, v. 300. In: CHAVES,

Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (organizadoras). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

PRATES, Carlos. *A lavoura a indústria da Zona da Mata*. Relatório apresentado ao Exmo. sr. secretário das finanças pelo engenheiro Carlos Prates. Inspetor de indústria, minas e colonização. Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Localizado no Instituto Amílcar Martins. 1906.

RÉMOND, René. Do político. In: REMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 443. 2010.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo Partido Republicano Mineiro 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG\PROED, 1982.

RICCI, Paolo; Zulini, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. Rio de Janeiro: *Revista Dados*. vol. 57. N. 2. Abril\Junho. 2014.

RESOLUÇÃO Nº 67 DE 17/12/1897. Localizada no arquivo da Câmara de Viçosa. 1897.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Ed. Mauad. Rio de Janeiro. 1999

SOUZA, Ioneide Piffano Brion. Carlos Vaz de Melo. In. ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2015.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do Político*. São Paulo: ed. Alameda. 2010.

SEIDL, Ernesto; A formação de um exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional. *História* (São Paulo. Online), v. 29, p. 71-94, 2010.

SILVA. Vera Alice Cardoso. O Significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a Primeira República. In: *V Seminários de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Editora. UFMG, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo C. de. O Processo Político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos. Guilherme. (org.), *Brasil em Perspectiva*. 15ª ed. São Paulo, Difel. 1985.

VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In. CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História da República*. Ed. Massangana. Recife. 1990.

VISCARDI, Cláudia. Maria. Ribeiro. Elites políticas mineiras na primeira república brasileira. *História* (São Paulo. Online). São Leopoldo. RS, v.5. n.4, p 243-260, 2001.

_____. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. v. 500. 337

_____. O Federalismo como experiência: Campos Sales e as tentativas de estabilização da República. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, v.59, 1169-1206, 2016.

_____. Elites políticas mineiras na primeira república brasileira: um levantamento prosopográfico. *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*,

2000, Porto Alegre. CD-RON das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada - Países do Mercosul. 2000.

_____. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. In: *II Jornada de Ciências Humanas da UFRJ*, 1995, Rio de Janeiro.

_____. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 39-56, 1995.

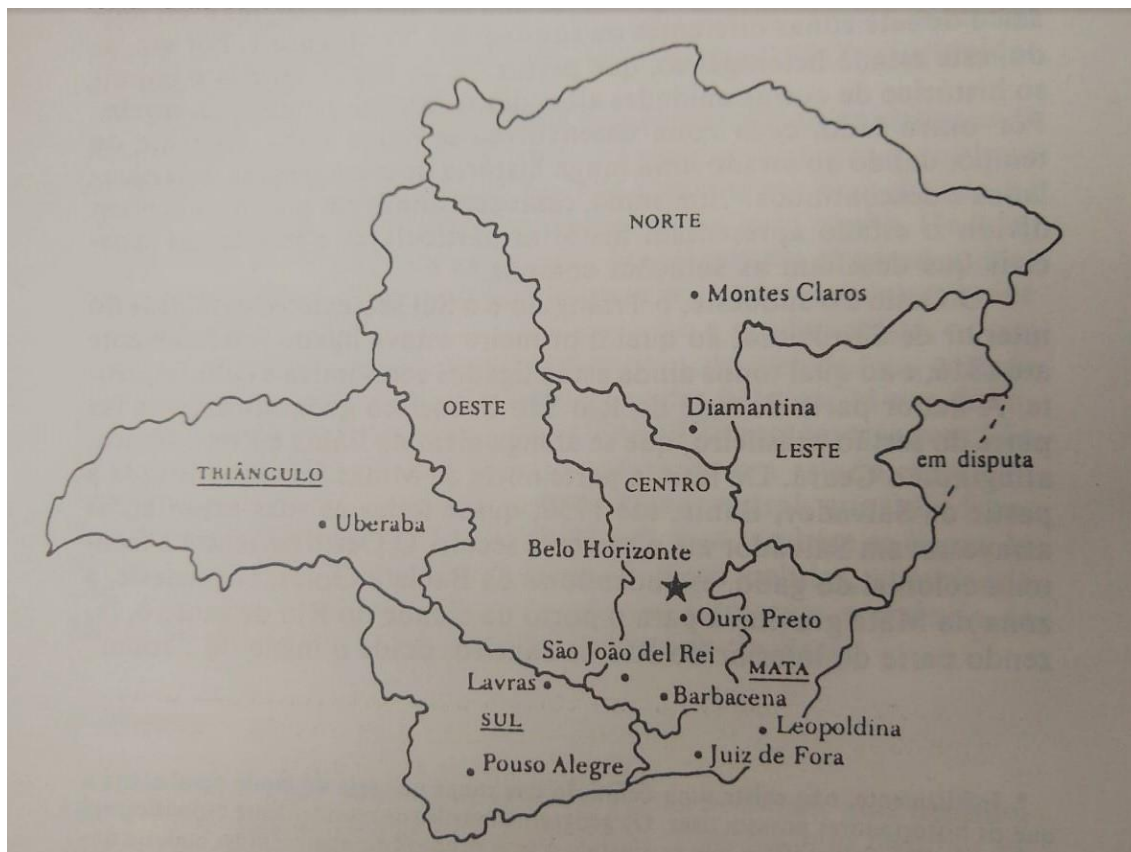
_____. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 18, p. 137-161, 2012.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança*. Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Editora Terra e Paz. Rio de Janeiro. 1982.

WIRTH, John D. Apogeu e declínio da comissão executiva do PRM, 1989-1929. In: *V. Seminários de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1982.

ANEXOS.

Anexo – A: Mapa com a divisão regional do Estado de Minas.



Fonte: WIRTH, John. D. *O Fiel da Balança*, p. 42

Anexo – B: Jornal: Cidade da Viçosa.



Jornal Cidade da Viçosa. Ed.574. Domingo, 1 de janeiro de 1905. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

